



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**AUGUSTO JOÃO MORETTI JUNIOR**

**TEORIA E PRÁTICA DA GUERRA NO REINADO DE FERNANDO  
III (1217-1252)**

Maringá

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AUGUSTO JOÃO MORETTI JUNIOR

**TEORIA E PRÁTICA DA GUERRA NO REINADO DE FERNANDO  
III (1217-1252)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: Política, Movimentos populacionais e sociais. Linha de Pesquisa: Instituições e História das Ideias.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis

Maringá

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

M845t Moretti Junior, Augusto João  
Teoria e prática da guerra no reinado de Fernando  
III (1217-1252) / Augusto João Moretti Junior. --  
Maringá, 2015.  
92 f. : il. color., figs.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Maringá, Programa de Pós-Graduação em História,  
2015.

1. História medieval - Teoria e prática - Guerra.  
2. Fernando III (1217-1252). 3. Reconquista Ibérica.  
I. Reis, Jaime Estevão dos, orient. II. Universidade  
Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em  
História. III. Título.

CDD 21.ed. 909.07

MN-001987

AUGUSTO JOÃO MORETTI JUNIOR

**TEORIA E PRÁTICA DA GUERRA NO REINADO DE FERNANDO  
III (1217-1252)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: Política, Movimentos populacionais e sociais. Linha de Pesquisa: Instituições e História das Ideias.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leila Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Clarice Zamonaro Cortez

Universidade Estadual de Maringá – UEM

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Jaime Estevão dos Reis

Universidade Estadual de Maringá – UEM

(Orientador)

*Dedico este trabalho aos meus pais, que a cada dia me mostram o significado de uma vida honesta e de trabalho árduo. Exemplos de como a simplicidade e humildade são requisitos básicos para viver em paz e harmonia com os outros e consigo mesmo.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais, irmãos e amigos estimados, mas em primeiro lugar a Deus, que por mais questionado que tenha sido em minha vida acadêmica, sempre pude sentir o seu conforto nos momentos de alegrias e dificuldades. Algumas pessoas merecem destaque em meus agradecimentos, pois sem elas as dificuldades ao longo desse percurso teriam sido mais dolorosas, senão, intransponíveis:

Minha mãe, minha primeira educadora, que do seu jeitinho particular, sempre manteve a mim, minhas irmãs e meu irmão no caminho correto. Sempre presente para nos apoiar nos momentos de dificuldade, ainda que esse apoio necessitasse de palavras mais duras que abrissem os olhos diante de erros. Palavras não são suficientes para expressar meus agradecimentos;

Meu pai, homem forte, competente e trabalhador, nunca mediu esforços para que nada faltasse em minha casa, e que à sua própria maneira me incentivou sempre a estudar. Seus conselhos sempre foram valiosos, verdadeiro apoio nos momentos de dificuldades. Faltam palavras para expressar toda a minha gratidão;

Aos meus irmãos e irmãs, em especial a João Pedro, que me aguentou nos momentos mais estressantes desse trabalho, mostrando-se uma pessoa com coração de ouro;

Ao meu orientador Dr. Jaime Estevão dos Reis, que mais do que um orientador, em diversos momentos fez o papel de um grande pai, não medindo esforços para me ajudar no desenvolvimento dessa pesquisa e me mostrou a realidade da vida acadêmica;

Às Professoras Dra. Leila Rodrigues da Silva e Dra. Clarice Zamonaro Cortez, por terem aceitado o convite para compor a banca e por terem dado importantes contribuições para esse trabalho;

Ao Lúcio Carlos Ferrarese e Bruno Mosconi Ruy, meus irmãos de armas, com os quais compartilhei muitas incertezas e alegrias;

Ao Flávio Rodrigues de Oliveira, que de forma fraterna sempre me incentivou na busca do conhecimento;

Aos professores e colegas do Laboratório de Estudos Antigos e Medievais e do Programa de Pós-Graduação em História;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, por seus ensinamentos e à Giselle, pela cordialidade com que sempre nos atendeu.

*“Vingarei a morte de Cristo com a minha morte. Pois igual a Jesus Cristo que deu seu corpo por mim, da mesma maneira, eu estou disposto a entregar minha alma por meus irmãos” (Regra da Ordem dos Cavaleiros Templários. Art. 63).*

## RESUMO

Esta dissertação analisa a guerra no reinado de Fernando III de Castela e Leão (1217-1252), enfatizando os aspectos teóricos e práticos que nortearam a ação desse monarca em seu processo de conquista de territórios e centralização do poder real. Dividimos a investigação em três eixos temáticos. No primeiro, discutimos os conceitos de *guerra justa* e *guerra santa*. Tomamos como aporte documental fontes como a *Bíblia de Jerusalém* (1995), *A cidade de Deus* (2000), de Santo Agostinho, as *Etimologias* (2004), de Isidoro de Sevilha, o opúsculo *Elogio de la nueva milícia templaria* (2005), de Bernardo de Claraval e a *Suma Teológica* (1990) de Santo Tomás de Aquino. No segundo, abordamos a política monárquica organizada por Fernando III para a guerra e expansão territorial castelhana. No terceiro, as estratégias e táticas militares utilizadas nos confrontos contra os muçulmanos. Os dois últimos fundamentam-se na análise de três principais fontes, a saber: a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999), *Crónica de Veinte Reyes* (1991), e *Primera Crónica General de España* (1955).

**Palavras-Chave:** Guerra, Fernando III, Reconquista Ibérica.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes war in the reign of Ferdinand III of Castile and Leon (1217-1252), emphasizing the theoretical and practical aspects governing that monarch's action in the procedure of his territorial conquest and centralization of royal power. We have divided this investigation into three research themes. At first, we discuss the concepts of *just war* and holy war. We make use of documentary sources such as the *Jerusalem Bible* (1995), *The City of God* (2000) of St. Augustine, the *Etymologies* (2004) of Isidore of Seville, the booklet *In praise of the new knighthood* (2005) of Bernard of Clairvaux, and the *Summa Theologica* (1990) of St. Thomas Aquinas. Secondly, we address the monarchical policy organized by Ferdinand III for the war and territorial expansion in Spain. Thirdly, we study the military strategies and tactics used in the fighting against the Muslims. These last two themes are based on the analysis of three main sources, namely the *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999), *Crónica de Veinte Reyes* (1991), and the *Primera Crónica General de España* (1955).

**Keywords:** War, Fernando III, Iberian Reconquest.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Hierarquia dos reinos de Castela e Leão.....p.43
- Figura 2 – Ciclo de Conquista Cristã frente aos muçulmanos durante a desagregação do Império Almôada.....p.50
- Figura 3 – Expansão territorial cristã no vale do Guadalquivir no século XIII.....p.51
- Figura 4 – Exemplo de castelo concêntrico.....p.62
- Figura 5 – Projeto de uma mina para destruição de muros.....p.76
- Figura 6 – A conquista de Sevilha.....p.85

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – TEORIA DA GUERRA MEDIEVAL.....	16
1- Teorias sobre a ação de guerra: resgate de um debate historiográfico .....	16
2- Do pacifismo à <i>guerra santa</i> : a transformação da ideia de guerra no cristianismo medieval.....	19
3- A formação dos conceitos de <i>guerra justa</i> e <i>guerra santa</i> .....	20
4- A Primeira Cruzada e a consolidação da ideia de <i>guerra santa</i> .....	29
5- A Reconquista e a incorporação dos conceitos de <i>guerra justa</i> e <i>guerra santa</i> .....	33
CAPÍTULO II – O REINADO DE FERNANDO III: POLÍTICA BÉLICA E CONSOLIDAÇÃO TERRITÓRIAL .....	38
1- O poder da nobreza castelhano-leonesa.....	38
2- Uma sociedade militarizada .....	44
3- Fernando III, rei de Castela e Leão: a política voltada para a guerra .....	46
3.1- A ascensão de Fernando III.....	46
3.2- Rei de Castela e Leão.....	53
3.3- As grandes conquistas: Córdoba e Sevilha .....	55
CAPÍTULO III – A PRÁTICA DA GUERRA NO REINADO DE FERNANDO III ..	59
1- Uma guerra pelo controle territorial: a importância da conquista e manutenção dos pontos fortes .....	60
1.1- Pontos fortes: definição e funções .....	61
1.2- Abastecimento e guarnição dos pontos fortes.....	64
2- A prática da <i>guerra de desgaste</i> por Fernando III: incursões e expansão territorial .....	66
3- A conquista dos pontos fortes: estratégias e táticas de assédio por Fernando III... 74	
3.1- A conquista pela força .....	75
3.2- A conquista pelo bloqueio .....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	86
REFERÊNCIAS .....	88

## INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, buscamos compreender a teoria e a ação da guerra medieval no reinado de Fernando III, o Santo (1217-1252). Esse monarca empreendeu a reconquista da maior parte dos territórios sob o domínio dos muçulmanos e foi responsável pela união dos reinos de Castela e Leão, modificando a configuração política da Península Ibérica no século XIII.

No estudo historiográfico realizado para este trabalho, deparamos com diferentes opiniões acerca da guerra medieval. Autores do século XIX e início do XX, como Carl von Clausewitz (2014)<sup>1</sup> e Charles Oman (1898)<sup>2</sup>, buscaram nas guerras medievais conhecimentos que lhes permitissem refletir sobre a arte da guerra em suas respectivas épocas. Todavia, a escassez de batalhas campais na Idade Média fez com que esses autores considerassem aquela época como um período de estagnação das táticas e estratégias militares se comparada à Antiguidade e ao período Moderno. Entretanto, partimos da teoria de que instituições como a guerra estão em contínua transformação e devem ser analisadas levando em consideração o seu contexto histórico.

No ano de 1954, J. F. Verbruggen publicou seu livro *The art of warfare in Western Europe during the Middle Ages*,<sup>3</sup> que deu início a uma renovação historiográfica. Para o autor, a Idade Média não deveria ser tratada como um período de estagnação bélica, mas como um momento no qual os “senhores da guerra” se esforçaram – assim como os de outros períodos históricos – para se adaptar às condições de guerra que lhes eram apresentadas e dessa forma desenvolverem táticas militares conforme as suas necessidades.

Nessa mesma linha de reflexão, podemos mencionar autores mais contemporâneos como Martin J Dougherty, especialista em técnicas bélicas e história militar, em obras como *Armas y técnicas bélicas de los Caballeros medievales 1000 – 1500* e *Battles Of The Medieval World* (2010); Matthew Bennett, especialista em história da arte da guerra, responsável pela publicação de livros e artigos da área, entre eles destacamos *Técnicas bélicas del mundo medieval (500 a. C – 1500 d. C.)*:

---

<sup>1</sup> Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780 -1831), militar do Reino da Prússia, considerado um dos percursores do estudo da guerra, publicou originalmente sua obra *Vom Kriege* (Da Guerra) em 1832.

<sup>2</sup> OMAN, Charles, **A history of the art of war**. The Middle Ages from the fourth to the fourteenth century. London: Methuen & CO., 1898. Disponível em: <https://ia801409.us.archive.org/23/items/historyofartofwa00omanuoft/historyofartofwa00omanuoft.pdf>

<sup>3</sup> VERBRUGGEN, J. F. **The art of warfare in Western Europe during the Middle Ages**. Woodbridge, Suffolk: The Boydell Press, 1998.

*equipamento, técnicas y tácticas de combate* (2007) e *The Medieval World at War* (2009); e por fim citamos Francisco García Fitz, historiador espanhol, autor de inúmeros artigos e livros referentes à guerra de Reconquista Ibérica, como *La Edad Media: guerra e ideología (justificaciones religiosas y jurídicas)* (2002); *Castilla y León frente al Islam: estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)* (2001) e *Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea* (1998). Em relação ao reinado e à política de expansão territorial de Fernando III, cabe menção a historiadores como J. González e sua reconhecida obra *Reinado y diplomas de Fernando III*, 3 tomos (1980-1986); Gonzalo Martínez Díez, *Fernando III* (1993) e Ana Rodríguez López, *La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana. Expansión y fronteras durante o reinado de Fernando III* (1994).

No Brasil, ressaltamos dois pesquisadores que refletiram sobre o reinado de Fernando III: Jaime Estevão dos Reis, que em sua tese de doutorado intitulada *Território, Legislação e Monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252 – 1284)*, defendida em 2007, resgata o processo de consolidação territorial levado a cabo pelo pai de Alfonso X, e Almir Marques de Souza Junior, que defendeu, em 2009, a dissertação de mestrado intitulada *As duas faces da realeza na Castela do século XIII: os reinados de Fernando III e Alfonso X*.

Nesta dissertação, utilizamos como fontes principais as crônicas castelhanas escritas durante o reinado de Fernando III e Alfonso X. Para Leonardo Funes (1997), os estudos relativos a essas fontes se iniciaram no século XV e se estendem até nossos dias<sup>4</sup>.

Elegemos três principais crônicas: a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*; a *Crónica de Veinte Reyes* e a *Primera Crónica General de España*. A *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* retrata especificamente os reinados de Sancho III (1157-1158), Alfonso VIII (1158-1214), Enrique I (1214-1217) e Fernando III (1217-1252) até a tomada de Córdoba, em 1236. Apesar de dar enfoque aos feitos dos reis de Castela, o documento não deixa de narrar os acontecimentos além dos Pirineus, o que demonstra que seu autor estava bem informado sobre os acontecimentos no restante da Europa.

---

<sup>4</sup> Apesar de seu valor histórico-literário, o autor adverte que é preciso analisar as crônicas de forma crítica, compreendendo-as como documentos históricos não isentos de intencionalidades e que refletem o pensamento dos homens que as escreveram ou que as encomendaram. Refletimos sobre essa questão na finalização desta pesquisa. Conferir: FUNES, L. Las crónicas como objeto de estudio. In: **Revista de Poética Medieval**, 1 (1997), p. 123-144.

Em relação ao autor dessa crônica, não há um consenso na historiografia; entretanto, alguns elementos levam os especialistas a afirmar que foi escrita pelo bispo de Osma, Juan Dominguez. É possível detectar que o autor conhecia bem os territórios, os arquivos do reino e da chancelaria real, assim como a família real. Desta forma, o eclesiástico teria sido testemunha ocular de fatos que relata, dando informações que não constam em outras crônicas. O autor a escreveu em duas partes, a primeira entre agosto e novembro de 1226, e a segunda entre os anos de 1230 e 1236, períodos em que o rei Fernando III ocupava o trono de Castela. Por conseguinte, durante a análise da fonte, consideramos a parcialidade de seu autor como um homem da Igreja e de convívio pessoal com a família real de Castela, elementos que influenciaram completamente sua forma de escrever e de transmitir os fatos.

O manuscrito que dá origem à Crônica foi encontrado por Georges Cirot no manuscrito G-I<sup>2</sup> da Real Academia de Historia de Madrid. Um manuscrito composto por 280 páginas, com o título *Chronica B. Isidori iun. et aliorum. A Crónica Latina de los Reyes de Castilla* está contida entre as páginas 89-122; as outras páginas relatam a genealogia dos reis de Navarra e dos condes de Pallars, de Tolosa e Gascunha e outras crônicas. O manuscrito é uma cópia, dos finais do século XV, de um pergaminho original perdido contemporâneo aos feitos que relata. Cirot o publicou em 1912 com o título *Une Chronique latine inédite des rois de Castille jusqu'en 1236*. A edição que analisamos neste trabalho é a realizada por Luis Charlo Brea, que se utilizou da edição publicada pelo *Bulletin Hispanique* (BHi) em 1920, XXII, II apêndice, p. 1-153. A primeira tradução dessa *Crónica* para o espanhol foi efetuada no ano de 1984 também por Luis Charlo Brea. Utilizamos a edição do ano de 1999, na qual o tradutor optou pela versão da obra para o espanhol moderno e pela manutenção da divisão elaborada por Cirot no início do século XX. Nessa edição, o tradutor acrescentou várias notas relativas ao contexto histórico, outras em que faz comparações da fonte com crônicas tanto cristãs como árabes do período, bem como incluiu índices e mapas.

Nossa segunda fonte, a *Crónica de Veinte Reyes*, abrange o período que se estende de 924, quando Fruela II se torna rei de Leão, até a morte de Fernando III, em 1252. Assim como a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, é uma obra que visa especialmente à história do reino de Castela. Foi escrita no reinado de Alfonso X<sup>5</sup>, entre

---

<sup>5</sup> Alfonso X, o Sábio, filho de Fernando III, entrou para a história hispânica como um rei intelectual. Reformador dos códigos jurídicos, o rei se dedicou à criação de centros intelectuais, acolhendo em seu reino sábios de diversas nacionalidades, fossem eles cristãos, judeus ou muçulmanos. Além da tradução

os anos de 1270 e 1289. A obra foi compilada pelo historiador espanhol Ramón Menéndez Pidal no início do século XX, após a análise de diversos códices. A edição que utilizamos foi financiada pela prefeitura da cidade de Burgos e está baseada no manuscrito X-I-6, atualmente depositado na *Biblioteca del Real Monasterio de El Escorial*, publicada no ano de 1991 sob organização de Gonzalo Martínez Díez.

A *Primera Crónica General*, conhecida também como *Estoria de España*, foi escrita a mando de Alfonso X e abrange desde a Antiguidade Clássica até a morte de Fernando III, em Sevilha, no ano de 1252. Obra monumental com 1135 capítulos, mais de 750 páginas, foi composta por um grupo de especialistas que se dividiam entre compiladores que cuidaram da redação e organização do texto e pesquisadores de documentos antigos, todos a serviço do monarca. Não há um consenso acerca da data de sua composição. Acredita-se que teve início entre 1270 e 1274, interrompida em 1275 e retomada no final do reinado de Alfonso X em 1284, e finalizada por seu filho, Sancho IV.

Outra fonte utilizada no terceiro capítulo foi a obra jurídica de Alfonso X, *Las Siete Partidas*<sup>6</sup>, mais especificamente a *Partida II*. Utilizamos a versão realizada em 1807 pela Real Academia de História da Espanha, que teve por base os códices Bb. 41, Bb. 42 e Bb. 43 da Biblioteca Real da Espanha<sup>7</sup>.

A partir da análise das fontes indicadas e do diálogo com a historiografia específica, buscamos estudar a guerra no reinado de Fernando III enfatizando os aspectos teóricos e práticos que nortearam a ação do monarca em seu processo de conquista de territórios e centralização do poder real.

Dividimos nosso trabalho em três tópicos principais: primeiro, compreender a estrutura ideológica bélica medieval. Segundo, apresentar o desenvolvimento de uma política voltada para a guerra. Terceiro, compreender a ação em si e como as táticas e

---

de obras filosóficas, mandou compor as crônicas referentes à história da *hispania*, entre as quais a *Crónica de Veinte Reyes* e a *Primera Crónica General*.

<sup>6</sup> *Las Siete Partidas* é uma obra jurídica, escrita a mando do monarca Alfonso X, o Sábio, que buscava implementar uma unidade jurídica no reino de Castela e Leão. Considerada uma das obras mais importantes do direito castelhano, Philippe Contamine afirma que esse código, no que trata das atividades militares, é praticamente uma cópia quase “íntegra e mecânica” da obra do escritor romano Flávio Vegécio Renato, *Epitoma rei militaris* (CONTAMINE, 1984, p. 266). Sobre os estudos das *Siete Partidas*, Jaime Estevão dos Reis apresenta em sua tese *Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o sábio* (1252 – 1284), uma série de considerações importantes a respeito desse documento, desde seu processo de criação até o acompanhamento dos estudos contemporâneos de tal obra.

<sup>7</sup> Jaime Estevão dos Reis (2007) realiza um competente resgate acerca da escrita e dos problemas historiográficos que permeiam essa fonte.

estratégias militares foram responsáveis pela expansão cristã no movimento de Reconquista.

No capítulo I, procuramos efetuar uma análise da formação e desenvolvimento dos elementos ideológicos que legitimaram as guerras medievais, os conceitos de *guerra justa* e *guerra santa*.

No capítulo II, refletimos sobre como a política disseminou as bases necessárias para a ação bélica. A partir da ideia de *guerra justa* e *santa*, Fernando III desenvolveu uma política de enfrentamento com os inimigos do cristianismo. Inicialmente, pode parecer estranho que em meio a um contexto de *guerra santa* se aceitasse fazer acordos com os inimigos da fé. Todavia, buscamos demonstrar que, juntamente às pressões militares, foram esses acordos os responsáveis pela desestruturação muçulmana e pela expansão territorial cristã.

No Capítulo III, analisamos o exercício da guerra, as táticas e as estratégias utilizadas. A proeminência de uma *guerra de posição* – dividida em *guerra de desgaste* e *guerra de assédio* – é a base de nossa análise, pois a nosso ver, o que levou os militares do século XIX a identificar a Idade Média como um período de estagnação militar foi, na verdade, uma resposta direta às condições sociais, políticas e econômicas da época.

## CAPÍTULO 1 – TEORIA DA GUERRA MEDIEVAL

### 1- Teorias sobre a ação de guerra: resgate de um debate historiográfico

A guerra na Idade Média tem sido objeto de estudo por várias gerações de estudiosos. Entre o fim do século XIX e início do XX, militares analisavam tal tema com o fito de encontrar elementos que pudessem utilizar em seus exércitos modernos; entretanto, a maioria desses estudiosos não possuía nenhuma formação histórica. De acordo com Philippe Contamine, muitos desses militares se moviam de forma mais ou menos consciente nas perspectivas pragmáticas e utilitárias. Assim, chegaram à conclusão de que não havia nada para se apreender com os estudos de campanhas, batalhas e assédios medievais (1984, p. 264). As concepções desses militares, obviamente vinculadas aos seus contextos históricos, não são as mesmas dos pesquisadores contemporâneos.

A visão preconceituosa em relação às técnicas da guerra medieval esboçada pelos historiadores entre final do século XIX e começo do século XX deriva da influência exercida pelo estrategista militar Carl von Clausewitz (1780-1831), com sua obra *Da Guerra*<sup>8</sup>. A partir de Clausewitz, desenvolveu-se um conceito de estratégia utilizado pelos militaristas por um longo período. Sua definição de estratégia militar estava totalmente vinculada às ações de um exército no campo de batalha: “é a utilização do recontro para atingir a finalidade da guerra” (CLAUSEWITZ, 2014, p. 171); finalidade essa que seria a destruição e a derrota das forças inimigas em campo de batalha. Assim, qualquer tipo de atividade e atuação indireta que não levasse a tal finalidade não deveria ser considerada como uma estratégia em si mesma. Tal concepção foi adotada pelos historiadores militares, que até meados do século XX continuaram a afirmar que na Idade Média não teria ocorrido um desenvolvimento da estratégia militar, mas sim uma estagnação.

Esse é, por exemplo, o entendimento de Charles Oman, que defendeu a ideia de que na Idade Média a estratégia e a tática militar não se desenvolveram. Essa estagnação deveu-se ao fato de o sistema feudal ter transformado todo nobre em

---

<sup>8</sup> CLAUSEWITZ, Carl v. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. Tradução de Maria Teresa Ramos.

cavaleiro, porém não em um soldado. Por conseguinte, os exércitos medievais careciam de uma organização e de diversas outras qualidades necessárias a um corpo militar.

Outra visão que empobrecia a análise de guerra medieval foi o interesse exclusivo de tais estudiosos pelo estudo de batalhas campais presentes na Idade Média. Todavia, sabemos que o período medieval não se caracterizou por tais confrontos, sendo raros os seus acontecimentos, levando autores como Hans Delbrück e Ferdinand Lot a considerar o período como uma época defasada para o estudo de estratégias militares devido ao baixo número de batalhas campais (GARCÍA FITZ, 2001, p. 33; 36-37).

O debate entre os historiadores acerca dessa temática ganhou corpo na década de 1950 com a publicação do livro *The art of warfare in Western Europe during the Middle Ages*, de autoria de J. F. Verbruggen<sup>9</sup>, que fez uma crítica aos autores militares como Clausewitz, Charles Oman e Ferdinand Lot, que compartilhavam a ideia de que a Idade Média fora um período no qual os exércitos não eram capazes de se tornar um grupo tático unido, já que os combatentes colocavam a sua honra, fama e reputação acima do ideal de coletivo. Para estes autores, a disciplina – elemento fundamental para a organização dos exércitos e suas táticas – não existia nas guerras medievais se comparadas a outros períodos históricos. Por isso, as formas táticas de combates se tornaram obsoletas e, por conseguinte, não teria ocorrido naquele período uma “arte da guerra” como ocorrera na Antiguidade Clássica e no período Moderno. Deste modo, os historiadores militares do fim do século XIX e início do XX consideraram o medievo uma época de declínio do desenvolvimento da “arte da guerra” (VERBRUGGEN, 1998, p. 2-3).

É exatamente essa concepção da Idade Média como um período de declínio que deu início ao debate e à renovação historiográfica acerca da guerra na Idade Média. Verbruggen fez parte da gênese da crítica a esses autores por defender a tese de que o medievo foi um período de desenvolvimento militar e que os historiadores devem levar em consideração as condições materiais e o conhecimento daquela época.

No final do século XX, a discussão ganha um novo fôlego com os estudos de historiadores como Francisco García Fitz<sup>10</sup>. Esse historiador hispânico resgata os

---

<sup>9</sup> Livro publicado pela primeira vez em 1954, que se tornou um clássico para o estudo da guerra na Idade Média. Continua sendo uma obra de referência para o estudo do tema. VERBRUGGEN, J. F. **The art of Warfare in Western Europe during the Middle Ages**. Woodbridge, Suffolk: The Boydell Press, 1998.

<sup>10</sup> Especialista em História Militar na Idade Média, em específico a Península Ibérica dos séculos XII ao XIV, é autor de inúmeras obras de destaque nessa área historiográfica, como: *Edad Media: guerra e ideologia*; *Relaciones políticas y guerra: la experiencia castellano-leonesa frente al Islam (siglos XI-XIII)*; *Castilla y León frente al Islam: estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*;

pontos de vista dos autores do século XIX e XX e estabelece uma ampla investigação sobre as formas da guerra na Idade Média.

García Fitz compartilha da visão de Verbruggen de que os historiadores devem considerar o contexto em que se desenvolve a guerra na Idade Média. Em sua visão, ainda hoje, estudiosos cometem esse erro ao reafirmar a inexistência de disciplina e organização dos exércitos medievais. O que a historiografia atual concorda é que, certamente, houve um desenvolvimento das estratégias e técnicas naquele período histórico. Os dirigentes políticos e militares medievais se esforçaram, como em qualquer outro período, para fazer frente aos ataques dos inimigos e também derrotá-los nas batalhas. É indiscutível que as limitações dos recursos econômicos e tecnológicos da sociedade medieval acarretaram a impossibilidade da realização de esforços militares intensos e prolongados, o que nos permite entender as formas de guerrear da Idade Média (GARCÍA FITZ, 1998, p. 44-45)<sup>11</sup>.

Para tanto, é preciso levarmos em consideração outros elementos que caracterizam a guerra no período medieval, como, por exemplo, o uso da estratégia. Para André Beaufre, estratégia é “[...] a arte que permite, com independência de toda técnica, dominar os problemas que apresentam em si todo enfrentamento, para permitir precisamente empregar as técnicas com máxima eficácia”<sup>12</sup> (1982, p. 18).

Para vencer uma guerra medieval, a estratégia não deveria ser vista apenas nos confrontos campais, mas também nas operações de conquista de pontos fortes, na destruição de campos semeados, na quebra do abastecimento inimigo, no jogo de enfraquecimento psicológico, assim como nas atividades diplomáticas e políticas. Tais elementos devem fazer parte da estratégia como elementos fundamentais e não apenas acessórios (GARCÍA FITZ, 2001, p. 50 e 53).

---

*Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea; La Edad Media: guerra e ideología (justificaciones religiosas y jurídicas).*

<sup>11</sup> Cf. Fitz, tal explicação será dada no capítulo terceiro, na busca por demonstrar a composição da estratégia medieval e a sua composição por uma guerra de desgaste, realizada por cercos, cavalgada e saques presentes nas fontes. Com o objetivo principal de expandir o território cristão em custo do islâmico, principalmente na Península Ibérica, fazia com que tal guerra fosse caracterizada pela tomada, conquista e proteção de pontos fortes e estratégicos. Entretanto, tais atitudes e formas de guerrear não poderiam ser denominadas como estratégia caso o conceito e definição utilizada continuassem a ser a do prussiano Clausewitz, para quem a estratégia estava vinculada à derrota do inimigo em campo de batalha. Para isso, foi necessária a busca por novas definições de estratégias que dessem base à análise historiográfica acerca da estratégia de guerra medieval. Mais detalhes sobre essa discussão no capítulo III.

<sup>12</sup> No original: “[...] la arte que permite, con independencia de toda técnica, dominar los problemas que plantea en sí todo duelo, para permitir precisamente emplear las técnicas con la máxima eficacia” (BEAUFRE. 1982, p. 18).

## 2- Do pacifismo à guerra santa: a transformação da ideia de guerra no cristianismo medieval

Além dos aspectos técnicos, o entendimento da guerra na Idade Média exige que o historiador leve em consideração outro fator fundamental: o pensamento cristão sobre a ideia de guerra.

A renovação historiográfica iniciada pela Escola dos Annales permitiu uma ampliação da investigação no campo das ideias e instituições. Ao propor o estudo “de novos objetos” e “novas abordagens”, essa corrente historiográfica possibilitou aos historiadores estenderem o campo de investigação para além dos aspectos políticos e econômicos. O desprendimento da análise de recortes temáticos e espaços temporais restritos por meio de uma análise de longa duração<sup>13</sup> possibilitou ao historiador compreender fenômenos imperceptíveis se estudados de outro modo.

Ainda que não possamos depreciar a importância da Escola Positivista da História, pelo contrário, é preciso reconhecer sua importância, considerando que o abandono do método positivista focado na análise das grandes personagens e acontecimentos permitiu aos historiadores a ampliação de seus estudos, valorizando temas e objetos antes desprezados. Isso nos permite estudar a guerra na Idade Média e sua manifestação tanto no campo das ideias quanto das instituições<sup>14</sup>. Nessa perspectiva, a abordagem de Norbert Elias<sup>15</sup> nos ajuda a entender como as instituições passam por constantes transformações e como as estruturas sociais acompanham tais mudanças se forem entendidas como resultado da interação dos indivíduos e da sociedade analisados em conjunto e que se influenciam mutuamente.

---

<sup>13</sup> Perspectiva de análise que ganhou destaque principalmente com a clássica obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II*, de Fernand Braudel, participante da segunda geração dos *Annales*. Interpretação de uma história que se movimenta em um ritmo mais lento do que os eventos. Mudanças que ocorrem no tempo de gerações ou mesmo séculos. Conferir: BURKE, P. **A Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. Jacques Le Goff, ao explicar a longa duração proposta por Braudel, a entende como um tempo de mudança lentíssimo das profundezas das sociedades, tanto na evolução econômica como em sua evolução mental, especialmente levando em consideração que as mentalidades são resistentes às mudanças, ainda que haja algumas inovadoras. Ver: LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>14</sup> Não consideramos as instituições apenas como algo burocrático e físico, mas também como toda forma organizada e coerente de pensamento, sem ser formalizada burocraticamente e sem possuir estruturas materiais fixas. Sobre essa questão, conferir: PEREIRA; et al. Instituições e História das Ideias. In: Sandra C.A. Pelegrini; Silvia Helena Zanirato. (Org.). **Narrativas da Pós-Modernidade na Pesquisa Histórica**. Maringá: EDUEM, 2005, p. 215 – 224.

<sup>15</sup> ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. V.1

Esse referencial possibilita compreender as mudanças nas ideias e consequentemente a elaboração de uma “teoria da guerra” na Idade Média, fundamentada nos conceitos de *guerra justa* e *guerra santa*.

García Fitz (2003) afirma que as justificações ideológicas criadas ao longo dos séculos pelos cristãos não devem ser vistas como um artifício de engano, mas sim como uma visão da suposta realidade, como expressão consciente e falsificadora dos verdadeiros interesses. Porém, se é aceita pela sociedade, é porque pode se adaptar aos ideais coletivos e aos valores das escalas sociais e morais ou às tradições presentes em determinado período histórico. Assim, o desenvolvimento de uma ideologia da guerra por parte do cristianismo se converte em um fator ativo e mobilizador, deixando de ser uma “máscara justificadora” para tornar-se um conjunto de imagens e ideias coerentes com uma utilização para a guerra (GARCÍA FITZ, 2003, p. 16).

Vejamos, pois, o desenvolvimento da construção histórica dos conceitos de *guerra justa* e *guerra santa* e sua influência nas estruturas sociais e mentais no Ocidente medieval, bem como a legitimação – através desses conceitos – do combate ao inimigo cristão.

### **3- A formação dos conceitos de *guerra justa* e *guerra santa***

O pensamento cristão primitivo<sup>16</sup> manifestava uma visão pacifista relativa à violência e à guerra. Tal ideologia advinha, principalmente, das interpretações do Novo Testamento, como nas passagens do Evangelho de São Mateus:

Ouvistes que foi dito: olho por olho e dente por dente. Eu, porém, vos digo: não resistais ao homem mau; antes, àquele que te fere na face direita, ofereça-lhe também a esquerda! [...] Ouvistes o que foi dito: Amarás o teu próximo, e odiarás o teu inimigo. Eu, porém, vos digo: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem (MATEUS, 5:38-39, 43-44).

Ou ainda: “Bem aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filho de Deus” (MATEUS, 5: 9). Desta forma, em um primeiro momento, o cristianismo

---

<sup>16</sup> De acordo com Robin Fox, os ensinamentos de Cristo eram transmitidos oralmente, uma forma de comunicação que se mostrou especial até o século II. Entretanto, por volta dos anos sessenta do mesmo século, os cristãos começaram a escrever os Evangelhos. Vários deles começaram a circular, porém, após meados do século II, os quatro que hoje são utilizados pela Igreja ganharam uma conotação especial. FOX, R. L. Cultura escrita e poder nos primórdios do cristianismo. In: WOOLF, G. e BOWMAN, A. K. **Cultura escrita e poder no mundo antigo**. São Paulo: Ática, 1998. p. 154-182.

se apresentou como uma religião pacifista, em que os cristãos, ao serem perseguidos, se entregavam ao martírio sem reação, como uma forma de se chegar ao reino dos céus. O apóstolo Pedro entendia o martírio como uma virtude cristã, em oposição à violência:

Amados, não vos alarmeis com o incêndio que lavra entre vós, para a vossa provação, como se algo de estranho os estivesse acontecendo; antes, na medida em que participais dos sofrimentos de Cristo, alegrai-vos, para que também na revelação da sua glória possais ter uma alegria transbordante. Bem-aventurados sois, se sofrei injúrias por causa do nome de Cristo, porque o Espírito de glória, o Espírito de Deus repousa sobre vós (1 PEDRO, 4:12-14).

A ideia de retribuir a violência romana com violência era descartada. O pacifismo era, portanto, apresentado como uma norma ou doutrina do cristianismo primitivo dos dois primeiros séculos. A partir da interpretação dos textos bíblicos, os Pais da Igreja traçaram seu ideal para a igreja cristã primitiva.

Deste modo, os cristãos, pelo menos em sua maioria, permaneceram afastados dos exércitos romanos e conseqüentemente da “arte da guerra” por dois principais motivos. Primeiro, o referido pacifismo diante das agressões sofridas. Segundo porque, ainda que cidadãos romanos, se negavam a participar de um exército que considerava o próprio imperador como um deus.

Todavia, tal quadro começou a modificar-se a partir do momento que o cristianismo passou a ser aceito pelas autoridades e pela sociedade romana. Com a conversão de Constantino em 312, a Igreja cristã iniciou uma nova etapa em sua história. A mudança da Constituição Imperial *De Confessoribus qui mi litaverant* modificou o juramento de fidelidade realizado pelos soldados, tornando-o compatível com o culto de um deus único (MATTOS, 1964, p. 55).

Com a adoção do cristianismo como religião oficial do Império em 380, os homens da Igreja não podiam mais deixar de lado as questões militares, pois cada vez mais os assuntos do Estado se entrelaçavam com os interesses da Igreja e vice e versa. Assim, surgia a necessidade dos cristãos lutarem pelo Império e, em consequência, a necessidade de uma justificação plausível para a ação bélica. Afinal, Roma precisava manter suas estruturas frente aos povos germânicos e a Igreja a fé diante do paganismo (GARCÍA FITZ, 2003, p. 103).

Nesse sentido estaria justificada a ação bélica contra os inimigos do Império e da Igreja. Para Umberto Eco, as guerras do passado fundamentavam-se no princípio da

justiça, de modo que os cidadãos conscientes desse preceito estavam sempre dispostos a destruir os inimigos (ECO, 2010, p. 19). Daí a necessidade cada vez maior de criar uma justificação cristã para os atos militares.

Iniciou-se, assim, um processo de justificação da guerra por parte do cristianismo. Seus interesses precisavam ser defendidos. De acordo com Mattos (1964), foi justamente a cristianização gradual da população e do Estado romano que proporcionou o surgimento de uma teoria completa da *guerra justa*. Para este autor, era necessário o predomínio de uma crença que alocasse quatro “fermentos” ao Império Romano e que possibilitasse uma “revolução espiritual” aos homens da época. Portanto, era necessário:

a) Que ensinasse a existência de um único Deus, comum a todos os povos, cidades e raças; b) que admitisse a fraternidade humana; baseada numa origem comum, e numa comunidade última do destino ultra-terreno; c) filosofia ou crença que não se ativesse apenas a rituais exteriores, mas pesquisasse o porquê dos atos humanos, e o julgasse de acordo com preceitos imutáveis, e uma permanente e estável escala de valores; que, enfim, ensinasse estarem as pessoas de Direito Público, e seus chefes, sujeitos a um código ético, - embora agissem em nome do País, e como encarnação suprema de sua “magestas” (MATTOS, 1964, p. 49-50).

O cristianismo forneceu os elementos para que o Estado deixasse de ser onipotente, e a guerra de constituir-se em um instrumento normal de política externa para tornar-se apenas, e somente em certas condições, “um mal menor”.

Para compreender tal “mudança”, é necessário entender o comportamento cristão de tal contexto, bem como a complexa e contínua mutação das estruturas institucionais. Assim, a partir de tais mudanças os teólogos buscaram novas justificações para a prática da guerra na Idade Média.

Tanto o início quanto o desenvolvimento de tal processo de justificação tornou-se possível devido à ambiguidade apresentada pelas Sagradas Escrituras. Conforme mostramos, algumas passagens bíblicas pregam a ideia de pacifismo no pensamento teológico cristão. Destarte, outras são passíveis de interpretação e levam a uma concepção diferente acerca da guerra.

O Velho Testamento é, em geral, o que possibilita maior margem de interpretação a favor de uma guerra dirigida por Deus:

Quando Iahweh teu Deus te houver introduzido na terra a que vais a fim de possuí-la, e tiver lançado fora de diante de ti muitas nações, a saber, os heteus, os gergeseus, os amorreus, os cananeus, os ferezeus, os heveus e os jebuseus, sete nações mais numerosas e mais poderosas do que tu; e quando Iahweh teu Deus entrega-las a ti, tu as derrotará e as sacrificarás como anátema. Não farás aliança com elas e não as tratará com piedade (DEUTERONÔMIO, 7:1-12).

E ainda:

[...] e lhe dirá: Ouve, ó Israel! Estais hoje prestes a guerrear conta os vossos inimigos. Não vos acovardeis, nem fiquéis com medo, nem tremais ou vos aterrorizeis diante deles, porque Iahweh vosso Deus marcha convosco, lutando a vosso favor contra os vossos inimigos, para salvar-vos (DEUTERONÔMIO, 20:3-4).

Em geral, a ambiguidade ocorre entre Novo e Velho Testamento. Os primeiros livros caracterizam um Deus mais belicoso e vingativo, enquanto que no Novo Testamento cria-se a imagem de um Deus de amor e paz. Porém, ainda que de forma mais branda, no Novo Testamento também é possível encontrar passagens que possibilitam uma interpretação favorável à violência, desde que a causa seja justa do ponto de vista cristão.

Uma das mais conhecidas é a passagem em que Jesus expulsa os mercadores do Templo:

[...] Estando próxima a Páscoa dos judeus, Jesus subiu à Jerusalém. No Templo, encontrou os vendedores de bois, de ovelhas e de pombas e os cambistas sentados. Tendo feito um chicote de cordas, expulsou todos do Templo, com as ovelhas e com os bois; lançou ao chão o dinheiro dos cambistas e derrubou as mesas [...] (JOÃO, 2: 13-15).

Ou mesmo um trecho do Evangelho de Mateus em que se diz: “Não penseis que vim trazer paz à terra. Não vim trazer a paz, mas a espada” (MATEUS, 10: 34).

Assim, há nos textos bíblicos razões suficientes para suscitar diferentes interpretações sobre a guerra. O primeiro grande teólogo cristão que procurou defender a necessidade da guerra, abandonando o total pacifismo defendido por escritores como Eusébio de Cesaréia e Justino Martir, foi Santo Agostinho. Diante das novas situações impostas à Igreja Cristã, Santo Agostinho utilizou-se de seus conhecimentos acerca da filosofia antiga e das Sagradas Escrituras para fundamentar um conceito de *guerra justa*.

Primeiramente, a guerra é vista por Santo Agostinho como um instrumento em busca da Paz; este autor entendia a guerra como um instrumento para estabelecer a ordem na sociedade. Em sua visão, todos procuram a paz, mesmo ao fazer a guerra:

Quem quer observe um pouco as questões humanas e a nossa comum natureza reconhecerá comigo que, assim como não há quem não procure a alegria, também não há quem não queira possuir a paz. Realmente, mesmo quando alguém faz a guerra, mas não quer vencer; portanto, é a uma paz gloriosa que pretende chegar, lutando. Na verdade, que mais é a vitória senão a sujeição dos que resistem? Logo que isto se tenha conseguido, será a paz. As próprias guerras, portanto, são conduzidas tendo em vista a paz, mesmo por aqueles que se dedicam ao exercício da guerra, quer comandando quer combatendo. Donde se evidencia que a paz é o fim desejado da guerra. Efetivamente, todo homem procura a paz, mesmo fazendo a guerra; mas ninguém procura a guerra ao fazer a paz (SANTO AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, Liv. XIX, cap. XII, p. 1909).

O ato de guerrear, outrora apresentado como um instrumento do mal, passa a ser visto como uma ferramenta para restabelecimento da paz na ordem social. Santo Agostinho busca em sua filosofia uma justificação das causas da guerra e da impossibilidade de uma sociedade que se estabeleça de forma periférica a tal atividade.

De acordo com García Fitz:

Sua experiência pessoal e sua sombria opinião sobre a natureza humana o levaram a aceitar que o pecado era consubstancial ao homem e que a guerra, que não era se não sua consequência, devia ser considerada como um mal menor, inevitável e necessário, em um mundo em que a paz completa não podia ser alcançada nunca. Esta última convicção lhe obrigou a reinterpretar a ética cristã da não violência à luz daquela realidade inevitável. Os cristãos não podiam prever que a paz era impossível na terra e, por tanto, não tinham outra opção que aceitar a existência da guerra e tomar parte nela para combater o pecado, a maldade e a injustiça, ao menos sob certas condições. Desta forma, a guerra, que originalmente é fruto do pecado, se converte também em ferramenta de Deus para lutar contra ele<sup>17</sup> (GARCÍA FITZ, 2003, p. 123-124).

---

<sup>17</sup> No original: “Su experiencia personal y su sombría opinión sobre la naturaleza humana le llevaron a aceptar que el pecado era consustancial al hombre y que la guerra, que no era sino su consecuencia, debía considerarse como un mal menor, inevitable y necesario, en un mundo en el que la paz completa no podría alcanzarse nunca. Esta última convicción le obligó a reinterpretar la ética cristiana de la no violencia a la luz de aquella realidad insoslayable. Los cristianos no podían obviar que la paz era imposible en la tierra y, por tanto, no tenían otra opción que aceptar la existencia de la guerra y tomar parte en Ella para combatir el pecado, la maldad y la injusticia, al menos bajo ciertas condiciones. De esta forma, la guerra, que originalmente es fruto del pecado, se convierte también en herramienta de Dios para luchar contra El” (GARCÍA FITZ, 2003, p. 123-124).

Santo Agostinho encontra tal justificação na natureza humana e na vulnerabilidade do homem frente ao mal. Sendo o homem fruto do pecado original e, portanto, imperfeito, a guerra passa a ser algo consubstancial à sua própria natureza. Assim, a guerra, fruto do pecado, torna-se a ferramenta para combater os vícios e estabelecer a ordem de volta à sociedade.

Ora esta guerra jamais teria existido, se a natureza humana tivesse persistido pelo seu livre arbítrio na rectidão em que foi criada. Mas agora, ela que, feliz, não quis ter a paz com Deus – infeliz, está em guerra consigo própria e, embora seja este um mal calamitoso, este mal é, todavia, melhor do que os primórdios desta vida. Realmente, é melhor combater contra os vícios do que por eles ser dominado sem combate. É melhor, digo eu, a guerra com a esperança duma paz eterna do que o cativo sem pensamento algum de libertação (SANTO AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, Liv. XXI, cap. XV, p. 2180).

A guerra, então, passa a ser um mal menor para evitar que ocorra a consumação da injustiça. Um mal que se deve diminuir, observando a justiça para com o inimigo e sempre com o objetivo de estabelecer a paz. Logo, percebemos que mesmo aceitando a guerra, Santo Agostinho delimita alguns critérios para que esta se torne justa. A guerra precisaria estar sempre em busca da justiça e da paz, ser sempre realizada por ordem de Deus; sendo assim, devia ser declarada por uma autoridade que representasse o poder divino. Por fim, Agostinho definira a *guerra justa* como guerras que vingam injustiças, quando um povo ou um Estado, a quem a guerra deve ser feita, deixou de punir os erros dos seus ou de restituir aquilo que foi saqueado em meio a essas injustiças (GARCÍA FITZ, 2003, p. 51; DEMURGER, 2002, p. 20).

O primeiro passo havia sido dado. Santo Agostinho inaugurava uma nova forma de pensamento dentro da teologia cristã. O pacifismo deixa de ser considerado em sua totalidade, passando os cristãos a serem responsáveis por lutarem em certas guerras, quando declaradas justas. A instituição da guerra cristã começava a ganhar suas formas, passando por sua primeira transformação ideológica, da defesa de um pacifismo incondicional para a aceitação de uma guerra justa.

Entretanto, é válido lembrar que se nesse primeiro momento a guerra ganha uma justificação, ela continua caracterizada como algo mal; ainda que seja um mal menor em busca de um bem maior. Aqueles que cometessem o homicídio, apesar de estarem justificados, ainda estavam sujeitos às penitências pelo derramamento de sangue dos

inimigos. Tal ideia se inverterá posteriormente com a consolidação de um pensamento de *guerra santa* (DEMURGER, 2007, p. 41).

Todavia, antes de tal consolidação, o conceito de *guerra justa* havia de passar por mais algumas alterações e principalmente complementações por parte da Igreja Cristã e seus pensadores. Isidoro, bispo de Sevilha, em sua obra *Etimologias*, deu continuidade à ideia de justificação da guerra, ao definir como justa “aquela que se realiza por prévio acordo, depois de uma série de feitos repetidos ou para expulsar ao invasor”<sup>18</sup> (SAN ISIDORO DE SEVILLA, *Etimologías*, L. XVIII, I, p. 1215).

Segundo José Mattos, Isidoro de Sevilha declarava ser uma *guerra justa* aquela oriunda de uma razão legítima, fosse defensiva para repelir o invasor de seu território, fosse ofensiva desde que, com esse ataque, visasse obter pelas armas um ressarcimento legítimo de um direito violado ou mesmo a reintegração de um patrimônio perdido (MATTOS, 1964, p. 67).

Desta forma, Agostinho de Hipona e Isidoro de Sevilha consolidam a primeira formulação teórica acerca da justificação militar cristã na Idade Média. A ideia será retomada somente no século XIII por Tomás de Aquino. De acordo com José Mattos, tal silêncio pode ser atribuído a quatro motivos:

- a) À própria multiplicidade das guerras, ao esmiuçamento da soberania, e aos problemas internacionais que dele defluíam; b) ao fato de que os textos já existentes pareciam bastar para nortear a conduta política dos povos; c) a um empobrecimento intelectual dos filósofos cristãos, nos séculos VII ao XII; d) à presença incômoda do mundo islâmico, a ameaçar a Cristandade como um “movimento de pinças”, dos Pirineus aos muros de Nicéia (MATTOS, 1964, p. 72).

No século XIII Tomás de Aquino, a partir dos preceitos de Santo Agostinho, confirmou a ideia de *guerra justa* em sua obra *Suma Teológica*. O escolástico define três princípios determinantes para que uma guerra fosse considerada moralmente justa: primeiro, que fosse declarada por uma autoridade legítima, como os príncipes, pois “[...] cabe a eles defender o bem público da cidade, do reino ou da província submetida a sua autoridade”<sup>19</sup> (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, q. 40, a. 1). Segundo, que fosse travada por uma causa justa, conforme havia afirmado Santo Agostinho. Terceiro, que aqueles que a

<sup>18</sup> No original: “Guerra justa es la que se realiza por previo acuerdo, después de una serie de hechos repetidos o para expulsar al invasor”. San Isidoro de Sevilla. **Etimología**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 1217.

<sup>19</sup> No original: “[...] a ellos compete defender el bien público de la ciudad, del reino o de la provincia sometidos a su autoridad [...]” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, q. 40, a. 1).

realizassem tivessem uma “reta conduta”, pois, mesmo sendo legítima a autoridade que a declarou e justa também a causa, se fosse realizada com má intenção essa seria ilícita. (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, q. 40, a. 1).

No intervalo de tempo entre Isidoro de Sevilha e Tomás de Aquino, a Igreja passou por um importante processo de transformação – cristianização dos povos “bárbaros” e militarização – que contribuiria para a definição de um novo conceito: o de *guerra santa*.

De acordo com Jérôme Baschet, parte desses povos já estavam convertidos ao cristianismo quando adentraram o Império, como os vândalos, visigodos e ostrogodos, que adotaram a doutrina ariana<sup>20</sup> ao invés da ortodoxia católica. Foram os francos no final do século V, que fizeram uma opção politicamente conveniente à Igreja. O rei merovíngio Clóvis, percebendo a força adquirida pelos bispos cristãos se batiza juntamente a três mil soldados de sua hoste pelo bispo de Reims. Outros povos se converteram posteriormente, como os visigodos na Hispania, sob a liderança de Recaredo em 587 (BASCHET, 2011, p. 61-62).

Com a cristianização dos povos “bárbaros”, a cultura cristã e a germânica se influenciaram mutuamente. Tal fato mostra-se importante para o desenvolvimento da ideologia de guerra na Idade Média, pois, em mais um processo de adaptação institucional, a Igreja acabou por incorporar os valores guerreiros germânicos à sua forma de pensar a sociedade.

Francisco García Fitz chama esse processo de uma “mão de via dupla”, pois assim como a Igreja cristianizou os povos germânicos, em contrapartida os germanos “barbarizaram” a Igreja, submetendo-a a um processo de militarização. Tal fato teria ocorrido, porque, para tais povos, religião e ética eram tratadas de forma separada. Conceberam o cristianismo como uma crença que poderiam levá-los ao êxito militar, liderados por um verdadeiro deus da guerra. Assim, a Igreja passou a influenciar os ritos militares dos povos chamados “bárbaros”. Isso ocorre com a sacralização dos contingentes armados, das armas e dos ritos pronunciados antes das batalhas – a pedido de proteção – e após as batalhas – como forma de agradecimento (GARCÍA FITZ, 2010, p. 126).

---

<sup>20</sup> O arianismo foi uma crença herética que surgiu na Igreja primitiva em virtude dos ensinamentos do sacerdote alexandrino Ario (256-336). Em face da dificuldade teológica de combinar a divindade de Cristo com a unidade de Deus na trindade, Ario propôs a noção segundo a qual o filho não era co-eterno com o pai, visando assim proteger o monoteísmo, bem como a fé na imutabilidade divina. Cf. OLSON, Roger. **História das controvérsias na teologia cristã: 2000 anos de unidade e diversidade**. São Paulo: Editora Vida, 2004; LOYN H. R. (Org.). **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

Tal união entre “poder público” e Igreja se tornaria mais estreita no Império Carolíngio, especialmente durante o reinado de Carlos Magno. A confluência de interesses entre a dinastia carolíngia e o papado inicia-se com o reinado de Pepino, o Breve. Esse monarca precisava que a Igreja legitimasse a nova dinastia em função do golpe de Estado que havia dado em 751, depondo Childerico III, o último rei merovíngio. Por outro lado, o papado necessitava de apoio militar para fazer frente aos lombardos que ameaçavam suas posses na Itália. Com a proclamação de Carlos Magno, no ano de 800, como Imperador com o apoio da Igreja e, conseqüentemente, a legitimação vinda desse ato, os carolíngios se comprometiam a lutar contra os “ímpios” em defesa da Igreja. (GARCÍA FITZ, 2010, p. 136-137).

Ao longo do século IX, devido à aliança da Igreja com o imperador carolíngio, o papa passou a exercer um papel considerável nos negócios ocidentais, já que a coroação de Carlos Magno como Imperador, havia diluído as relações do sumo pontífice com o imperador de Constantinopla. A Igreja conseguiu a posse do patrimônio de São Pedro concedido pelos soberanos francos. O papa consagrava a dinastia carolíngia e em troca recebia a confirmação de sua base territorial e material. De acordo com Jérôme Baschet, o momento carolíngio repousou, assim, sobre uma aliança entre o Império e Igreja que asseguravam através de troca equilibrada de serviços o desenvolvimento conjunto de cada um (BASCHET, 2011, p. 72). Para o autor:

[...] a Igreja encarregasse de manter a aura do poder imperial, legitimando-o pela consagração e esforçando-se sempre por fazer com que as ações do imperador apareçam como as de um príncipe cristão, agindo conforme a vontade divina. Em troca, a Igreja beneficia-se de uma proteção sem igual, garantida por certificados de imunidade que conferem às terras da Igreja uma autonomia judiciária e fiscal, subtraindo-as do poder real ou imperial [...] (BASCHET, 2011, p.72).

Tal associação entre Igreja e Império Carolíngio, no trânsito dos séculos VIII e IX estimulou o processo de santificação da guerra. Essa santificação foi essencial para a justificação da guerra na Idade Média. Os primeiros passos rumo à sacralização da guerra deram-se com as chamadas segundas invasões, nos séculos IX e X. A Igreja viu-se pressionada por todos os lados, a guerra se converteu em uma necessidade. Criou-se a ideia de que a morte em combate poderia ser um caminho para a salvação eterna, passando a guerra a ser considerada como um ato que conferia bens espirituais aos combatentes.

De suma importância para esse processo de santificação da guerra foi a declaração do Papa Leão IV (847-855) ao afirmar a salvação de todos os cristãos que lutassem a guerra contra os sarracenos no Mar Mediterrâneo. O primeiro e fundamental passo foi dado. Morrer em batalha lutando contra os infiéis se convertia em uma forma de salvação e o homicídio em uma fórmula de redenção dos pecados (GARCÍA FITZ, 2010, p. 141-143).

Concluimos, então, que desde o processo de justificação da guerra por Agostinho de Hipona à afirmação de Leão IV acerca da salvação dos homens houve mudança no pensamento cristão. O que era passível de penitência tornou-se motivo de salvação. E a guerra, além de justa, passou a ser considerada santa. No século XI, inicia-se um processo de consolidação dessa nova forma de pensar a guerra cristã.

#### **4- A Primeira Cruzada e a consolidação da ideia de *guerra santa***

Em fins do século XI a Igreja lançou mão das ideias de Santo Agostinho e Isidoro de Sevilha referentes à guerra para reclamar um território que julgava seu por direito.

No ano de 1095, o papa Urbano II, ultrapassando todos os limites estabelecidos anteriormente às funções da Igreja, declara guerra aos muçulmanos na Terra Santa<sup>21</sup>. Utilizando-se do poder adquirido pela Igreja ao longo da Alta Idade Média, o sumo pontífice conclama a todos os cristãos e, principalmente, aos senhores da guerra a lutarem pela Igreja na Terra Santa e recuperar Jerusalém em uma *guerra santa* desejada e inspirada por Deus.

Durante o domínio islâmico na Palestina, os cristãos continuaram as peregrinações para as cidades consideradas santas, exceto durante alguns períodos, como o do reinado do califa al-Hakim Bi-amr Allah (985-1021). Segundo Helen Nicholson (2006), a peregrinação se tornou mais difícil no século XI devido ao avanço,

---

<sup>21</sup> No tocante ao processo que levou à proclamação da Primeira Cruzada, podemos apontar alguns fatores que convergem aos da *guerra justa* e *guerra santa*. O Império Romano dominou por muito tempo a região de Jerusalém. E com a conversão de Constantino, em 312, o Império Romano passou a ser cristão. Com a morte do imperador Teodósio, em 395, o Império Romano se dividiu definitivamente entre Oriental e Ocidental. Após a queda do Império ocidental romano, o do Oriente prosseguiu, tendo como capital Constantinopla e governando grande parte do Oriente, inclusive a Palestina. No ano de 614, os Persas tomaram Jerusalém no reinado do monarca Cosroes o Khusro II. O Império Bizantino recuperou a cidade de Jerusalém, ainda que por pouco tempo, no governo de Heraclio (610-641), mas a perdeu para o islã em 638, e os cristãos só voltaram a recuperá-la em 1099, no final da Primeira Cruzada (NICHOLSON, 2006, p. 32 - 33).

para o Ocidente, dos turcos seljúcidas<sup>22</sup>. Até esse momento, os cristãos podiam fazer a viagem quase toda por território cristão; entretanto, com as derrotas sofridas pelo Império Bizantino para os seljúcidas, os peregrinos estavam suscetíveis a maiores perigos, tornando-se indispensável um acompanhamento armado. Com o avanço dos turcos e com a derrota bizantina na batalha de Mantzikert no ano de 1071, o Império Bizantino perdeu os territórios da Ásia Menor. Esse foi um dos fatores que fez Urbano II proclamar a Cruzada. Os cristãos reclamavam a cidade de Jerusalém não somente por ser a cidade onde Jesus vivera e morrera, mas também por que se sentiam “herdeiros do Império Romano” (NICHOLSON, 2006, p. 32-34).

Essa reivindicação se encaixa, portanto, na definição de Isidoro de Sevilha, que defendia a *guerra justa* como motivada por uma razão legítima, desde que a ofensiva visasse obter, pelas armas, o ressarcimento de um direito legítimo violado, ou mesmo a reintegração de um patrimônio perdido.

Para Collin McEvedy (2007), a proclamação de Urbano II partiu de um pedido de ajuda dos bizantinos que estavam sofrendo ataques dos turcos seljúcidas. O papa refletiu sobre o pedido e decidiu fazer melhor do que uma simples ajuda. Com a proclamação da Cruzada no dia 27 de novembro de 1095, o papa convoca um esforço total da cristandade, objetivando tirar os muçulmanos da Anatólia, Síria e Palestina, regiões ocupadas na Terra Santa<sup>23</sup> (McEVEDY, 2007, p. 48)<sup>24</sup>.

A tomada de Antioquia pelos cruzados permitiu que os soldados avançassem sobre Jerusalém, aonde chegaram em 1099. Em 14 de julho desse ano, os cruzados tomaram a cidade e os muçulmanos renderam-se individualmente. Entretanto, poucas rendições foram aceitas e foi sob o sangue muçulmano que subiu a bandeira vitoriosa dos Cruzados (McEVEDY, 2007, p. 48).

Com a Primeira Cruzada, dois novos fatores colaboraram para a afirmação da ideia de *guerra santa*: a criação das Ordens Militares e a participação de novos teólogos no debate sobre a legitimidade dos conflitos bélicos, como Bernardo de Claraval, abade de Cluny.

---

<sup>22</sup> Os turcos seljúcidas eram originalmente um povo nômade de religião islâmica sunita presentes na Ásia, principalmente no final da Alta Idade Média e Idade Média Central. Os seljúcidas desenvolveram um exército poderoso e estreitaram os contatos com a vida da corte persa. Sobre essa questão, ver: KIRK, G. E. **História do Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

<sup>23</sup> A proclamação da Cruzada é uma verdadeira prova de que o sumo pontífice necessitava demonstrar sua liderança sobre o Ocidente, já que a Primeira Cruzada reuniu importantes líderes laicos como Raimundo de Toulouse, Roberto da Normandia, Godofredo de Lorena e Estevão de Bois.

<sup>24</sup> MCEVEDY, Colin. **Atlas de história medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

De acordo com Jean de Flori (2005), as Ordens Militares resultam da Primeira Cruzada porque, após a tomada de Jerusalém pelos cristãos e a formação dos Estados Latinos (principado Antioquia, Condado de Edessa, Reino de Jerusalém, e condado de Tripoli), a maioria dos cruzados voltou aos seus países de origem. Os historiadores concordam que, com a volta dos cavaleiros, poucos soldados permaneceram nos territórios ocupados pelos cristãos. Contudo, a peregrinação a esses lugares continuou forte e aumentou após a tomada de Jerusalém, fosse por mar ou por terra (FLORI, 2005, p. 178).

Os peregrinos, em sua caminhada rumo à Terra Santa, estavam sujeitos a vários perigos, como a insolação, o ataque de animais ferozes do vale do rio Jordão, além do ataque de piratas muçulmanos (UPTON-WARD, 2001, p. 13). Com o Concílio de Clermont, em 1095, a Igreja passou a demonstrar maior preocupação em garantir a segurança dos peregrinos e, conseqüentemente, a proteção dos Estados Latinos. A necessidade de uma força militar para a defesa dos peregrinos que viajavam à Terra Santa levou à criação da primeira ordem monástico-militar do Ocidente: a Ordem dos Cavaleiros Templários. Esses monges personificaram uma imagem até então inédita: a dos monges-soldados.

Segundo Dominique Barthélemy (2010), os Templários incorporam um misto de ideal guerreiro germânico com a disciplina romana, aliada à doçura do monge e à bravura do cavaleiro (BARTHÉLEMY, 2010, p. 344). Já para Helen Nicholson (2006), a nova figura do monge-guerreiro representada pelos cavaleiros templários suscitou controvérsias. Isaac de Étole (1105/1120-1185), monge e teólogo da Ordem Cisterciense, ao contrário de Bernardo de Claraval, criticava em seus escritos a forma como os Templários obrigavam os infiéis a se converterem ao cristianismo, ou seja, condenava o uso da força pelos monges-cavaleiros. Chega, inclusive, a por em dúvida a vocação religiosa desses novos cavaleiros (NICHOLSON, 2006, p. 58-59).

Posição contrária foi adotada por Bernardo de Claraval. Em seu opúsculo *Elogio à Nova Milícia Templária*, o monge cisterciense define esses novos cavaleiros como *milites Christi*. Para ele, os Templários eram verdadeiros monges, porque levavam uma vida de sobriedade, pobreza e castidade, e, além disso, marcada pela oração. Mas esses monges eram também *milites*, soldados cavaleiros que lutavam contra os muçulmanos. Jamais se conheceu milícia igual, “porque lutam sem descanso combatendo de uma só vez uma dupla frente: contra os homens de carne e osso, e contra as forças espirituais do mal” (BERNARDO DE CLARAVAL, 2005, p. 40).

Bernardo de Claraval pôs fim à crise de consciência em relação à guerra, pelo menos de forma teórica. O fato de um religioso derramar o sangue inimigo em batalha já não era mais visto como um pecado capital. Em sua obra, assegurou a sacralidade do combate ao infiel em defesa do cristianismo e da Igreja. Com isso, fortaleceu-se no pensamento cristão a ideia de uma *guerra santa*:

[...] os soldados de Cristo lutam confiantes nas batalhas do Senhor, sem temor algum de pecar ao colocar-se em perigo de morte e por matar o inimigo. Para eles, morrer ou matar por Cristo não implica criminalidade alguma e reporta uma grande glória. Além disso, conseguem duas coisas: morrendo servem a Cristo, e matando, Cristo mesmo se lhes entrega como premio<sup>25</sup> (BERNARDO DE CLARAVAL, 2005, p. 45).

A morte do inimigo deixa, portanto, de ser considerada como um homicídio:

Não peca como homicida, senão – diria eu – como malicida, o que mata o pecador para defender os bons. É considerado defensor dos cristãos e vinga Cristo dos malfeitores. E quando o matam, sabemos que não pereceu, apenas atingiu sua meta. A morte que ele causa é um benefício para Cristo<sup>26</sup> (BERNARDO DE CLARAVAL, 2005, p. 45).

Além da legitimação do ato de matar aqueles considerados infiéis, o discurso de Bernardo de Claraval incorpora o conceito de *guerra justa* elaborado anteriormente por Santo Agostinho. Do mesmo modo, ao defender a expulsão dos muçulmanos de um território tido como pertencente aos cristãos, o monge cisterciense resgata o elemento jurídico de uma *guerra justa*, defendido por Isidoro de Sevilha, ou seja, a recuperação dos bens roubados pelos inimigos.

Com isso, consolida-se o conceito de uma *guerra justa e santa* no pensamento cristão medieval. O processo de aceitação de uma ideologia bélica iniciada por Santo Agostinho e Isidoro de Sevilha chegava a seu ápice com Bernardo de Claraval. A incorporação de tais ideias e conceitos também ocorreu na Península Ibérica, durante o processo de Reconquista, ainda que com algumas características peculiares.

---

<sup>25</sup> “[...] los soldado de Cristo combaten confiados en las batallas del Señor, sin temor alguno a pecar por ponerse en peligro de muerte y por matar el enemigo. Para ellos, morir o matar por Cristo no implica criminalidad alguna y reporta una gran gloria. Además, consiguen dos cosas: muriendo sirven a Cristo, y matando, Cristo mismo se les entrega como premio.”

<sup>26</sup> No peca como homicida, sino – diría yo – como *malicida*, el que mata al pecador para defender a los buenos. Es considerado defensor de los cristianos y vengador de Cristo en los malhechores. Y cuando le matan, sabemos que no ha perecido, sino que ha llegado a su meta. La muerte que él causa es un beneficio para Cristo (SÃO BERNARDO, 2005, p.45).

## 5- A Reconquista e a incorporação dos conceitos de *guerra justa* e *guerra santa*

Os ideais de *guerra justa* e *guerra santa* aplicados no contexto da Primeira Cruzada são igualmente incorporados no longo processo da Reconquista Ibérica. De acordo com Miguel A. Ladero Quesada (2010), o termo Reconquista é um neologismo formado nos finais do século XVIII e tem sido o núcleo principal da interpretação da história espanhola relativa ao processo de recuperação territorial levado a cabo pelos cristãos na Península Ibérica (2010, p. 26).

Em fins do século XIX e início do século XX, há uma recuperação do conceito de Reconquista identificando a luta dos hispânicos frente aos muçulmanos como o elemento principal da formação da identidade espanhola. Assim, o termo *Reconquista* tornou-se um dos principais mitos originários do nacionalismo espanhol, utilizado até mesmo por general Franco para identificar o seu governo como uma “reconquista” contra os comunistas que há havia tomado e subjugado a nação espanhola.

A desvinculação do termo das ideias nacionalistas começou a ser posta de lado a partir dos trabalhos de Abilio Barbero e Marcelo Vigil no final da década de 1960 e início da década de 1970. Atualmente, a utilização do termo pode ser criticada devido à sua formação anacrônica e às cargas ideológicas que pode transmitir. Entretanto, uma nova forma de se pensar o conceito de Reconquista é apresentado pelo historiador contemporâneo García Fitz (2009) que o emprega sem nenhuma conotação ideológica. A sua utilização na historiografia moderna ocorre apenas pela sua capacidade de neutralizar no tempo um processo de expansão territorial protagonizado pelos reinos cristãos peninsulares à custa da Al-Andaluz durante a Idade Média (GARCÍA FITZ, 2009, p. 152).

O historiador Derek Lomax define Reconquista como a passagem do poder político das mãos muçulmanas para as mãos cristãs durante os anos de 711 a 1492 (LOMAX, 1984, p.9-10)<sup>27</sup>. Para Julio Valdeón Baroque, Reconquista

---

<sup>27</sup> Em sua obra *La Reconquista*, Derek Lomax faz um resgate historiográfico a respeito da utilização desse termo, apresentando a sua utilização pelos espanhóis durante a Idade Média, porém de maneira artificial, como um ideal dos cristãos hispânicos após 711. A sua consumação de forma positiva conservou tal termo como uma tradição historiográfica que passou por várias fases, até chegar a sua forma neutra que aqui utilizamos. No século XIX, fomentou-se que todas as atividades cristãs durante esse período foram exclusivamente pelo desejo de reconquistar sem nenhuma característica altruísta. Para Lomax, um “absurdo” fomentado pelo movimento romântico e a “decadência” intelectual da Espanha no século XIX o que gerou uma reação em 1900, que de modo geral acabou por denegrir os aspectos do conceito. Todavia, uma reação mais refinada a essa ideia romântica de reconquista foi a teoria originada entre os

[...] se refere à atividade militar desenvolvida pelos combatentes cristãos ao longo dos diversos séculos da Idade Média, com a finalidade de recuperar todos aqueles territórios que caíram, durante as primeiras décadas do século VIII, em poder dos invasores muçulmanos procedentes das terras ocidentais do norte da África<sup>28</sup> (VALDEÓN BARUQUE, 2006, p. 9).

Justificada a utilização do conceito de Reconquista, adentremos na especificidade da incorporação da ideia de sacralidade e justiça da guerra cristã na Península Ibérica medieval.

Quando ocorreu a invasão muçulmana, no ano de 711, tais povos já possuíam uma conduta guerreira e expansionista com bases extremamente seguras em sua religião. A *yihad*<sup>29</sup> ou jihad islâmica era – e continua a ser – um dever coletivo de expandir e levar o conhecimento do islã a todos os infiéis, se necessário, pelo uso da violência. Isso lhes propiciou uma ampla vantagem inicial, porque possuíam uma concepção de guerra que encontrava apoio na religião. Os cristãos, ao contrário, tiveram que construí-la durante séculos.

Quando os muçulmanos, impulsionados por essa obrigação do jihad, conquistaram grande parte da Península Ibérica, na maioria dos casos não o fizeram pelo derramamento de sangue, mas sim se utilizando do expediente de pactos. Conforme Ladero Quesada, esse sistema era regulado pela religião muçulmana, no qual se dava a oportunidade ao inimigo derrotado – cristão ou judeu – de manter seu regime econômico, tributário e até mesmo religioso, caso reconhecessem a superioridade do islã mediante o pagamento de tributos aos califas. Desta maneira, muitos aristocratas

---

historiadores da *Institución Libre de Enseñanza*, da qual fizeram parte importantes historiadores como Menéndez Pidal, Sánchez Albornoz e Américo Castro. Surgiu depois o termo Reconquista como um desejo de recuperar a herança perdida dos visigodos ao afirmarem que a religião contemplada como fanatismo religioso se havia convertido em dos motivos principais da Reconquista. Essa interpretação seguiu recebendo adeptos, porém foi perdendo seu prestígio pouco a pouco devido às mudanças na orientação das pesquisas históricas (LOMAX, 1984, p.10-12). Para mais informações acerca de tal debate historiográfico, consultar o artigo de García Fitz: La Reconquista: un estado de la cuestión. In: **Clio & Crimen**, nº6, 2009, p.142-215 assim como: VEREZA, Renata. Reconquista: conceito polissêmico. In: **Anais do I Encontro de História Militar Antiga e Medieval**. Rio de Janeiro, 2011. p. 40 – 53.

<sup>28</sup> No original: [...] se refiere a la actividad militar desarrollada por los combatientes cristianos a lo largo de los diversos siglos de la Edad Media, con la finalidad de recuperar todos aquellos territorios que cayeron, durante las primeras décadas del siglo VIII, en poder de los invasores musulmanes procedentes de las tierras occidentales del norte de África (VALDEÓN BARUQUE, 2006, p. 9).

<sup>29</sup> A palavra em árabe analisada por uma conotação religiosa de guerra contra o infiel e de expansão da religião islâmica, pode ser traduzida como “esforço no caminho de Deus” (LADERO QUESADA, 2010, p. 19).

cristãos conseguiram conservar propriedades, rendas e até mesmo formas de participações no poder (LADERO QUESADA, 2010, p.21).

Maria Pérez de Tudela Velasco (2007) explica que a política muçulmana de oferecer um pacto, no momento da invasão, aparentava ser uma proposta tentadora, porém ressalta que, ao aceitarem esses acordos, os cristãos não possuíam a noção de que tais pactos fixados não podiam ser desfeitos. Não sabiam que para os muçulmanos as terras conquistadas adquiriam um caráter sagrado, porque seriam terras “dadas por Alá aos seus combatentes”. Essa concepção religiosa fazia com que esses homens lutassem de forma veemente para manter as fronteiras conquistadas. Dessa forma, as gerações cristãs posteriores compreenderam que os pactos eram irreversíveis, e que a permanência no meio sociocultural árabe criava, na realidade, uma situação de marginalidade. Diante dessa realidade, só lhes restavam três escolhas: a aceitação diante da sociedade como um grupo marginal, a conversão à fé muçulmana ou a busca por refúgio no exílio (TUDELA VELASCO, 2007, p. 8-10).

Os pactos firmados adquiriam o mesmo caráter sagrado dos territórios conquistados. A quebra do acordo era um motivo para a aniquilação total do inimigo, ou seja, da mesma forma que o islã possibilitava a assinatura de um acordo, também punia com a morte aqueles que o quebrassem. Essa atitude explica a relação entre cristãos e muçulmanos ao longo de todo o processo da Reconquista, especialmente durante os séculos XII e XIII, momento de maior avanço das forças cristãs sobre os territórios ocupados pelos muçulmanos (TUDELA VELASCO, 2007, p. 11).

A compreensão da necessidade do uso da força para recuperar o território perdido levou à elaboração de um “jihad cristão”, ou seja, de uma ideologia que justificasse o uso da força e da violência na recuperação de um território que por direito pertencia aos cristãos. Tal justificação teria como base principal a ideia de recuperação de um direito perdido, algo que já havia sido legitimado no pensamento cristão desde Santo Agostinho e Isidoro de Sevilha.

A Reconquista encontra, portanto, fundamento na ideia cristã de *guerra justa*. Para os cristãos ibéricos tratava-se da recuperação da herança visigoda que por direito lhes pertencia. A ideia de hereditariedade legitimava a luta pela recuperação política e jurídica do antigo território visigodo. Há ainda um segundo elemento justificador: a eliminação do mal, ou seja, dos infiéis, o que qualifica a Reconquista como uma *guerra santa*.

Segundo Francisco García Fitz, para alguns historiadores a ideia de *guerra santa* na Península Ibérica é anterior ao século XI<sup>30</sup>, enquanto que para outros, o conceito chegou às terras hispânicas nesse século devido às cruzadas. A pouca documentação existente carece de uma análise mais aprofundada, mas para o autor, há evidências suficientes para se afirmar que nos reinos cristãos peninsulares desenvolveu-se, desde muito cedo, a ideia de que a guerra contra Al-Andaluz era uma luta pela recuperação da Igreja abatida e humilhada (GARCÍA FITZ, 2009, p. 179; 182).

Ainda na visão de García Fitz, existem algumas diferenciações entre a luta cruzadista e o movimento reconquistador ibérico:

[...] se a Reconquista se apresenta como um modo de interpretação primitivo e autóctone da guerra contra o Islã, na qual o povo é protagonista de uma empresa de salvação coletiva, encabeçada pelos monarcas e destinada a recuperar a pátria e a Igreja perdida, a Cruzada representa um modelo de interpretação mais tardio – surgiria a finais do século XI –, no qual a salvação se estende a uma escala individual, liderado pelos pontífices e destinado a procurar um objetivo universal que abrange o conjunto da cristandade<sup>31</sup> (GARCÍA FITZ, 2009, p. 182).

A guerra contra o islã na Península Ibérica firmou-se na ideia de uma confrontação inspirada e dirigida por Deus, cujo resultado dependia da vontade divina. Uma das mais famosas batalhas campais medievais foi a de *Las Navas de Tolosa*, de 1212, liderada pelo rei de Castela Alfonso VIII. Acredita-se que a vitória dos cristãos nessa batalha marcou o início da derrota definitiva muçulmana na Península Ibérica. Todavia, tal sucesso só foi possível – segundo as crônicas – devido a um enviado

---

<sup>30</sup> De acordo com García Fitz, autores como Goñi Gaztambide defendem a ideia de que as guerras na Península Ibérica, anteriores ao século XII e contra os muçulmanos, já possuíam características religiosas, o que permitiu ao autor identificar como uma *guerra santa*. Esse pensamento está presente em sua obra: GOÑI GAZTAMBIDE, José: **Historia de la bula de cruzada em España**. 2 vols., Vitória, 1958. A obra de Ladero Quesada também analisa a guerra santa na Península Ibérica como um processo anterior às Cruzadas. Para este autor, já existiam justificações religiosas na hispania no ano de 1064 no assédio a Barbastro LADERO QUESADA. M. A. España: Reinos y Señoríos Medievales. **Lecturas sobre la España Histórica**. Madrid, 1998, p.11-69. Ou ainda Bronisch, que analisou, nas atividades guerreiras visigodas, características religiosas que se mantiveram nos reinos cristãos posteriores mesmo diante da invasão islâmica. Para o autor, herdaram uma noção sacralizada das atividades bélicas que estavam presentes nos visigodos. BRONISCH, Alexander P. **Reconquista y Guerra Santa**. La concepción de la guerra em la España cristiana desde los visigodos hasta comienzos del siglo XII, Granada, 2007.

<sup>31</sup> [...] si la Reconquista se presenta como un modo de interpretación primitivo autóctono de la guerra contra el Islam, en la que el pueblo es protagonista de una empresa de salvación colectiva, encabezada por los monarcas y destinada a recuperar la patria y la Iglesia perdidas, la Cruzada representa un modelo de interpretación más tardío – surgiría a finales del siglo XI -, en el que la salvación se entiende a escala individual, encabezado por los pontífices y destinado a procurar un objetivo universal que involucra al conjunto de la Cristiandad. (FITZ, 2009, p.182).

divino. O caminho pelo desfiladeiro que levava à Navas de Tolosa estava bloqueado pelos muçulmanos. No momento em que os nobres estavam reunidos com Alfonso VIII para decidirem os rumos da cavalgada sem cair na armadilha do inimigo, Deus enviou, na forma de um pastor, um anjo que lhes ensinou um caminho alternativo. Segundo o anônimo cronista, o caminho misterioso permitiu aos cristãos surpreender os muçulmanos:

[...] Enviou então Deus sob a aparência de pastor um homem que, falando em particular com o rei glorioso, prometeu-lhe que indicaria a quem ele ordenasse um lugar muito próximo por onde todo o exército pudesse atravessar sem perigo os altíssimos montes. [...] Acredita-se pelos que julgam com retidão que não era ‘um homem comum’, senão um espírito bem aventurado, que, em tanta angustia, ajudou o povo cristão<sup>32</sup> (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 52).

O mesmo acontecimento é narrado na *Crónica de Veinte Reyes*:

Chegou um homem bom pela misericórdia de Deus, semelhante a um pastor, que exigia a presença do rei com urgência. Mas como quer já um pastor semelhante, certo que era anjo enviado por Deus<sup>33</sup> (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 283).

Em tais passagens, fica evidente que, para os cristãos, a intervenção divina foi o fator decisivo na vitória da Batalha de *Las Navas de Tolosa*. A luta por um direito – o território cristão ocupado – e o combate contra o mal – os muçulmanos – definiram a Reconquista como uma *guerra justa e santa*.

No capítulo seguinte, tratamos da política de consolidação territorial conduzida por Fernando III.

---

<sup>32</sup> Envió entonces Dios bajo la apariencia de pastor a uno que, hablando en privado al rey glorioso, le prometió que indicaría a quien él ordenara un lugar muy cercano por donde todo el ejército pudiese atravesar sin peligro los altísimos montes. [...] Se cree por los que juzgan con rectitud que no era “un puro hombre”, sino alguna virtud divina, que, en tanta angustia, ayudó al pueblo cristiano (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p.52).

<sup>33</sup> [...] llegó un omne bueno por la merced de Dios, en semejança de pastor, que demandava por los reyes a muy gran priesa. Mas como quier quel pastor semejase, cierto era ángel mandadero de Dios (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 283).

## CAPÍTULO II – O REINADO DE FERNANDO III: POLÍTICA BÉLICA E CONSOLIDAÇÃO TERRITÓRIAL

No capítulo anterior, apresentamos a estrutura ideológica que embasou o comportamento bélico cristão. Esse arcabouço teórico foi fundamental para a obtenção do sucesso militar do processo de Reconquista, especialmente durante o reinado de Fernando III (1217-1252). Todavia, a análise da retomada dos territórios cristãos durante o reinado desse monarca requer a compreensão da relação entre as duas forças responsáveis por tal empresa: o rei e a nobreza.

Fernando III é um dos monarcas mais bem estudados da Península Ibérica medieval<sup>34</sup>. A significativa existência de fontes narrativas como as crônicas<sup>35</sup> e obras jurídicas e coleções de documentos, possibilitou o aprofundamento dos estudos sobre o seu reinado. Interessa-nos entender o processo de consolidação territorial da monarquia castelhana sob Fernando III a partir da análise da guerra travada por esse monarca contra os muçulmanos.

Desta forma, é essencial compreendermos a configuração política do território castelhana-leonês e as estratégias militares adotadas pelo monarca, bem como a aliança estabelecida entre o rei e a nobreza, detentora, em última instância, dos recursos necessários a tal empreendimento. A relação entre monarquia, nobreza e guerra é o assunto que discutimos neste capítulo.

### 1- O poder da nobreza castelhana-leonesa

Ao refletir sobre o estabelecimento das relações feudais em Castela, Salvador de Moxó (2000) afirma que de acordo com as definições estabelecidas por F. L. Ganshof<sup>36</sup> em seu estudo relativo ao feudalismo francês, tal sistema não ocorreu na *hispania*.

---

<sup>34</sup> O número de trabalhos referentes a esse período é expressivo. Entretanto, para uma contextualização da política de reconquista empreendida por Fernando III, indicamos as obras: GONZÁLEZ, J. **Reinado y diplomas de Fernando III**, 3 tomos, Córdoba, 1980-1986; MARTÍNEZ DÍEZ, G. **Fernando III**, Palencia, 1993 e RODRÍGUEZ LÓPEZ, A. **La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana. Expansión y fronteras durante o reinado de Fernando III**. Madrid, 1994.

<sup>35</sup> Apesar de serem narrativas escritas em sua maioria por autores castelhanos, portanto às vezes, tendenciosas, tais crônicas são importantes para percebemos a forma como os contemporâneos reproduziam e analisavam os fatos. Entre as principais, podemos citar: *Crónica Latina de los reyes de Castilla*; *Primera Crónica General de España*; *Crónica de Veinte Reyes e a Crónica de Alfonso X*.

<sup>36</sup> GANSHOF F. L. **Que é Feudalismo?** Publicação Europa-América, 1976.

Entretanto, as novas concepções inauguradas por Marc Bloch e a *Escola dos Annales* permitiram aos historiadores incorporar elementos de natureza não apenas jurídica, como fez F. L. Ganshof em seu estudo sobre o feudalismo. Ao estudar a sociedade hispânica, o autor elenca algumas características que permitem tratar de um “clima feudal” na sociedade espanhola medieval. Como exemplo, cita a presença de uma nobreza dominante, base fundamental desse tipo de sociedade. Outros traços que caracterizam o feudalismo estão presentes, como a concessão de terras e senhorios à classe guerreira, o fracionamento dos direitos de domínio, as isenções tributárias, o regime senhorial e o exercício de poderes públicos (MOXÓ, 2000, p. 67-68).

O historiador deve, porém, estar atento à realidade hispânica, pois o chamado “feudalismo clássico” não ocorreu efetivamente na Península Ibérica. Dois fatores são importantes para entendermos essa diferença. Primeiramente, ainda que tenham existido relações feudo-vassálicas, estas não promoveram a efetiva consolidação de um Estado político feudal. Em segundo lugar, a falta de sincronização do processo espanhol em relação ao europeu. Na realidade, o feudalismo espanhol, ao contrário do francês, efetivou-se, tal como na Inglaterra, de forma muito mais centralizada, “[...] na qual a monarquia conservou sua autoridade sem nunca desprender-se dos instrumentos do poder, o que evitou o fracionamento da soberania”<sup>37</sup> (MOXÓ, 2000, p. 69).

Deste modo, não teria surgido nos reinos hispânicos um Estado feudal que, pela proximidade com o reino francês, se esperava formar. Não se concretizaram todas as instituições jurídicas necessárias para tratar de um “feudalismo puro”, já que o monarca concentrava em si uma grande parcela do poder.

Destarte, a falta dessas instituições não pode ser justificativa da negação do feudalismo na Espanha medieval. Afinal, ainda que os reis mantivessem um estado centralizado, a nobreza possuía poder suficiente que lhe permitia influenciar as relações sociais, econômicas e políticas. Para Ana Rodríguez López (1994), a consolidação de uma monarquia no reino de Castela, principalmente na figura de Fernando III, só foi possível devido às constantes relações existentes entre o rei, a nobreza e o papado. Toda a articulação no intento da expansão territorial cristã fundamenta-se no âmbito das relações feudais (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 7).

A nobreza castelhano-leonesa possuía status, privilégios, fortuna e força militar, instrumentos que lhe permitiam interferir nas decisões políticas do reino. No século

---

<sup>37</sup> No original: [...] donde la monarquía conservó su autoridad política sin desprenderse nunca de los últimos resortes del poder, lo que evitó el fraccionamiento de la soberanía (MOXÓ, 2000, p. 69).

XIII, a chamada “nobreza velha”<sup>38</sup>, constituída na etapa mais dinâmica da Reconquista, possuía poder o suficiente para inquietar a realeza, provocando uma tensão que explica a causa de seu enriquecimento e seu aumento de prestígio (MOXÓ, 2000, p. 259).

A vasta extensão dos territórios incorporados por Fernando III teve como contrapartida o alargamento do poder de grandes famílias castelhanas e leonesas, como os Lara, Haro e Castro. As estratégias de expansão desenvolvidas não podiam ser realizadas sem levar em consideração a participação dessa nobreza. Sua presença política, seu poder e prestígio lhes garantiam muitas vezes a tutela dos futuros reis.

Citemos, como exemplo, o caso de Alfonso VIII (1155-1214). Com a morte de seu pai, Sancho III (1134-1158), o infante, com apenas três anos, foi entregue aos cuidados de Gutierre Fernandez de Castro, membro da alta nobreza. À família Castro e a outras da alta nobreza foram entregues partes das terras e senhorios do reino, para que ficassem sob a proteção e devolvidos ao príncipe quando atingisse 15 anos.

Porém, outra poderosa família estava interessada na guarda do rei e dos consequentes poderes. Os Lara<sup>39</sup> aconselharam o tutor que transferisse a guarda da criança para Manrique Lara, de sua linhagem, pois com seu prestígio social e político, os conflitos existentes nas terras Castelhanas seriam resolvidos. Uma vez obtida a guarda da criança, a família Lara começou a impor-se sobre outras linhagens, o que gerou conflitos com os Castro. O jovem monarca acabou sendo retirado à força da tutela dos Lara, gerando tensão entre duas das mais poderosas famílias de Castela (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 668).

Quando da ascensão de Fernando III ao trono de Castela, os Lara demonstrariam seu poder. Em 1214, com a morte de Alfonso VIII, cognominado o de Las Navas<sup>40</sup>,

---

<sup>38</sup> Salvador de Moxó, em seu estudo sobre a nobreza castelhana medieval, a divide em três categorias: uma aristocracia primitiva que se diferencia dos demais homens livres e que se afirma na Alta Idade Média; uma ordem que alcança sua plena configuração jurídica no século XIII, denominada “nobreza velha”, e uma “nova nobreza”, fruto das transformações econômicas e sociais de meados do século XIV.

<sup>39</sup> Os Lara caracterizavam-se como uma das principais famílias da Península Ibérica da Idade Média Central. O principal nome, que deu início ao destaque da linhagem, foi o conde Pedro González de Lara, pai de três filhos que marcaram a história de Castela e Leão, Manrique Perez de Lara, Álvaro Perez de Lara e Nuño Pérez de Lara. As crônicas castelhanas tendem a demonstrar a família de uma forma pejorativa. Eram assim descritos devido às várias ações que promoveram contra o reino de Castela, principalmente no início do reinado de Fernando III, muitas vezes apoiados pelo rei de Leão, Alfonso IX.

<sup>40</sup> Alfonso VIII, de Las Navas, foi rei de Castela de 1158 a 1214. Pai de Berenguela e avô de Fernando III. Teve um importante papel na história da Reconquista cristã. Após perder a batalha de Alarcos para os muçulmanos em 1195, o rei conseguiu reunir um grande exército com participações de senhores além Pirineus e dos reis de Navarra, Portugal e Aragão. No ano de 1212, o exército cristão se encontrou com os almôadas na região das Navas de Tolosa, a qual dá nome à batalha. Os cristãos saíram vitoriosos e os muçulmanos, obrigados a fugir, sofreram grandes perdas que seriam sentidas por muitos anos. No reinado de Fernando III, tal batalha ainda gerava efeitos nas conquistas cristãs devido ao abalo psicológico imposto aos muçulmanos pela derrota.

deveria assumir o poder seu único filho, Enrique I, que na época tinha menos de doze anos de idade<sup>41</sup>. O infante ficou sob a proteção da irmã, Berenguela, que assumiu o governo do reino. Alguns nobres descontentes começaram a pensar em meios para retirar o infante dos cuidados da irmã e assumirem o controle do reino. Possuíam poder suficiente para isso e decidiram, à revelia, indicar Álvaro Núñez de Lara como novo tutor e representante do reino (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 63). Na verdade, tratava-se de uma ação premeditada pelos três filhos do conde de Lara como uma vingança contra os membros da família rival, os Castro, que antes haviam retirado a tutela de Alfonso VIII de seu pai, o conde Nuño (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 288).

Obtida a guarda, Álvaro Nuñez Lara fez o juramento de que consultaria a rainha sobre os assuntos importantes do reino. Porém, não foi o que aconteceu. De acordo com as crônicas, houve vários conflitos entre as diferentes linhagens e os Lara, apoiados pela facção fiel ao rei, começaram a atacar o vale de Trigueiros, destruindo os bens do nobre Gonzalo Ruiz, de seus irmãos e de todos os que apoiavam a rainha Berenguela (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 65).

Conforme a *Crónica de Veinte Reyes*, o conde de Lara expulsou os opositores da cidade, apropriou-se dos bens de igrejas e monastérios e destituiu o Conselho formado por Alfonso VIII. Para evitar influências, proibiu o contato do príncipe com sua irmã Berenguela (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 289).

Novamente, iniciaram-se os conflitos entre a nobreza castelhana. Os Lara em defesa do rei, os Haro, dos direitos da rainha. Tais disputas se estenderam até a morte acidental do infante Enrique I, em 1217<sup>42</sup>. Tal acontecimento mudaria a história de Castela e Leão; iniciava-se a trajetória rumo ao poder de Fernando III. Berenguela e seus aliados, em uma rápida jogada política, mandaram até o reino de Leão uma comitiva de nobres solicitando a Alfonso IX<sup>43</sup> liberar seu filho para lutar em defesa de sua mãe. Contudo, não lhe contaram sobre a morte do infante para evitar que o rei de Leão reclamasse seu direito ao trono. Ao saber da morte do príncipe Alfonso, o monarca leonês atacou Castela, mas a rainha Berenguela já havia abdicado em favor de

---

<sup>41</sup> A Crónica de Veinte Reyes apresenta que o príncipe possuía apenas onze anos: Cuenta la estória que alçaron rrey a su fijo don Enrique, que era niño de onze años [...] (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 288).

<sup>42</sup> Segundo as crônicas, o rei foi ferido na cabeça por uma telha que se desprendeu do telhado e morreu alguns dias depois (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 292); (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 66).

<sup>43</sup> Fernando III era fruto do casamento de Alfonso IX, de Leão, com Berenguela. Contudo, o matrimônio havia sido anulado por Inocência III, em 1203, devido a laços de consanguinidade.

Fernando, que já havia sido proclamado rei de Castela (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 68; CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 292).

Fernando III assume, assim, seu poder em meio a um conflito com o próprio pai, Alfonso IX, de Leão e os membros da família Lara. As crônicas relatam a destruição de algumas regiões pelas forças que se opuseram a Fernando III no próprio reino de Castela. Tal conflito só acabaria com a captura de Álvaro Lara e a diminuição de sua influência em alguns territórios.

A paz entre Castela e Leão foi selada mediante uma carta enviada por Fernando III ao pai, na qual o rei castelhano indagava acerca dos motivos da agressão:

Senhor, pai dom Alfonso, rei de Leão, que furor é este pelo qual me fizestes guerra, eu que não a mereci? Bem, parece que me quereis muito bem, e muito prazer vos dá ter um filho rei de Castela, que sempre será vossa honra, e não há rei cristão nem mouro que temendo a mim se levante contra vos. E de onde vem esta fúria? De Castela não virá guerra em meus dias, onde costumáveis estabelecer-vos muito mal, maltratado e com grandes desonras, de onde vos queixáveis duramente, e enquanto venhais onde éreis guerreado e maltratado, sereis agora guardado e temido [...] <sup>44</sup> (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 299).

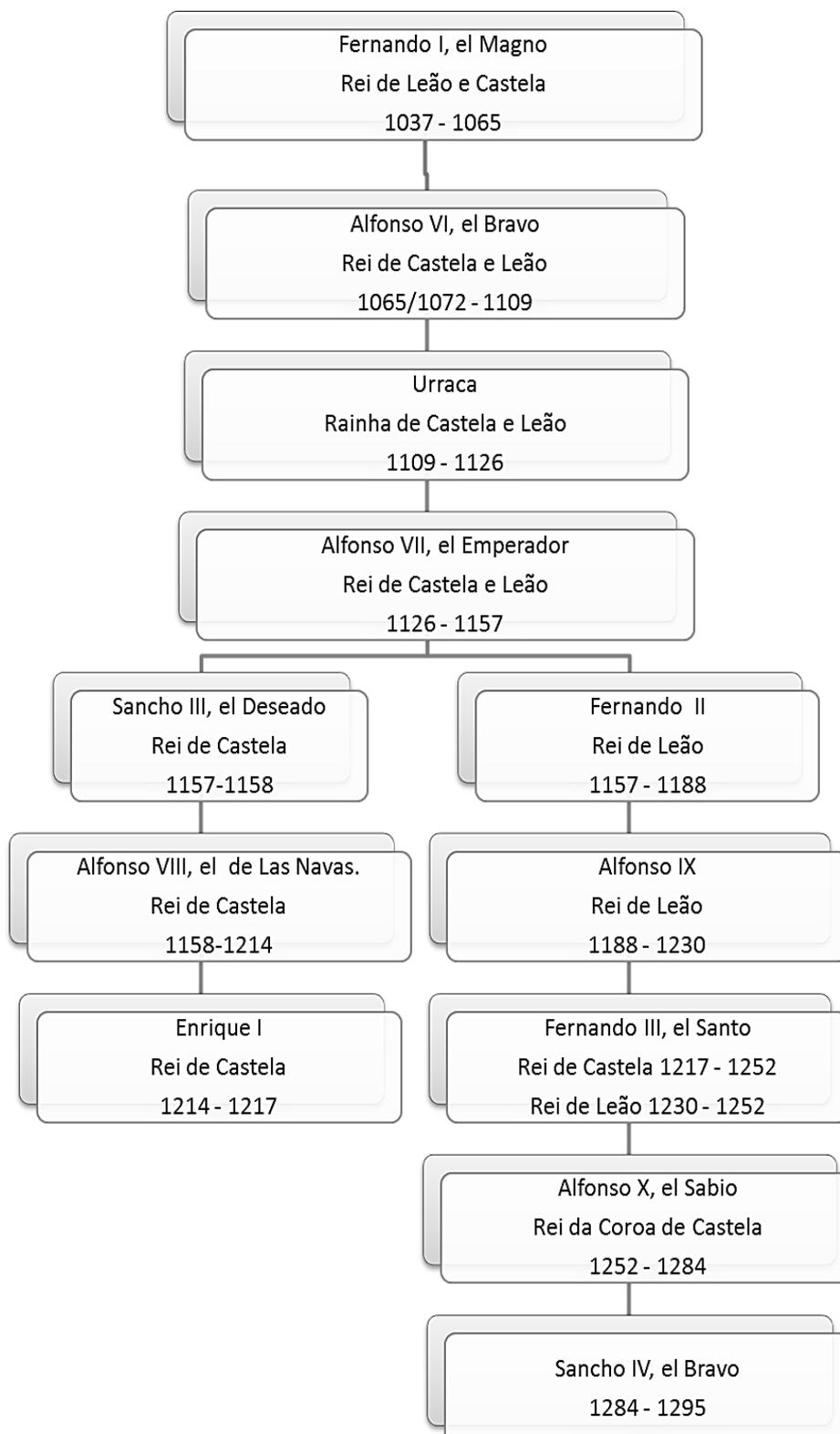
Em sua resposta, o monarca leonês argumentou que fazia a guerra por causa de uma dívida de 10 mil *maravedis*. A negociação foi acertada graças à mediação de alguns magnatas do reino de Castela<sup>45</sup> (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 71). Para esclarecimento da hierarquia dos reinos de Castela e Leão, elaboramos o gráfico (Figura 1):

---

<sup>44</sup> No original: “Señor, padre don Alfonso, rrey de León, ¿qué saña es está porque me fazedes guerra, yo non vos lo mereçiendo? Bien semeia que vos pesa de mi bien, e mucho vos deufe placer por aver un fijo rrey de Castilla, que siempre será vuestra onrra, e que non ay rrey christiano nin moro que rrezelano a mí se enfestase a vos. ¿E dónde vos viene esta saña?, que de Castilla non vos verná guerra en los mis días, donde vos solía venir mucho mal e mucho daño e grandes desonrras, e donde vos quexades ffieramente, e mientes vos deue venir dónde érades guerreado e maltrecho sodes agora guardado e rrezelado [...] (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 299).

<sup>45</sup> No original: Se firmó, por último, la paz entre padre e hijo gracias a la mediación de algunos magnates del reino de Castilla. (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 71).

**Figura 1**  
**Hierarquia dos reinos de Castela e Leão**



## 2- Uma sociedade militarizada

Na Idade Média, a nobreza podia interferir de forma decisiva no desenvolvimento do reino; esse poder devia-se à sua fortuna, territórios, fortalezas e exércitos privados. Isso ocorria em toda a Europa feudal, porém nos reinos hispânicos, o contínuo conflito com o inimigo comum – os muçulmanos – forçou a criação não apenas de um feudalismo centralizado, como afirmou Salvador de Moxó (2000), mas uma classe de nobres guerreiros e uma sociedade voltada para a guerra<sup>46</sup>.

A singularidade hispânica se encontrava na extensão efetiva das obrigações militares a todos os homens do reino com idade entre dezesseis e sessenta anos. O dever de participar do chamamento régio para a defesa de território era geral, assim como a função de dividir e organizar a repartição dos bens e terras durante o processo de ocupação dos territórios (LADERO QUESADA, 2010, p. 35). Desta forma, a defesa do reino e a execução de operações fora de suas fronteiras não eram responsabilidade de uma força armada permanentemente organizada e paga pelo Estado, mas sim de toda a população. Devido a esses fatores, Francisco García Fitz (2010) acredita ser quase impossível fazer uma distinção clara entre sociedade e exército. Poder-se-ia falar de uma sociedade de armas (GARCÍA FITZ, 2010, p. 172).

Para Ana Rodríguez Lopéz, a militarização da sociedade hispânica medieval ocorreu ao longo do processo de consolidação monárquica, bem como da grande expansão territorial empreendida por Fernando III (RODRÍGUEZ LOPÉZ, 1994, p. 313). A guerra influenciou tanto os cristãos quanto os muçulmanos; entretanto, cada sociedade respondeu de forma diferente:

Uma, que a articulação e hierarquização destas sociedades, assim como a ordenação de seus fundamentos materiais e a elaboração de

---

<sup>46</sup> Segundo Jacques Le Goff, a sociedade da Idade Média teoricamente estava dividida em três categorias, sistema que ficou conhecido como sociedade tripartida. Os *oratores* ocupavam o topo da sociedade com a função de orar pela salvação de todas as pessoas; os *bellatores*, responsáveis pela salvação de todos, e os *laboratores*, incumbidos da tarefa de trabalhar para o sustento dos demais. A ideia de sociedade tripartida nasceu da necessidade de justificar a organização da população. O primeiro a abordar o tema da sociedade tripartida foi o rei anglo-saxão Alfredo, o Grande, na tradução que fez da obra *Consolação da filosofia*, de Boécio. Depois, a Igreja manifestou e propagou essa ideia como forma de obter proteção e privilégios para si, pois o conceito de sociedade das três ordens funcionava como uma espécie de propaganda monárquica. Esse modelo das três ordens determinava que cada classe deveria permanecer em seu devido lugar, para que assim se mantivesse a harmonia da sociedade. O bispo Adalberón de Laon foi um dos propagadores dessa ideia. Esse religioso tinha a concepção de que as classes não podiam ser separadas. Os *oratores*, *bellatores* e *laboratores* deveriam permanecer unidos para o bem maior da sociedade. LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média:** tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1993.

suas escalas de valores sociais, morais ou éticos, se viram fortemente condicionadas pela onipresença da guerra. A outra, que para fazer frente ao contexto militar no qual estiveram inseridas tiveram que ajustar suas estruturas sociais às necessidades bélicas, convertendo-se assim em sociedades altamente militarizadas<sup>47</sup> (GARCÍA FITZ, 2010, p. 172).

Os valores morais e éticos citados pelo autor advêm dos costumes bélicos dos povos germânicos, no quais os homens livres distinguiam-se como guerreiros. Os reinos cristãos hispânicos descendentes dos povos visigodos assimilaram muitos desses valores morais e éticos<sup>48</sup>. Assim, as estruturas sociais da Península acabavam por se confundir com a estrutura militar. A posição de um indivíduo na escala social estava intrinsecamente ligada ao seu lugar na estrutura bélica. Por conseguinte, uma promoção militar gerava uma mudança social na vida do indivíduo. Em uma sociedade de fronteira como a dos cristãos hispânicos, a mobilidade social não era difícil de ocorrer, pois havia a necessidade de se atrair colonos para ocupar os territórios conquistados em batalhas. A guerra permitia aos cavaleiros obterem junto ao rei terras com usufruto perpétuo, além de isenções fiscais. Também possibilitava a ascensão de novos membros às fileiras aristocráticas (LADERO QUESADA, 2010, p. 35).

No entanto, embora vivenciassem um ambiente político e econômico semelhante ao dos cristãos, os muçulmanos não sofreram esse processo de militarização. Para García Fitz (2010), a relação entre guerra, sociedade e Estado estabelecida em al-Andaluz<sup>49</sup> era completamente antagônica à realidade dos reinos cristãos. Diferentemente da situação ao norte da Península, as atividades bélicas não foram determinantes para a configuração da hierarquização da sociedade. Os sucessos militares não induziram a ascensão social. Uma vida dedicada à arte da guerra não era digna de admiração e imitação, logo a militarização da sociedade foi muito menor. Nos reinos muçulmanos, criaram-se exércitos controlados pelos governantes, enquanto o restante da população

---

<sup>47</sup> No original: una, que la articulación y jerarquización de estas sociedades, así como la ordenación de sus fundamentos materiales y la elaboración de sus escalas de valores sociales, morales o éticos, se vieron fuertemente condicionadas por la omnipresencia de la guerra. La otra, que para hacer frente al contexto militar en el que estuvieron insertas tuvieron que ajustar sus estructuras sociales a las necesidades bélicas, convirtiéndose así en sociedades altamente militarizadas (GARCÍA FITZ, 2010, p. 172).

<sup>48</sup> Como vimos no primeiro capítulo, o mesmo ocorreu com a Igreja cristã. Em um processo paralelo, a cristianização dos “bárbaros”, a Igreja acabou por barbarizar-se, acolhendo em suas estruturas um pensamento bélico mais presente, submetendo-se a uma militarização (GARCÍA FITZ, 2010, p. 126).

<sup>49</sup> O termo al-Andaluz não era sinônimo de *Hispania*, ou seja, o território total da Península Ibérica, mas se referia ao território ocupado efetivamente e que estava sob o domínio muçulmano entre os séculos VIII e XV. Logo, o território de al-Andaluz era extremamente dinâmico em função do aumento ou recuo das fronteiras muçulmanas (LADERO QUESADA, 2010, p. 22)

pagava os impostos que os financiavam. Não houve, portanto, uma militarização da sociedade como ocorreu nos reinos cristãos (GARCÍA FITZ, 2010, p. 173 - 174).

Para Ladero Quesada (2010), esse foi o motivo principal da derrota muçulmana frente aos cristãos, pois a sociedade não estava preparada para resistir aos enfrentamentos constantes. Isso explicaria em grande parte as esmagadoras vitórias obtidas por Fernando III em suas campanhas de retomada dos territórios ocupados pelos muçulmanos (LADERO QUESADA, 2010, p. 26).

### **3- Fernando III, rei de Castela e Leão: a política voltada para a guerra**

Conhecidas as características da nobreza castelhana medieval e sua capacidade de intervenção nos assuntos militares do reino, podemos compreender a política empregada por Fernando III em suas conquistas territoriais, primeiramente como rei de Castela, e a partir de 1230, como rei de Castela e Leão.

O estudo de tal política implica no entendimento das relações entre cristãos e muçulmanos, sobretudo no que se refere aos acordos e enfrentamentos, cujos resultados alavancaram o processo de consolidação territorial e centralização da monarquia castelhana no século XIII.

#### **3.1- A ascensão de Fernando III**

No ano de 1217, Fernando III (1199-1252), filho de Alfonso IX, rei de Leão, e Berenguela, de Castela, ascendeu ao trono castelhano. Conforme mostramos, a tomada do poder pelo jovem rei foi antecedida e acompanhada por uma série de conflitos nobiliários. Com a paz estabelecida com o reino de Leão e a morte de seu principal opositor, Dom Álvaro Núñez Lara, Fernando III, pôde iniciar o seu reinado em Castela dando prosseguimento às conquistas obtidas por seu avô materno, Alfonso VIII, em Las Navas de Tolosa.

Todavia, em 1220 o reino de Castela ainda não estava politicamente estável. De acordo com Jaime Estevão dos Reis (2007), o casamento de Alfonso IX, de Leão, com Berenguela, de Castela, foi invalidado pelo papa Inocência III em 1203, o que levou o rei de Leão a não considerar Fernando III, nascido em 1199, como herdeiro legítimo (REIS, 2007, p. 30). Daí a urgência de se negociar um casamento para o jovem monarca

e a não menos urgente necessidade do nascimento de um herdeiro antes que o rei iniciasse suas primeiras incursões militares<sup>50</sup>.

A esperteza política de Bereguela fez com a rainha articulasse o casamento de Fernando III com Beatriz da Suábia, uma preferência nada aleatória. De acordo com a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*:

Vivia então na Alemanha uma jovem muito nobre e muito bonita, de costumes honrados e, como em tal idade, modesta, filha de Felipe, rei da Alemanha, imperador eleito dos romanos, filho de Frederico, o Grande, imperador dos romanos. A mãe desta jovem era filha do imperador de Constantinopla Isaac, e ela, portanto, neta dos dois imperadores considerados os maiores e mais ilustres do mundo<sup>51</sup> (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 72).

Com tal escolha, a rainha evitava problemas com a Igreja, pois não existia relação de parentesco entre os cônjuges, e além do mais, a descendência nobre de sua futura nora traria estabilidade para Castela e os herdeiros de Fernando III. A cerimônia foi realizada pelo bispo de Burgos, Mauricio, em 30 de novembro de 1219, na festa de Santo André.

Entretanto, antes de iniciar as campanhas contra os muçulmanos no sul da península, Fernando III teve que resolver conflitos com dois nobres de Castela, Rodrigo Díaz de Camberos e Gonzalo Pérez de Molina, que não o reconheciam como rei. O rei negociou com Díaz de Camberos, que decidiu seguir para a Terra Santa após receber certa quantia em troca de suas terras. Em seguida, o monarca invadiu os territórios de Molina e assediou o castelo de Zafra. Temendo o exílio, Pérez de Molina aceitou a condição.

Obtida a pacificação do reino, o monarca deu início às incursões contra os muçulmanos. O contexto de desagregação do Império Almôada<sup>52</sup> na Península Ibérica e

---

<sup>50</sup> A *Crónica de Veinte Reyes* apresenta o casamento de Fernando III como um acontecimento anterior ao desfecho do conflito entre Castela e Leão e o estabelecimento da paz com a família Lara. Já a *Crónica latina de los Reyes de Castilla* relata que o matrimônio teria ocorrido um ano após o acordo com Alfonso IX e a morte do conde de Lara.

<sup>51</sup> No original: Vivía entonces en Alemania una joven muy noble y muy hermosa, de costumbres honradas y, como en tal edad, honesta, hija de Felipe, rey de Alemania, emperador electo de los romanos, hijo de Federico el Grande, emperador de los romanos. La madre de esta joven era hija del emperador constantinopolitano Isaac, y ella, por tanto, nieta de los dos emperadores considerados los más grandes y preclaros en el mundo universo (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 72).

<sup>52</sup> Na segunda metade do século XII, os muçulmanos da Península Ibérica foram novamente unificados sob uma nova dinastia, a Almôada, em substituição aos Almorávidas. Os almôadas desembarcaram em solo hispânico nos fins do século XII, vindos do Magrebe, e estabeleceram um governo de crenças ortodoxas. O novo califado unificou as taifas muçulmanas e estabeleceu sua capital em Sevilha (VALDEÓN BARUQUE, 2006, p. 109 -111).

no norte da África facilitou as investidas das forças castelhanas.<sup>53</sup> Conforme Rodríguez López (1994), as primeiras campanhas castelhanas na Andaluzia começaram em outubro de 1224 e sucederam-se de maneira contínua até 1230 (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 112).

Em consonância com a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, durante a realização de um conselho de nobres, Fernando III teria consultado sua mãe sobre o início das campanhas militares:

[...] “A porta está aberta e o caminho livre. A paz foi devolvida ao nosso reino; discórdia e profundas inimizades entre os mouros, seitas e pendências sendo seu instrumento novamente. Cristo, Deus e homem, de nossa parte; da parte dos mouros, o infiel e condenado apóstata Maomé. O que falta? Rogo, clementíssima mãe de Deus, tenho tudo que possuo, que vos agrade que declare guerra aos mouros”<sup>54</sup> (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 74).

Em resposta, a rainha afirma que se fosse da vontade do conselho<sup>55</sup>, as incursões deveriam ser iniciadas. Em 1224, as forças castelhanas marcharam sobre Quesada. A partir desse ano, a política fernandina foi definida tanto pela força quanto pela realização de acordos. A expansão empreendida por Castela foi permeada por enfrentamentos e acordos políticos que possibilitaram a anexação de vários territórios. Em muitos casos, esses territórios permaneciam em poder dos muçulmanos sob a condição jurídica de “reinos vassalos” (ECHEVARRÍA ARSUAGA, 2012, p. 399).

Em consonância com Francisco García Fitz (2002), apesar do estabelecimento de pactos de vassalagem, o objetivo era “a destruição da al-Andaluz como entidade política, a anexação do espaço ocupado pelos muçulmanos e a subjugação ou expulsão

---

<sup>53</sup> A desagregação do Império almôada iniciou-se com a derrota na batalha Las Navas de Tolosa (1212), frente às forças de Alfonso VIII. Essa batalha foi um divisor de águas, pois permitiu um maior avanço dos cristãos sobre os territórios muçulmanos.

<sup>54</sup> No original: [...] “La puerta está abierta y el camino expedito. La paz nos ha sido devuelta en nuestro reino; discordia y profundas enemistades entre los moros, sectas y riñas de nuevo originadas. Cristo, Dios y hombre, de nuestra parte; de parte de los moros, el infiel y condenado apóstata Mahoma. ¿Que falta? Ruego, clementísima madre, de la, después de Dios, tengo todo lo que poseo, que os agrade que declare la guerra a los moros” (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 74).

<sup>55</sup> Nos conselhos, eram tomadas as decisões políticas do reino. A concordância dos nobres facilitava a organização dos exércitos para as campanhas militares e a ocupação dos territórios conquistados. Essa prática, comum desde os visigodos, vigorou ao longo de toda a Reconquista.

da população islâmica”<sup>56</sup> (GARCÌA FITZ, 2002, p. 14). A combinação de guerras e alianças permitiu a dominação cristã e a construção da unidade territorial castelhana.

Uma das primeiras alianças realizadas por Fernando III ocorreu em 1225, com o senhor de Valência Abu Zayd, que assim como o seu irmão al-Bayyasi, enfrentava a autoridade do novo califa almôada al-Adil. Pouco tempo depois, o rei de Baeza Abd Allah tornou-se vassalo de Castela e entregou, como prova de sua fidelidade, o castelo de Martos e as localidades de Andújar. Por conseguinte, em 1225, após um ano de conflitos em al-Andaluz, o rei de Castela havia se tornado senhor dos dois principais líderes políticos muçulmanos da Península. O poder obtido por meio da vassalagem abriu caminho para a conquista de vários outros territórios e fortalezas, além do controle dos reinos muçulmanos peninsulares (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 113-114).

Com o apoio do novo vassalo, Fernando III planejou a conquista da cidade muçulmana de Jaén. Tal intento não se realizou devido à resistência da cidade, extremamente fortificada. No entanto, o monarca obteve sucesso em outras campanhas, que lhe renderam a conquistas de outras cidades como Priego e Loja (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 78). A cidade de Jaén só seria conquistada vinte anos depois, na terceira tentativa, uma das mais difíceis conquistas fernandinas.

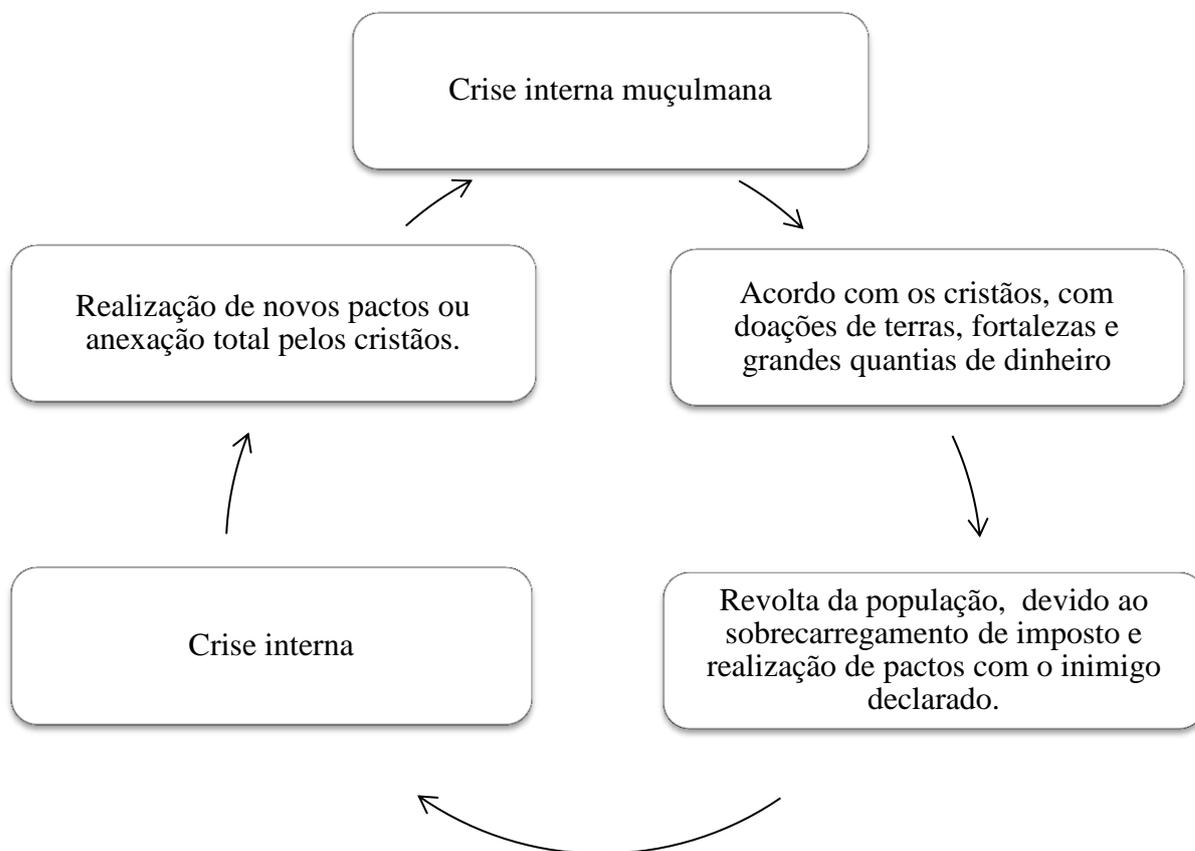
Os pactos políticos estabelecidos por Fernando III visavam manter o controle sobre os territórios ocupados pelos muçulmanos. Porém, esses acordos provocavam o descontentamento da população devido à obrigatoriedade do pagamento das chamadas *parias*, tributos pela vassalagem. Os conflitos internos facilitavam, na maioria das vezes, a anexação total dos territórios. Criava-se, assim, o que denominamos, a partir de nossas leituras e análises, de “ciclo de conquista”. O gráfico (Figura 2) esclarece como funcionava essa estratégia política durante a desagregação do império almôada:

---

<sup>56</sup> No original: la destrucción de al-Andaluz como entidad política, la anexión del espacio ocupado por los musulmanes, la subyugación – cuando no directamente la expulsión – de la población islámica (GARCÌA FITZ, 2002, p. 14).

Figura 2

**Ciclo de Conquista Cristã frente aos muçulmanos durante a desagregação do Império Almôada**



Esse ciclo de conquista ocorreu em diversos momentos nos anos que se seguiram. Em 1226, os descontentamentos resultaram na revolta dos súditos do rei de Baeza, entre os quais os habitantes de Córdoba, que revoltados com a política de seu senhor, reconheceram o governador almôada de Sevilha Abu l-Ala como novo governante. Na *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, consta que

[...] os cordobeses o perseguiram e o alcançaram perto do Castelo de Almodóvar, onde o decapitaram. Enviaram sua cabeça ao rei marroquino, seu inimigo capital, que, não muitos dias antes, havia passado de Sevilha às terras de Marrakech<sup>57</sup> (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 81).

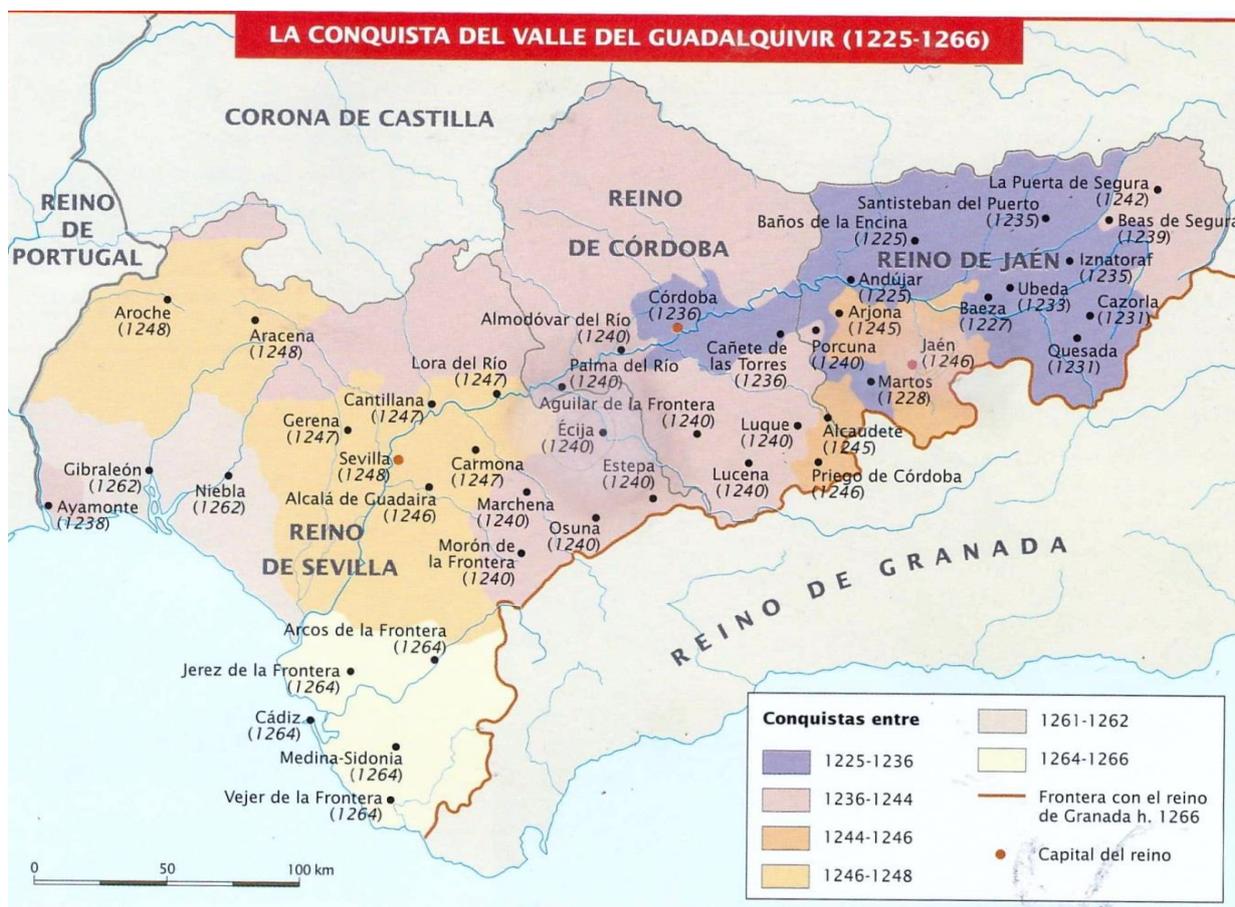
<sup>57</sup> No original: [...] los cordobeses lo persiguieron y alcanzaron junto al castillo de Almodóvar, donde lo decapitaron. Enviaron su cabeza al rey marroquí, enemigo capital suyo, que, no mucho días antes, había pasado de Sevilla a las tierras de Marrakech (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 81).

Em conformidade com a *Crónica de Veinte Reyes*, o novo califa almôada não aprovaria a atitude dos cordobeses: “pela traição que fizeram o rei mandou cortar as cabeças [dos assassinos] e que as lançassem aos cães”<sup>58</sup> (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 303).

Entre 1224 e 1226, ano da morte do senhor de Baeza, Fernando III consolidou a presença cristã ao norte de Sierra, abrindo caminho para a conquista de Córdoba, em 1236, e Sevilha, em 1248. A Figura 3 ajuda-nos a entender a expansão territorial realizada pelos cristãos no século XIII.

**Figura 3**

**Expansão territorial cristã no Vale do Guadalquivir no século XIII**



Fonte: GARCÍA DE CORTÁZAR, F. *Atlas de Historia de España*. Barcelona: Editorial Planeta, 2007.

<sup>58</sup> No original: [...] por la trayción que fizieron mandólos el rrey cortar las cabeças e que los echasen a los canes (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 303).

A morte do rei de Baeza, em 1226, encerrou o primeiro ciclo das relações de vassalagem entre Fernando III e os muçulmanos na Península Ibérica. No entanto, o descontentamento com sua política fez com que muitas cidades da Andaluzia reconhecessem Abu l-Ala como califa, em 1227. O novo califa viu-se obrigado a firmar uma trégua com o governo de Castela. Tal acordo geraria novos conflitos, pois para a população a política dos dirigentes almôadas implicava o pagamento de novos tributos e a devolução de territórios e fortalezas. Uma das consequências foi a sublevação do rei de Murcia, Ibn Hud, em 1228, que declarou guerra contra os almôadas e se autoproclamou emir, sendo reconhecido por importantes cidades da Andaluzia como Córdoba, Jaén, Sevilha e Granada (RODRÍGUEZ LOPÉZ, 1994, p. 115).

Em 1229, a ameaça da proclamação de um novo califa almôada obrigava Abu l-Ala a voltar para o norte da África. Todavia, não podia deixar suas terras na Península à mercê de Ibn Hud, de Murcia. Assim, ciente do poder de Fernando III, o califa almôada realizou um novo acordo com o rei de Castela, no qual prometeu o pagamento de trezentos mil *maravedis* em troca da paz e da garantia de um exército que o ajudasse no norte da África. No mesmo ano, Fernando III estendeu suas incursões militares contra Ibn Hud em Úbeda, Iznatoraf e Jaén, conquistando pontos fortificados em Garcés e Jódar.

Destarte, mesmo diante da pressão militar exercida pelo rei de Castela, com a ida de Abu l-Ala para a África, em 1229, novas cidades colocaram-se sobre a liderança de Ibn-Hud, como Almería, Málaga, Granada, Jaén, Córdoba e Sevilha, formando, assim, um novo núcleo de poder islâmico desvinculado dos almôadas africanos.

Ciente da nova ameaça, Fernando III assediou, em 1230, a cidade de Jaén. De acordo com a *Crónica de Veinte Reyes*, a morte de seu pai, Alfonso IX, de Leão, o obrigou a desistir da campanha:

[...] Estando lá chegou-lhe a notícia de que havia morrido seu pai, o rei Alfonso de Leão, e enviou mensagem à rainha, sua mãe, que viesse e não fizesse nada mais ali, e que fosse contra o reino de Leão porque os galegos queriam fazer rei a dom Alfonso, o infante, seu irmão. E essa era a verdade, mas ele não o quis. E ele teve por bem fazer o que sua mãe lhe havia mandado<sup>59</sup> (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 304).

<sup>59</sup> No original: [...] Estando y llególe mandado cómo era finado su padre, el rrey Alfonso de León, e enbióle decir la rreyna, su madre, que viniese e non fiziese ende ál, e que fuese contra el rreyno de León, ca los gallegos quérien alçar rrey a don Alfonso, el infante, su hermano. E por verdat asy era, más non lo quiso él ser. E él touo por bien de fazer lo que su madre le enbiaua mandar [...] (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 304).

Esse acontecimento encerra o primeiro período de incursões fernandinas em al-Andaluz. A morte de Alfonso IX, de Leão, em 24 de setembro de 1230 obrigaria o rei de Castela a ocupar-se dos problemas internos, como a sua coroação como rei de Leão e a unificação dos reinos.

### 3.2- Rei de Castela e Leão

Antes da unificação os reinos de Castela e Leão, Fernando III enfrentou algumas dificuldades políticas. A principal foram os problemas gerados pelo direito à sucessão ao trono. Apesar do papa Honório III ter reconhecido, em 1218, o rei castelhano como herdeiro legítimo, os documentos deixados por Alfonso IX atestavam a intenção do monarca de que suas filhas com Teresa de Portugal, Sancha e Dulce, herdassem o reino.

A habilidade política de Berenguela mostrou-se novamente fundamental. A rainha já havia interferido nos anos de 1224-1225 quando da intenção do rei de Jerusalém, João I de Briene, de casar-se com uma das filhas de Alfonso IX

[...] pensando no futuro e, como mulher prudente prevendo o impedimento que o rei de Jerusalém poderia impor a seu filho, o rei don Fernando, no direito que possuía ao trono do reino de Leão, se o citado rei contraísse matrimônio com outra das filhas que o rei leonês havia tido com a rainha Teresa de Portugal, e se permanecesse no reino, preferiria dar como esposa a tal rei a sua filha Berenguela<sup>60</sup> (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 73).

Todavia, o esforço da mãe de Fernando III teria sido inútil se ela não realizasse um acordo com as filhas de Teresa de Portugal herdeiras – por vontade de Alfonso IX – do reino de Leão. Um tratado firmado em 11 de dezembro de 1230 e confirmado por Gregório IX quase um ano depois encerrou o conflito.

De acordo com CLRC, assim ficou firmado:

As condições, pois, da discórdia foram estas: o rei designou à suas duas irmãs fixos de 30.000 maravedís, que haviam de receber

---

<sup>60</sup> No original: [...] mirando al futuro y, como mujer prudente previendo el impedimento que el rey de Jerusalén podría suponer a su hijo, el rey don Fernando, en el derecho que tenía al reino leonés, si el citado rey contrajera matrimonio con otra de las hijas que el rey leonés había tenido de la reina doña Teresa, y si permanecía en el reino, prefirió dar como esposa a dicho rey a su hija Berenguela (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 73).

anualmente enquanto vivessem [...] As irmãs, por sua vez, renunciaram ao direito, se algum possuíam sobre o reino, e destruíram as cartas paternas sobre a sucessão ou sobre a doação do reino a elas<sup>61</sup> (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 92).

Esse acordo foi essencial para a continuidade da política de reconquista levada a cabo por Fernando III. A unificação dos reinos de Castela e Leão tornou o monarca o homem mais poderoso da *hispania*. Segundo Carlos de Ayala Martínez, com a morte do rei de Leão e a união dos reinos dá-se início a um período de “guerra total” contra os muçulmanos (AYALA MARTÍNEZ, 2012, p. 63).

Entre 1230 e 1233, Fernando III concentrou seus esforços na organização política interna do reino, porém as campanhas militares prosseguiram sob a liderança dos membros da nobreza, das ordens militares e do bispado da *hispania*. Em 1231, o rei encarregou seu irmão, Alfonso de Molina e Alvar Pérez de Castro, da realização de uma grande cavalgada contra o rei de Murcia Ibn-Hud, que dominava o baixo Guadalquivir, assolando as regiões de Córdoba, Sevilha e Jerez. O senhor de Murcia esboçou uma reação, mas foi derrotado.

Novamente, al-Andaluz entrava em um processo de desagregação política. Após as campanhas em Jerez e o saque castelhano da região, a população de Sevilha se levantou contra o governador da cidade, que havia sido colocado pelo rei Ibn Hud. Constituíram um órgão de governo liderado por al-Bayi, que posteriormente seria proclamado emir. A fragmentação ganhou ritmo quando, em 1232, foi proclamado em Arjona o fundador da dinastia Nazarí, Muhammad Ibn al-Ahmar. O território da Andaluzia encontrava-se dividido em três: o senhor de Murcia, Almería, Málaga, Jaén e Córdoba Ibn Hud; em Sevilha, al-Bayi; e Ibn-Al-Ahmar em Arjona, cuja influência se estenderia à Porcuna, Granada e Jaén (GARCÍA FITZ, 2002, p. 180).

Fernando III aproveitou-se da fragmentação do poder muçulmano e, em janeiro de 1233, voltou a liderar as campanhas militares; com ajuda das ordens militares e do bispo de Plasencia, tomou Trujillo e a cidade de Úbeda. O monarca se aliou ao recém-insurgido senhor de Arjona e juntos derrotaram Ibn Hud, de Murcia, que viu-se forçado a estabelecer um pacto de neutralidade.

---

<sup>61</sup> No original: Las condiciones, pues, del a concordia fueron éstas: el rey asignó a sus dos hermanas en lugares fijados 30.000 maravedís, que habían de recibir anualmente mientras vivieran [...] Las hermanas, por su parte, renunciaron al derecho, si alguno tenían en el reino y destruyeron las cartas paternas sobre la sucesión o sobre la donación del reino a ellas (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 92).

Em 1235, o rei retoma as suas campanhas regulares na Andaluzia e firma um novo pacto com Ibn-Hud mediante o pagamento de 133.000 mil dinares por uma trégua de três anos e a entrega de territórios como Iznatoraf e San Esteban. Outros territórios, como Medellín, Alange, Santa Cruz e Magecela foram incorporados pelas ordens militares no mesmo período. As campanhas prosseguiram no ano seguinte, e a falta do pagamento combinado por Ibn Hud levou Fernando III a devastar Andujár e a iniciar as primeiras incursões em terras cordobesas. Iniciava-se um período denominado pela historiografia “grandes conquistas”.

### **3.3- As grandes conquistas: Córdoba e Sevilha**

Em 1236, Fernando estava em Benavente quando recebeu o comunicado de que seus cavaleiros haviam ocupado uma parte da cidade de Córdoba e necessitavam de reforço militar. Para Francisco García Fitz (2002), a ocupação dessa parte da cidade se deu graças à ajuda dos próprios cordobeses, que, cansados do pagamento das *párias*, acabaram por apoiar os cristãos (GARCÍA FITZ, 2002, p. 181).

A realização de uma nova campanha, porém, dependia do apoio dos nobres. Na *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, consta que os nobres não concordavam com tal investida, porque alegavam que a aproximação do inverno tornaria a campanha extremamente perigosa (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98).

Apesar da resistência, Fernando III conseguiu levar adiante a campanha. A presença de importantes figuras como Álvaro Perez e Álvaro Fernández demonstra bem o poder da política de estreitamento dos laços vassálicos em seu reinado. Famílias que anteriormente brigavam entre si e até mesmo com o próprio rei uniram-se para tomar a cidade de Córdoba, antiga capital do califado Almorávida.

Fernando III recebeu a chave da cidade das mãos de seu governador Abû Hassân, em 29 de junho. Terminadas a posse e a distribuição dos nobres em tal cidade, e após repovoar tal região, Fernando III volta para Toledo (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 309 - 314). Contribui para sua vitória a colaboração do rei mulçumano de Jaén, al-Ahmar, que ao fim do conflito assinou uma trégua de seis anos, tendo o rei de Arjona e Jaén, nesse mesmo período, estendido seu poder até o reino de Granada.

O período posterior à tomada de Córdoba marca o estreitamento das relações entre o rei de Castela e Leão com a Igreja. O papa Gregório IX outorgou duas

importantes prerrogativas: a canônica, dando proteção ao monarca e sua família, juntamente com a concessão de indulgência aos que participavam da cruzada oriental e lutassem ao lado do rei; e as concessões de caráter econômico; o sumo pontífice ordenou ainda aos bispos de Toledo e Santiago que entregassem à Coroa um subsídio anual de 20 mil *áureos* durante três anos (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 127).

Provido das concessões papais, Fernando III prosseguiu com suas conquistas. Conforme a *Primera Crónica General*, com a queda de Córdoba alguns pontos fortificados se entregaram voluntariamente. Entre 1240 e 1241, o monarca empreendeu algumas cavalgadas visando à conquista de fortalezas no vale do Guadalquivir:

[...] além disso ganhou dessa vez esses lugares que aqui serão nomeados [...] Eçija, Estepa, Almodouar, Siete filla; e os outros são estes: Santaella, Maratiella, Fornachuelos, Mirabel, Fuente Tomiel, Çafra Pardal, Çafra Mogon, Rut, Bella, Montor, Aguylar, Benmexit, Zanbra, Ossuna, Baena, Casçalla, Marchena, Çueros, Cuheret, Luc, Porcuna, Cot, Moron, Fornachuelos, e outros muitos castelos os quais não sabemos os nomes, que lhe deram a este rei dom Fernando<sup>62</sup> (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 740).

A anexação mais importante realizada nesses anos foi a do reino de Murcia. Quando em 1238 morreu Ibn-Hud, desaparece qualquer vestígio de unidade em al-Andaluz. Os problemas dinásticos em Murcia, paralelamente às pressões militares exercidas por castelhanos, aragoneses e granadinos levaram seus governantes a estabelecer pela primeira vez um pacto com Fernando III. Em 1243, chegaram a Toledo mensageiros que iniciaram as negociações com o príncipe Alfonso<sup>63</sup>, futuro rei de Castela e Leão. O senhor de Murcia colocava-se sobre o protetorado de Fernando III, dividindo suas rendas e entregando posições estratégicas, tornando-se um protetorado militar do reino de Castela (GARCÍA FITZ, 2002, p. 186). O reino que anos antes fora

---

<sup>62</sup> No original: [...] Otrosi gano desa uez estos logares que aquí serán nonbrados [...] Eçija, Estepa, Almodouar, Siete filla; et los otros son estos: Santaella, Maratiella, Fornachuelos, Mirabel, Fuente Tomiel, Çafra Pardal, Çafra Mogon, Rut, Bella, Montor, Aguylar, Benmexit, Zanbra, Ossuna, Baena, Casçalla, Marchena, Çueros, Cuheret, Luc, Porcuna, Cot, Moron, Fornachuelos, et otros mucho castiellos a que non sabemos los nombres, que se le dieron a este rey don Fernando [...] (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 740).

<sup>63</sup> Futuro rei de Castela e Leão, Alfonso X mostrou-se muito eficaz nas atividades designadas por seu pai. Além de negociar a vassalagem do senhor de Murcia no tratado de Alcaraz, em 1243, outro pacto foi firmado pelo príncipe em 1244, comprovando a sua capacidade de negociação. Mostrou-se eficaz também no comando de exércitos, conquistando Mula, Lorca, Cartagena e os castelos de Murcia. Em 1248, foi o responsável por levar até Sevilha o reforço cristão que seria decisivo para a vitória de Fernando III (REIS, 2008, p. 58).

responsável por uma nova reunificação na Andaluzia entregava-se como vassalo, o que demonstra a continuidade do ciclo de conquista de Fernando III.

O trato estabelecido com o Rei de Granada, Arjona e Jaén, al-Ahmar, em 1236, encerrou-se em 1242. Os muçulmanos pareciam ter forças novamente para fazer frente aos cristãos. Em 1243, impõem uma derrota ao exército cristão em Martos. A resposta foi imediata; Fernando III iniciou campanhas na região de Arjona, conquistando muitos castelos e a própria cidade, em 1244. No ano seguinte, o rei fará, pela terceira vez, cerco à cidade de Jaén, um entrave granadino estrategicamente situado na fronteira castelhana. As dificuldades prolongaram o cerco por sete meses, pois: “[...] frio era tão grande e as águas tão tempestuosas, que a gente se via em grande perigo, perdendo muitos animais e muitos homens”<sup>64</sup> (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 746).

Diante da eminente derrota, al-Ahmar viu-se forçado a abrir mão de Jaén, porém a entrega fazia parte de um acordo muito mais amplo, no qual o rei de Granada se colocaria a serviço do rei cristão como qualquer outro vassalo, mediante o pagamento anual de 150 mil *maravedis* e a obrigação de fazer guerra e acordos de paz a favor de seu senhor (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 128). Fernando III então devolveu o território de Granada a Ibn al-Ahmar como condição de feudo, retendo apenas Jaén.

Tal pacto significava o domínio quase definitivo sobre a região do alto Guadalquivir. O monarca castelhano estava livre para preparar a conquista de Sevilha, capital do extinto império almôada, imersa em uma crise política. Com a morte de Ibn Hud, a cidade criou um governo autônomo sob a influência de Ibn al-Yadd, que firmou novo pacto de vassalagem com Fernando III. Todavia, a população se revoltou e assassinou seu líder, rompendo o acordo (GARCÍA FITZ, 2002, p. 189).

O rei de Castela e Leão não deixaria passar situação tão propícia para seus propósitos de expansão. Com a aprovação do conselho de nobres e dos mestres das ordens militares, decidiu cercar Sevilha (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 328). O primeiro passo foi a tomada de comarcas e fortalezas próximas à cidade para evitar a chegada de ajuda. Em setembro de 1246, a campanha de Fernando III aos arredores de Carmona expandiu-se para outras regiões da campina sevillhana, como Alcalá de Guadaira, Lora, Cantillana, Guillena e Gerena.

---

<sup>64</sup> No original: [...] los frios eran tan grandes et las aguas tan afortunadas, que las gentes se veyen en muy grant peligro et perdiense muchas bestias et muchos omnes [...] (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 746).

A participação de al-Ahmar como vassalo trouxe vantagens adicionais a essa campanha, pois devido a sua condição de muçulmano, alguns territórios da Andaluzia entregaram-se sem resistência alguma. Essa aliança política era tão vantajosa para os cristãos quanto destruidora para o conjunto do Islã na península.

Fernando III preparou o ataque à cidade em duas frentes, uma fluvial e outra terrestre. Ordenou a Ramon Bonifaz a organização de uma frota nos portos cantábricos. A ideia era levá-los até o rio Guadalquivir – o rio que passa por Sevilha – para que bloqueassem a principal entrada de suprimentos para a cidade, bem como de seus aliados do norte da África. Na recém-conquistada cidade de Córdoba, o rei reuniu um exército composto por nobres e membros das ordens militares, que avançaram em direção à Sevilha e tomaram diversas cidades.

O bloqueio iniciou-se no norte da cidade, em agosto de 1247. Em 1248, juntaram-se ao exército de Fernando III as tropas de seu filho Alfonso e de Diego López Hara (GARCÍA FITZ, 2010, p. 210-213). Em novembro de 1248, após dezesseis meses de cerco, Sevilha foi rendida.

A cidade era a mais rica da Europa e a sua anexação representou uma conquista não só para a coroa de Castela, mas também para toda cristandade. Além de Sevilha, outras pequenas cidades foram incorporadas, como Xerez, Medina, Bejar, Santa Maria do Porto e Lebrixa, e muitos outros castelos e fortalezas que ficavam entre a recém-conquistada cidade e o mar ao sul da Espanha. Com essas vitórias, a Península Ibérica estava sobre o comando dos cristãos, ainda que permanecessem pequenos reinos vassallos como o de Granada.

Por meio de uma política centralizadora e de estreitamento de relações vassálicas, Fernando III expandiu, mais do que qualquer outro rei cristão, seu território na Península Ibérica. Em 1217, havia herdado o reino de Castela, com aproximadamente 153.000 km<sup>2</sup>; em 1230, se somaram os 100.000 km<sup>2</sup> do reino de Leão. Em sua política de expansão e consolidação territorial, agregou outros 104.000 km<sup>2</sup>, uma extensão cinco vezes maior do que a conquistada por Jaime I, de Aragão, no mesmo período (GONZÁLEZ apud RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 137).

### CAPÍTULO III – A PRÁTICA DA GUERRA NO REINADO DE FERNANDO III

No primeiro capítulo, buscamos apontar as nuances das estruturas ideológicas cristãs do século XIII, imprescindíveis para se entender o comportamento bélico daquele momento. Mais especificamente, abordamos a importância desse pensamento para a justificação das conquistas territoriais na Península Ibérica durante o reinado de Fernando III. Destacamos dois conceitos fundamentais: o de *guerra justa* e *guerra santa*. O primeiro, porque legitimou a ação bélica de Fernando III para a reintegração dos territórios perdidos aos muçulmanos. Já o segundo, porque definiu a Reconquista como uma atividade sagrada, e desse modo, “apreciada” por Deus, uma vez que, defendia a Igreja e grande parte de seus preceitos. Foi por meio do estudo desses dois conceitos que pudemos adentrar o capítulo II, em que analisamos como Fernando III conduziu o processo político de reintegração dos territórios, outrora perdidos para os muçulmanos, e também uma expansão para além deles, até a quase totalidade do que hoje conhecemos como Espanha. Vale frisar que essa ação do monarca, com o apoio da nobreza castelhano-leonesa, resultou na incorporação de grande parte dos territórios ocupados pelos muçulmanos, principalmente pelo que denominamos “ciclo de conquista”.

Feita a digressão, podemos retomar a nossa pergunta inicial, a saber: a guerra na Idade Média foi realmente caracterizada por uma estagnação militar? Neste capítulo, pretendemos compreender a complexidade das estratégias de guerra utilizadas pelo monarca castelhano, reforçando, assim, nossa tese de que não houve uma estagnação militar, mas sim uma preocupação, planejamento e organização das atividades militares de acordo com as condições e conhecimento da própria época.

Seria um trabalho vasto e inesgotável para uma dissertação de mestrado a análise de todo o processo das campanhas guerras de Fernando III a fim de apontar que houve sim um desenvolvimento bélico. Dessa forma, delimitamos nossa análise nas reconquistas de Jaén, Córdoba e Sevilha, pois essas campanhas nos permitem explicar a prática da guerra de uma forma mais clara devido a sua maior presença nas fontes e historiografia. Destarte, a análise de outros casos será realizada quando pertinente para esclarecimento e enriquecimento da discussão.

## 1- Uma guerra pelo controle territorial: a importância da conquista e manutenção dos pontos fortes

Antes de adentrarmos diretamente na análise da prática da guerra sob Fernando III, é necessário apresentar uma característica principal da ação bélica na Península Ibérica: a *guerra de posição*, a qual se configura em atividades militares realizadas com o objetivo de controlar o território. Técnicas e táticas militares desenvolveram-se em função do controle e expansão territorial.

O termo *guerra de posição* foi definido por Francisco García Fitz na obra *Castilla y León frente al Islam: estrategias de expansión y tácticas militares* (2001) para reavaliar a ideia de que a guerra medieval era feita eminentemente por meio de cercos a pontos fortes<sup>65</sup> e pelas batalhas campais que remetem a autores como J. F. Verbruggen<sup>66</sup> e J. Bradbury<sup>67</sup>. A nosso ver, é importante incluir as atividades de desgaste como uma das características principais da guerra de anexação territorial empreendida por Fernando III.

Com o termo *guerra de posição*, buscamos incluir as incursões de desgaste como estratégias tão importantes quanto os assédios aos pontos fortes e as batalhas campais. Para García Fitz (2001, p. 173), o termo *guerra de posição* abrange as duas principais atividades bélicas medievais, que analisaremos no processo de expansão territorial realizado por Fernando III, a saber: a *guerra de assédio*, composta pelas estratégias de cercos, e a *guerra de desgaste*, constituída pelas cavalgadas, pilhagens, incursões, destruições dos campos e demais atividades responsáveis pelo enfraquecimento do inimigo.

Centramos nossa análise nessas duas principais formas da guerra, porque foi o desgaste progressivo do inimigo, juntamente com as estratégias de assédio para o controle e a tomada dos pontos fortes, que permitiram a Fernando III dominar grande

---

<sup>65</sup> De acordo com Helen Nicholson, uma edificação militar, aqui denominada ponto forte, seria qualquer construção utilizada para atividades militares, fossem elas vilas ou cidades fortificadas, torres, castelos ou outras construções empregadas na administração de regiões e para a proteção dos habitantes locais (NICHOLSON, 2004, p. 66).

<sup>66</sup> Embora Verbruggen (1998) tenha dado uma contribuição significativa à historiografia e desmistificado a visão pragmática de alguns historiadores do século XIX em relação à estagnação militar medieval, ele continuou analisando os cercos às grandes cidades e as batalhas campais como as principais atividades guerreiras da Idade Média.

<sup>67</sup> Cf. Jim Bradbury, em sua obra *The medieval Siege*, afirma que a guerra na Idade Média consistia em sua grande parte somente pelas estratégias e atividades ligadas diretamente à tomada dos pontos fortes (2004, p. 71).

parte da Península Ibérica. A tomada dos pontos fortes era um passo fundamental tanto para assegurar os territórios conquistados quanto para conquistar novos territórios. Politicamente eles eram símbolos de poder para aqueles que os possuísem, pois facilitavam a formação de alianças com outros senhores da guerra. Militarmente, desempenhavam a função de centro de operações de um exército, tanto defensiva quanto ofensiva (DOUGHERTY, 2010, p. 6).

O historiador Philippe Contamine apresenta outra característica pela qual a posse dos pontos fortes era importante, o chamado: *reflexo obsidional*. Baseando-se nos estudos de G. Gaier, o autor afirma que esse seria uma reação que se manifesta nos homens ao serem assolados por um ataque. Como resposta, a população procura trancar-se nos pontos fortificados com a intenção de resistir, já que as melhores condições técnicas de defesa davam vantagem aos sitiados (CONTAMINE, 1984, p. 274). Destarte, tomar ou defender um ponto forte era necessário para manter o território conquistado seguro.

### **1.1- Pontos fortes: definição e funções**

No século XI, ocorreu uma recuperação econômica da Europa. Centradas no controle político dos monarcas de Castela e Leão, novas fortificações, estratégicas na defesa das cidades e na administração político-econômica de uma região foram construídas, espalhando-se tanto pela fronteira cristã-muçulmana quanto pelo interior dos reinos da Península Ibérica.

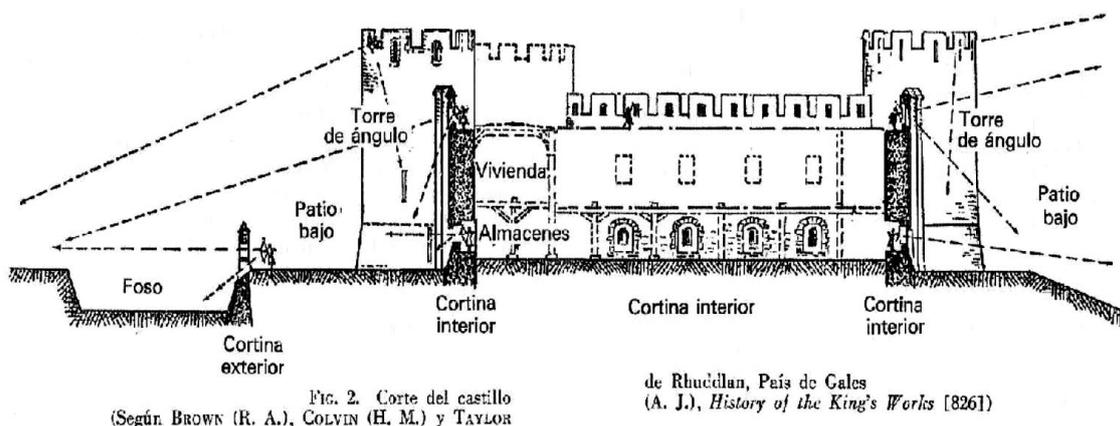
Nessa região as construções em madeira foram substituídas gradualmente pelas de pedra, resultado da evolução das técnicas necessárias para a sua construção, assim como da ampliação dos recursos econômicos e do fortalecimento político dos reinos. A resistência das novas construções ao fogo e as intempéries fizeram delas eficientes centros militares, que podiam resistir a longos cercos e refletiam paralelamente o prestígio e poder de seu detentor (NICHOLSON, 2004; VERBRUGGEN, 1998).

Já a partir da segunda metade do século XII, os castelos ganharam novas formas na Península Ibérica e no Oriente Médio. Teve início a construção dos chamados castelos concêntricos. Com inspirações na arquitetura muçulmana, o plano concêntrico visava a vantagens militares, uma vez que romper a linha defensiva significava ficar exposto aos projéteis lançados desde a outra muralha (NICHOLSON, 2004, p. 83). Esses castelos eram compostos por dois círculos de muros, e as suas torres possuíam

ângulos projetados de tal forma que facilitasse a vigilância, aumentando a segurança e dificultando a sua invasão. Essa inovação arquitetônica pode ser observada na Figura 4:

**Figura 4**

**Exemplo de um castelo concêntrico**



Fonte: CONTAMINE, Ph. **La guerra en la Edad Media**. Barcelona, 1984. p. 144-145.

A evolução dessas construções foi acentuada durante o reinado Fernando III devido a seu fortalecimento político, sobretudo a partir de 1230, com a unificação dos reinos de Castela e Leão. A força política e econômica adquirida com essa união possibilitou a ampliação dessas construções. Devido a essa evolução dos pontos fortes, e consequentemente dos benefícios políticos e militares que a sua posse fornecia, a perda de uma dessas fortalezas representava grande prejuízo. As *Siete Partidas*, ainda que escritas em um período posterior ao de Fernando III, definiram a importância dos pontos fortes e a necessidade de sua defesa. De acordo com essa fonte, a perda de um ponto forte, mesmo que não fosse um castelo, poderia significar um grande prejuízo, pois o controle de uma base militar próxima aos territórios do reino representaria uma ameaça, pois estes desempenhavam duas funções vitais, a defensiva e ofensiva (PARTIDAS II, T. XVIII, L. XVII).

Segundo as *Siete Partidas*, a importância das fortalezas para as operações ofensivas se dava pelo fato de elas poderem guardar todos os tipos de armas, engenhos e ferramentas para a destruição do território inimigo em um local muito próximo à fronteira. Ou seja, os pontos fortes presentes nas linhas inimigas convertiam-se em bases de operações de um exército de campo, fornecendo as condições necessárias para

uma hoste partir de um determinado lugar em segurança, ou mesmo procurar abrigo quando necessário (PARTIDA II, T. XXIII, L. XXIV).

De acordo com Helen Nicholson, o papel primário das fortalezas medievais foi o ofensivo, porque foi a partir dessas construções que os senhores controlavam os territórios e enviavam seus combatentes para lutar em outras localidades (NICHOLSON, 2004, p. 80). Ao longo de suas campanhas, Fernando III empregou muito bem os pontos fortes como bases operativas. Utilizou-se de fortalezas dentro do território inimigo, como as de Martos e Andujár, para ampliar suas conquistas. É importante ressaltar que Córdoba foi, após ser conquistada em 1236, o principal centro de operações militares dos anos 1240 e 1241 para os ataques ao baixo vale do Guadalquivir<sup>68</sup>.

Em relação ao papel defensivo dos pontos fortes, a caracterização consistia basicamente em dar abrigo e proteção aos homens que moravam ali ou nas regiões próximas; um papel militar passivo, que além de promover uma proteção física fornecia também uma imunidade psicológica. Ter uma fortaleza por perto dava a população local um “ar de proteção”. Afinal, como vimos, o *reflexo obsidional* proporcionava uma reação automática, que consistia em buscar refúgio assim que fossem atacados (CONTAMINE, 1984, p. 274).

A ação de procurar abrigo e deixar os inimigos devastar os campos demonstrou-se uma estratégia adaptada ao contexto peninsular. Fernando III realizou diversas incursões de desgaste à cidade de Jaén<sup>69</sup>, e por mais que a cidade tenha sido devastada em várias incursões, a manutenção da população dentro das suas muralhas fez com que os muçulmanos retardassem a conquista da cidade por duas décadas. Ou seja, mesmo a cidade sendo conquistada como resultado de anos de desgaste, o fato de manterem o ponto forte, no caso a cidade, fazia com que, após as incursões, os muçulmanos permanecessem no controle político da região. O que gostaríamos de destacar é que mesmo com as incursões de desgaste, se a população conseguisse proteger e manter o ponto forte, ainda teria o controle da região como um todo.

A manutenção de um ponto forte pelo inimigo por um longo período, como ocorreu em Jaén, tornou-se um grande obstáculo, mesmo para um monarca como

---

<sup>68</sup> A cidade de Córdoba é citada frequentemente na *Crónica de Veinte reyes* como base de operação militar ao vale do Guadalquivir. Como exemplo, as campanhas de devastação a região de Sevilha tiveram como ponto de partida a cidade de Córdoba (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 328 - 329).

<sup>69</sup> As incursões a cidade de Jaén são tratadas de forma mais aprofundada no item 2: “A prática da Guerra de desgaste por Fernando III: incursões e expansão territorial”.

Fernando III. Ao analisar as dificuldades derivadas do controle de um ponto forte pelo inimigo, J. F. Verbruggen afirma que [...] até mesmo castelos individuais podiam ser um espinho na carne de um poderoso reino [...] <sup>70</sup> (VERBRUGGEN, 1998, p. 323). Desse modo, a tomada dos pontos fortes era um expediente fundamental para a continuidade das campanhas militares de Fernando III. Sua execução determinava os rumos da política expansionista do monarca nos territórios ocupados pelos muçulmanos. Por isso, além da importância de conquistar, o monarca teve que se preocupar com a manutenção daqueles pontos fortes que já possuía.

## 1.2- Abastecimento e guarnição dos pontos fortes

Para que Fernando III pudesse manter a sua política de expansão territorial, o abastecimento de suprimentos e a manutenção de um contingente adequado dos pontos fortes foram fundamentais. Todavia, fornecer esses recursos tornou-se, em muitos momentos, uma dificuldade para o monarca, por exemplo, no caso de Córdoba <sup>71</sup>, que após 1236 sofreu com a escassez de alimentos. Como essa região era estratégica para o prosseguimento da expansão territorial, o monarca enviou socorro.

De acordo *Crónica de Veinte Reyes*,

[...] Estando em Toledo ouviu notícias de Córdoba, de como estavam aflitos de fome e que sofriam grande mutilação. O rei recebeu isto com grande pesar e arrecadou tributos, e enviou-lhes logo vinte e cinco mil maravedis e outros tantos aos outros castelos da fronteira [...] <sup>72</sup> (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 320).

De acordo com a *Primera Crónica General*, os problemas não foram resolvidos completamente e Fernando III teve que intervir novamente:

[...] E o rei se colocou logo a caminho de Toledo e separou a arrecadação de tributos, enviando-a dessa vez a dom Aluar Perez de Castro [...] e este acudiu rapidamente e abasteceu os castelos e as fortalezas, e fez cavalgadas, e percorreu terra de mouros e obteve

---

<sup>70</sup>No original: “[...] even individual castles could be a thorn in the flesh of a powerful kingdom [...]” (VERBRUGGEN, 1998, p. 323).

<sup>71</sup> As atividades realizadas para a tomada dessa cidade são analisadas no item: 3. “A conquista dos pontos fortes: estratégias e táticas de assédio por Fernando III”.

<sup>72</sup> No original: “Él en Toledo estando, oyó nuevas de Córdoba en cómo estauan cuitados de fanbre e que sufríen muy grand lazeria. E el rrey tomó ende grand pesar e sacó y luego su manleua, e enbióles luego veynte e cinco mil maravedís e otros tantos a los otros castillos de la frontera [...]” (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 320).

muitos bens<sup>73</sup> (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 737).

Fernando III não podia deixar desamparada uma localização importante como Córdoba. A cidade servia de base operacional para a expansão pelo vale do Guadalquivir<sup>74</sup>. Além dos recursos enviados por Fernando III, Alvar Perez de Castro foi instruído a realizar incursões para abastecer os castelos. Essa atividade era uma prática comum nas fortalezas localizadas na fronteira, uma forma usual de abastecimento, no qual, as *Siete Partidas* definem como *correduras*, atividades realizadas por parte da guarnição de um ponto forte, que saía de sua posição em direção as terras dos inimigos, as saqueavam trazendo para a fortaleza os bens que faltavam para o seu abastecimento (PARTIDA II, T. XXIII L. XXVIII-XXIX).

O abastecimento dos pontos fortes deveria ser uma preocupação constante dos responsáveis pelas campanhas militares. As *Partidas* definem os procedimentos necessários para que nunca faltassem os aprovisionamentos e contingentes. Destarte, o primeiro dever do alcaide<sup>75</sup> deveria ser o de:

[...] colocar nos castelos cavaleiros, escudeiros, besteiros e quantos outros homens de armas entender que convenha [...] e deve solicitar muito os que colocar se forem fidalgos que não tenham cometido traição nem infidelidade, nem venham de linhagem de traidores [...] E o alcaide que tais homens não recrutasse para guardar o castelo e se por isso o perdesse, cairia sobre ele pena de traição, porque seria sua culpa ao não fazer o que deveria para guardar aquele lugar<sup>76</sup> (PARTIDA II, T. XVIII, L. IX).

Também era sua atribuição o abastecimento de mantimentos<sup>77</sup> e armas. Ainda de acordo com as *Partidas* “[...] se o castelo se perdesse por falta dessas coisas, [os

<sup>73</sup> No original: “[...] Et el rey se metio luego al camino et fuese para Toledo et saco y su manlieuea muy grande, et enuio y desa uex a don Aluar Perez de Castro [...] et este acorrio y muy buen tiempo, et bastecio los castiellos et las fortalezas, et fizo y caualgadas, et corrió tierra de moros; et fizo muchos bienes” (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 737).

<sup>74</sup> Vide figura 3, p. 51.

<sup>75</sup> Antigo governador de castelo, fortaleza ou província, com jurisdição civil e militar.

<sup>76</sup> No original: “[...] Meter debe el alcayde en el castiello caballeros, et escuderos et ballesteros et otros homes darmas quantos entendiere quel convienen, [...] et debe mucho catar que aquellos que hi metiere si fueren fijosdalgo que non haya fecho ninguno dellos traycion nin aleve, nin venga de linage de traydores [...] Et el alcayde que tales homes non catase para guardar el castiello si por aquello se perdiere, caerle por ende en pena de traycion, porque serie la culpa suya en non facer lo que habie de complir en guarda de aquel lugar (PARTIDA II, T. XVIII, L. IX).

<sup>77</sup> Entre os víveres destacados na *Partida II* estão: água, legumes, azeite, pão, pescados, carnes e sal (PARTIDA II, T. XVIII, L. X).

alcaides e seus conselheiros] sofreriam por isso pena de traição”<sup>78</sup> (PARTIDA II, T. XVIII, L. X - XI).

As penas para quem falhasse na defesa de um ponto forte eram severas. As *Siete Partidas* definem a perda de uma fortaleza – devido ao descuido – como uma traição ao próprio rei e, além dos alcaides, deveriam ser responsabilizados também os seus ajudantes e conselheiros (PARTIDAS, T. XVIII, L. I). A punição com a pena de morte revela a preocupação com a proteção e manutenção dos pontos fortes devido a sua importância na condução da *guerra de posição*.

## 2- A prática da *guerra de desgaste* por Fernando III: incursões e expansão territorial

As dificuldades de assédio às fortalezas levaram ao desenvolvimento de novas táticas de guerra. A estratégia da *guerra de desgaste*<sup>79</sup>, composta principalmente pelas incursões, teve um papel fundamental na expansão territorial conduzida por Fernando III. Essas incursões, também chamadas de cavalgadas, tinham como objetivo minar a resistência dos inimigos, através da destruição dos seus campos e vilas (NICHOLSON, 2004, p. 127). Assim, podemos afirmar que essa estratégia teve um papel essencial como atividade preparatória<sup>80</sup> para a anexação de pontos fortes e, conseqüentemente, para a *guerra de posição*.

As cavalgadas realizadas contra a cidade de Jaén representam um bom exemplo das campanhas de destruição empreendidas por Fernando III. Conforme mostramos no capítulo II, essa cidade impôs grande resistência ao avanço das tropas do monarca, dificultando a progressão de suas expedições militares. Diante desse entrave, Fernando III, passou a empreender diversas incursões aos territórios que a circundavam, com o objetivo de enfraquecê-la e conquistá-la.

As várias incursões empreendidas pelo rei de Castela e Leão contra Jaén permitem-nos entender o funcionamento da estratégia da *guerra de desgaste*. De acordo

<sup>78</sup> No original: et el castiello se perdiere por mengua de alguna destas cosas, cayerie por ende en tal pena de traycion [...] (PARTIDA II, T. XVIII, L. X).

<sup>79</sup> As incursões de desgaste realizadas por meio das cavalgadas de destruição e saque foram uma adequação a quatro limitações da guerra medieval: a) o baixo número de homens minimamente capacitados para a atividade militar; b) tecnologia defensiva superior à ofensiva nos cercos; c) financiamento; d) tempo hábil para a realização dessas atividades (GARCÍA FITZ, 2001, p. 72 - 73).

<sup>80</sup> As atividades posteriores a guerra de desgaste com a missão de ocupar e tomar pela força os pontos fortes, serão analisadas no item 3. A conquista dos pontos fortes: estratégias e táticas de assédio por Fernando III.

com a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, tais incursões iniciaram-se em 1225, quando o senhor de Baeza, Muhammad Abdala, havia se colocado sob a proteção de Fernando III, logo após a sua destituição como governador de Jaén. Com o intuito de devastar e conquistar o reduto muçulmano, Fernando III e Muhammad Abdala recrutaram um forte exército e:

[...] Levantam seus acampamentos e avançam rapidamente dirigindo seus exércitos até Jaén e devastam o território circundante, exceto o que estava sob domínio do rei de Baeza. Aproximando-se a nobre e habitada cidade de Jaén, cercaram-na e ocuparam-na pelas armas durante muitos dias, e retiveram cercados todos os que estavam na vila, devastando hortas, vinhas, árvores e medas. A face daquela nobre cidade, florescente e vigorosa, escureceu-se como carvão; a terra perdeu seu vigor e os campos definharam [...] <sup>81</sup> (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 77 - 78).

Entretanto, os esforços realizados pelo exército cristão em tomar a cidade de Jaén foram insuficientes. A superioridade defensiva da cidade foi um dos elementos decisivos para a derrota de Fernando III e de seu aliado. De acordo com a crônica, não puderam tomá-la pela força: [...] já que era fortíssima e muito defendida pela natureza ou engenho [...] <sup>82</sup> (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 78). As dificuldades de expugnação de um ponto forte eram consequências da superioridade técnica defensiva quando comparada às táticas ofensivas.

Como analisamos anteriormente, o desenvolvimento de construções de pedra após o século XI na Península Ibérica e o aparecimento dos castelos concêntricos forneciam aos que estavam se defendendo uma superioridade técnica. Além disso, o aproveitamento de recursos naturais como rios, lagos e montanhas, quando somados aos obstáculos artificialmente construídos, como as muralhas e as torres, dificultavam a conquista do local (VERBRUGGEN, 1998, p. 320). Assim ocorreu com Fernando III em Jaén; diante das dificuldades de expugnação da cidade, novas atividades de desgaste tiveram de ser realizadas.

---

<sup>81</sup> No original: “[...] Levantan los campamentos y avanzan rápidamente dirigiendo su ejércitos hacia Jaén, y devastan el territorio circundante excepto el que estaba bajo el dominio del rey de Baeza. Acercándose a la noble y habitada ciudad de Jaén, la asediaron y expugnaron durante muchos días, y retuvieron cercados a todos los que estaban en la villa, devastando huertos, viñas, árboles y mieses. La faz de aquella noble ciudad, floreciente y vigorosa, se ennegreció como el carbón; la tierra se marchitó y los campos languidieron [...]”(CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 77-78).

<sup>82</sup> No original: “[...] no podrían tomarla por la fuerza, ya que era fortíssima y muy defendida por la naturaliza y el ingenio [...]” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 78).

Todavia, as fontes não revelam novas incursões à cidade muçulmana, pelo menos até o ano de 1228, quando Fernando III e o califa almôada, uniram-se para derrotar Ibn Hud<sup>83</sup> que estava no comando de Jaén. Tal pacto teve como resultado militar uma cavalgada de desgaste que se dirigiu a Andujár e a Jaén. Com objetivo de debilitar o inimigo, derrubaram torres, moinhos e destruíram as vinhas e os pomares. O desgaste também foi realizado por meio da morte e captura (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 304). Depois das devastações de 1228 e 1229, Fernando III realizou, em 1230, um novo ataque a Jaén, acreditando que a cidade estivesse debilitada o suficiente para ser conquistada. Entretanto, mesmo com um cerco de três meses, as técnicas defensivas foram superiores e impediram a expugnação. Juntamente às dificuldades da tomada do ponto forte, a morte de Alfonso IX, contribuiu para que o assédio fosse interrompido e as tropas cristãs retiradas.

Entre os anos de 1230 a 1234, as fontes não revelam novas incursões. Somente em 1235 o monarca devastou novamente os campos de Jaén, Arjona e as pequenas vilas adjacentes, conseguindo a anexação dos castelos de Iznatoraf e San Esteban (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 95). Novas incursões à cidade e seus territórios só foram realizadas em 1245. Segundo Villodas Quintanilla<sup>84</sup>, essa interrupção das incursões de desgaste ocorreu devido a um acordo firmado entre o Fernando III e os muçulmanos. Originalmente, o acordo duraria seis anos a partir de 1236, contudo é possível que a trégua tenha se estendido até 1244 (VILLODAS QUINTANILLA, 2004, p. 163).

Assim, somente no ano de 1245 novas incursões puderam ser realizadas contra a cidade e as regiões próximas a ela. De acordo com a *Primera Crónica General de España*, Fernando III:

[...] com toda a hoste que tinha consigo foi para Jaén e cortou e podou vinhas, hortas e cereais [...] Deslocou-se dali em direção a Yllora e destruiu seus arredores e entrou na vila, que foi tomada, queimada e destruída, e muitos mouros foram mortos e feitos cativos [...] <sup>85</sup>  
(PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 745).

<sup>83</sup> Rei de Murcia sublevado contra os almôadas. Vide p.53

<sup>84</sup> VILLODAS QUINTANILLA, José Ignacio. Incursiones castellananas en la ciudad de Jaén durante la primera mitad del siglo XIII. *Sumuntán*. Nº 20 (2004), p. 159-164. Disponível em: <http://www.cismamagina.es/pdf/20-06.pdf> Acessado: 03/01/2013.

<sup>85</sup> No original: “[...] con toda su hueste que y consigo touo, dío consigo en Jahen, et corto et taio vinnas et huertas et panes [...] Et mouio de allí et fuese para Yllora, et quebranto el arrauual, et entro en la uilla, et fue tomada et quemada et destroyda et muchos moros muertos et catiuos [...]” (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 745).

Essas novas incursões concomitantemente as realizadas durante as décadas anteriores, foram, segundo Villodas Quintanilla, o primeiro passo para a conquista final da cidade. Após essa tática de desgaste, a resistência por parte da cidade frente a um assalto direto ficou debilitada (2004, p. 163). Desta forma, Fernando III ergueu novamente um cerco contra Jaén, iniciando assim uma segunda etapa. Diante do novo assédio, quando Ibn Hud percebeu que não poderia mais manter o reduto, pois sua população estava faminta e assolada por doenças, aceitou realizar um acordo colocando-se como vassalo e entregando Jaén (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 746).

Na visão de Martin Dougherty, a destruição dos campos e, principalmente, a tomada dos castelos da região, causavam um enfraquecimento econômico que minavam a capacidade de resistência (DOUGHERTY, 2010, p. 132). Francisco García Fitz também aponta para a *guerra de desgaste* como uma das principais estratégias de expansão territorial empreendida à custa dos muçulmanos na Península Ibérica (GARCÍA FITZ, 2001, p. 123). Assim, vemos que a tática de desgaste realizada por Fernando III foi imprescindível durante todos os anos precedentes à conquista da cidade. Jaén se rendeu no ano de 1246, não apenas como resultado do assédio empreendido naquele ano, mas sim como um resultado da *guerra de desgaste* realizada pelo monarca durante os vinte anos que precederam a sua tomada.

Outro grande exemplo da *guerra de desgaste* realizada por Fernando III em sua política de expansão territorial ocorreu durante o processo de conquista da cidade de Sevilha. A tomada de Córdoba em 1236 e Jaén em 1245 garantiam ao rei o livre acesso ao alto e médio vale do rio Guadalquivir. Todavia, o último reduto impedia o completo domínio da região: a cidade de Sevilha. Tal conquista apresentava inúmeros riscos e dificuldades devido ao seu grande perímetro amuralhado e os diversos pontos fortes distribuídos por suas imediações que garantiam sua segurança e abastecimento.

Diante dessas dificuldades, o monarca reuniu seu conselho de nobres para decidir a melhor forma de conquistar a cidade. Concluiu que a investida poderia ser realizada de duas formas: devastar toda a região que a cercava ou atacá-la diretamente. De acordo com a *Primera Crónica General*, a opção foi o enfrentamento direto, por decisão de alguns especialistas em guerra como o mestre da Ordem Militar de Santiago da Espada em Uclés, Dom Pelay Correa (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 747).

Segundo o historiador Juan Carrillo Albornoz y Galbeño (1995), a estratégia utilizada foi, na verdade, uma medida intermediária entre as duas apresentadas pelo conselho. Para o autor, a forma encontrada foi bloquear a cidade e impedir o seu abastecimento, e, para isso, decidiu-se que nem o ataque direto nem a devastação de toda a sua região seriam totalmente eficazes, mas sim a conquista dos pontos fortes estratégicos para o abastecimento e proteção da cidade (ALBORNOS Y GALBEÑO, 1995, p. 151). Deste modo, todas as ações de Fernando III, de 1246 até novembro de 1248, ano de sua entrada na cidade, foram direcionadas ao isolamento de Sevilha para neutralizar qualquer possibilidade de ajuda exterior. Tal isolamento foi conseguido por intermédio de incursões de desgaste sobre os pontos fortes estratégicos para o abastecimento e socorro da cidade.

Iniciou-se uma fase de incursões para a tomada dos pontos fortes. Fernando III saiu de Jaén para Córdoba e em seguida devastou as terras de Carmona e Alcalá de Guadaíra, conquistando essa última<sup>86</sup>. Dali, o rei estendeu suas devastações e conquistas para outras vilas e pontos fortes sevillanos, importantes para o abastecimento da cidade, a saber, Lora, Cantillana, Guillena e Alcalá del Rio consecutivamente. (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 328 - 329).

Com a tomada de Alcalá del Rio, completava-se o isolamento terrestre de Sevilha. As tropas castelhanas e leonesas haviam destruído ou controlado as principais vias de acesso, defesa e abastecimento exterior da capital almôada (ALBORNOS Y GALBEÑO, 1995, p. 152). Essas atividades de desgaste realizadas por Fernando III mostraram-se estratégicas, pois permitiram o controle e tomada dos pontos fortes e, conseqüentemente, o enfraquecimento e tomada da cidade<sup>87</sup>.

A *guerra de desgaste* realizada pelo monarca mostrou-se mais uma vez essencial para a conquista de uma grande cidade. A importância dessas atividades foi definida na obra as *Siete Partidas*. Nela, Alfonso X trata as incursões de desgaste como uma “guerra ligeira” e explica a sua utilização e vantagens. De acordo com o documento, se fosse possível vencer o inimigo pela *guerra de desgaste*, com a destruição e roubo dos campos e vilas, ou mesmo, com o corte do abastecimento de água, que não realizassem

---

<sup>86</sup> Para mais informações sobre a tomada de Alcalá de Guadaíra ver o artigo: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. “Alcalá de Guadaíra en el siglo XIII: conquista y repoblación”. **Anales de la Universidad de Alicante**. Historia Medieval. N. 6 (1987). p. 135-158. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/7043>.

<sup>87</sup> A tomada de Sevilha será abordada no item 3: “A conquista dos pontos fortes: estratégias e táticas de assédio por Fernando III”.

um confronto direto, pois este ocasionava um grande número de mortes e perigos (PARTIDA II, T. XXIII, L. XXV).

Assim, legitimadas pelas *Siete Partidas*, as incursões possuíam como principal objetivo o desgaste econômico dos inimigos. Ao passo que, para Fernando III, a *guerra de desgaste* apresentava um resultado bastante positivo, o aumento dos recursos necessários à continuidade de suas campanhas militares.

A tomada de Quesada no ano de 1224<sup>88</sup> é um bom exemplo do financiamento obtido graças aos saques realizados nas incursões. Fernando III, juntamente com seu vassalo, o rei de Baeza, tomou a cidade, que, de acordo com a *Crônica Latina de los Reyes de Castilla*, foi espoliada de todos os seus bens (1999, p. 75 -76). O monarca utilizou-se de tal campanha para poder financiar as novas campanhas que seriam realizadas nos anos seguintes, a saber, as de Jaén, Priego e Loja. O financiamento da atividade bélica implicava em um custo bastante elevado, devido ao pagamento dos soldos e o abastecimento de mantimentos e armas ao exército. Essas despesas levaram o monarca a adotar a *guerra de desgaste* como uma estratégia financiamento, dadas as dificuldades de convencer os nobres a financiar as campanhas<sup>89</sup>.

Devido a essas dificuldades, as incursões de desgaste e saque constituíram uma alternativa viável para o seu financiamento. Fernando III beneficiava-se diretamente do botim<sup>90</sup> obtido nas campanhas com o recebimento de um quinto do total. As leis IV, V, VI, VII e VIII do título XXVI da *Segunda Partida*, estabelecem como deveria pagar-se o *quinto* do rei<sup>91</sup>.

---

<sup>88</sup> Sobre as campanhas realizadas por Fernando III a Quesada, ver o artigo de ESLAVA GALÁN, J. La campaña de Quesada (1224). **Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas**, 12-13: 5-23 (1984). Disponível em: <http://digibug.ugr.es/bitstream/10481/30249/1/CEM-012-013.001-Art%C3%ADculo-001.pdf>

<sup>89</sup> Como exemplo, podemos citar as dificuldades que Jaime I de Aragão teve para conseguir o financiamento para as campanhas à cidade de Murcia. De acordo com Jaime Estevão dos Reis, o rei de Aragão percebeu que combater o inimigo a favor de Alfonso X, significava, na verdade o combate a um inimigo comum, já que os muçulmanos tinham a intenção de avançar sobre toda Península Ibérica. O monarca aragonês concluiu que a melhor solução seria combater o inimigo antes que chegasse ao seu território. Assim, o rei reuniu as *Cortes* em Zaragoza e Barcelona, com o objetivo de obter a ajuda econômica necessária para a sua campanha. Entretanto, as cortes catalãs e aragonesas impuseram obstáculos à aprovação de um imposto para financiar a guerra, ameaçando, inclusive, a rebelar-se contra o monarca. Essas dificuldades atrasaram a entrada de Jaime I na guerra (REIS, 2007, p. 114-116).

<sup>90</sup> Francisco Gallego Dueñas explica que o tipo do botim era diferente de acordo com cada objetivo da campanha; se a intenção fosse a guerra de desgaste com a devastações do território, como as incursões a região de Sevilha, o botim favorecia o aprisionamento de homens e mulheres e o roubo dos campos e pomares (GALLEGO DUEÑAS, 1995, p. 246-248).

<sup>91</sup> Fernando III possuía outras formas de financiamento. Albornoz y Galbeño apresenta as contribuições papais destinadas a ajudar o monarca financeiramente em suas excursões. Tanto Honório III como seus sucessores Gregório IX e Inocêncio IV outorgaram as *tercias de Fábrica*. O benefício consistia em receber um terço da parte dos dízimos eclesiásticos. A ajuda pontifícia foi considerável se a analisarmos

Aparentemente, o efeito mais nítido das incursões de desgaste era o material, já que, com elas, buscava-se destruir as bases de resistência do inimigo. Contudo, um olhar mais acurado mostra que essas incursões cumpriam uma estratégia de guerra que ia além dos aspectos materiais. Fernando III utilizou-se também da *guerra de desgaste* como uma forma de desestabilizar política e psicologicamente os seus inimigos.

Com relação à desestabilização política, podemos afirmar que ela foi realizada pela incitação de revoltas internas. Muitas vezes, esses conflitos entre a população e seus governantes levaram à queda do poder vigente. Na estratégia de anexação territorial de Castela e Leão no século XIII, esse expediente foi essencial para o cumprimento do “ciclo de conquista” já analisado no capítulo II<sup>92</sup>.

Um dos casos mais exemplificáveis de uma crise interna muçulmana provocada pelo monarca foi a incursão realizada no ano de 1231, pelo infante Alfonso de Molina e o nobre Alvar Pérez. Eles percorreram o vale do Guadalquivir, principalmente as terras de Sevilha e Jerez, com o objetivo de causar o maior estrago possível aos campos da região. De acordo com a *Primera Crónica General*, a hoste enviada por Fernando III, iniciou as incursões de desgaste pelas terras de Córdoba, onde foram:

[...] queimando e destruindo, e recolhendo entre si quantos puderam alcançar [...] e chegaram a Palma e a tomaram pela força, combatendo rigorosamente de todas as partes, e mataram quantos mouros se encontravam lá dentro [...] cometendo toda essas destruições, e passaram por Sevilla e foram contra Xerez [...] <sup>93</sup> (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 725).

Ibn Hud ao saber da destruição que os cristãos realizavam, convocou um exército para detê-los. Iniciou-se assim, um conflito armado entre cristãos e muçulmanos<sup>94</sup>. Apesar de seu exército ser maior, Ibn Hud foi derrotado pelos cristãos após estes terem recebido reforços enviados pelo vassalo de Fernando III, o rei de Baeza. O líder muçulmano foi obrigado a fugir de Jerez. Com a vitória, o exército

---

do ponto de vista econômico. Por meio desses benefícios, Fernando III recebeu, durante a campanha de Córdoba, 60.000 *maravedis* e uma quantia similar para a campanha a Sevilha (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 138).

<sup>92</sup> Vide p. 50.

<sup>93</sup> No original: [...] quemando et destroyendo et acogiendo entre si quanto alcançar podien [...] et llegaron a Palma et tomaronla por fuerça, combatiéndola muy de rezio de todas partes, et mataron quantos moros fallaron dentro [...] fazendo todas estas estruyçiones; et pasaron por Seuilla, et fueon contra Xerez [...] (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 725).

<sup>94</sup> O conflito é narrado pela *Primera Crónica General* nos capítulos 1043 e 1044 (p.726-727). A crônica apresenta elementos religiosos como a presença de São Tiago e de uma legião de anjos como fator decisivo para a vitória cristã.

liderado por Alvar Pérez e Alfonso de Molina voltou a assolar os campos, com saques e destruições (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 725-728).

A continuação dessas incursões e a incapacidade demonstrada por Ibn Hud de evitá-las levaram seus súditos a saírem de sua influência política e militar. Com a fragmentação do poder em al-Andaluz, Sevilha organizou um governo independente retirando Ibn Hud do comando da cidade meses depois (GARCÍA FITZ, 2001, p. 116). Juntamente a Sevilha, outras regiões começaram a se rebelar contra o líder muçulmano, como exemplo, a sublevação de Ibn al-Ahmar em Arjona como uma força opositora.

Outra forma utilizada por Fernando III para a destabilização política foi a organização de incursões com o objetivo de apoiar um rei muçulmano em detrimento de outro que pudesse ameaçar os territórios castelhano-leoneses. Em 1225, o rei de Baeza, Abd Allah, colocou-se como vassalo de Fernando III. O monarca utilizou-se desse apoio para realizar incursões contra o líder almôada na Península Ibérica<sup>95</sup> e assim potencializar as tensões entre os muçulmanos.

De acordo com J. Eslava Galan, Fernando III estava ciente do decadente poder do líder almôada Abdallah al-Adil. Por isso, o monarca decidiu apoiar o rei de Baeza que havia sido expulso de Jaén e Úbeda e queria assim o fim do poder almôada na Andaluzia. Desta forma, Fernando III fomentou a divisão e enfraquecimento político das forças muçulmanas por meio de incursões e destruições a locais como Quesada (1224), Salvatierra (1225) e Capilla (1226). A aliança com o rei de Baeza e o pretexto de ajudá-lo, forneceu uma excelente justificativa, para o empreendimento de conquistas aos territórios do alto Guadalquivir (ESLAVA GALAN, 1984, p. 6).

Já em relação aos efeitos psicológicos, a prática da *guerra de desgaste* também trouxe certo temor aos muçulmanos. A incapacidade de seus líderes em fazer frente a Fernando III contribuiu para a desmoralização daquela sociedade. Exemplo disso ocorreu no ano de 1231 em Jerez. Após a destruição de suas terras e a morte de um número significativo de seus habitantes, esses quase não possuíam condições mentais necessárias para resistir ao inimigo. Isso fica expresso na *Primera Crónica General*:

[...] que a coisa do mundo que mais destruiu os mouros [...] foi esta cavalgada de Xerez; porque deste modo ficaram destrozados, destruídos os mouros, que não puderam ter o atrevimento nem o esforço que antes tinham contra os cristãos tamanho foi o medo e

---

<sup>95</sup> Analisamos o conflito entre Fernando III e as almôadas no capítulo anterior. Ver p.47-54.

espanto que contraíram dessa vez<sup>96</sup> (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 729).

Foram as funções econômicas, políticas e psicológicas da *guerra de desgaste* que a tornaram uma das principais estratégias de expansão territorial. Ao analisar esse tipo de incursões, Phillipe Contamine explica que essas operações de enfraquecimento progressivo do inimigo foram as atividades que ocuparam maior tempo e esforços (CONTAMINE, 1984, p. 286). Dito de outra forma, a soma dos efeitos psicológicos sofridos pela população da Andaluzia, juntamente à desestruturação política e econômica, geraram a desestabilização do poder e a perda do território muçulmano na Península Ibérica.

### 3- A conquista dos pontos fortes: estratégias e táticas de assédio por Fernando III

A política de expansão territorial levada a cabo por Fernando III baseava-se na incorporação de regiões sobre controle dos muçulmanos<sup>97</sup>. O sucesso desse empreendimento dependia fundamentalmente do controle e anexação dos pontos fortes, fossem esses castelos, cidades ou vilas. Destarte, nossa análise se volta às estratégias da *guerra de assédio* utilizadas por Fernando III para a conquista efetiva desses pontos fortes.

Embora essas atividades de assédio tenham ocorrido em uma escala menor do que as incursões de desgaste, García Fitz, afirma que foram decisivas no controle territorial (GARCÍA FITZ, 2001, p. 176). O raciocínio é que, apesar da grande importância da estratégia de desgaste para o enfraquecimento do inimigo, de nada adiantaria todo esse trabalho se não houvesse um planejamento de estratégias que possibilitassem a anexação do ponto forte.

Duas foram as principais estratégias de assédio aos pontos fortes utilizadas por Fernando III: a conquista pela força e pelo bloqueio<sup>98</sup>. A primeira, por possibilitar ao

---

<sup>96</sup> No original: [...] que la cosa del mundo que mas quebranto a los moros [...] fue esta caualgada de Xerez; ca guisa fincaron quebrantados los moros, que non podieron, despues auer el atreimiento ni el esfuerço que ante auien contra los cristianos: tamanno fue el miedo et el espanto que tomaron desa vez (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 729).

<sup>97</sup> Cf. o historiador James Powers explica em sua obra: **Life on the cutting edge: the besieged town on the Luso-Hispanic frontier in the twelfth century**, o controle e expansão territorial foram prioridades máximas para a monarquia Castelhana-Leonesa (POWERS, 1995, p. 17).

<sup>98</sup> Uma terceira atividade constituía as estratégias de tomada dos pontos fortes na Idade Média: a conquista pelo furto. Decidimos não trabalhar com essa tática em nossa análise por não encontrarmos registros suficientes de sua utilização por Fernando III. Só podemos encontrar a sua prática quando alguns

monarca uma rápida tomada de pequenas fortalezas e vilas, que o fariam ganhar tempo e aumentar seus recursos para as suas novas campanhas. Já a tática do bloqueio, apesar de ser um processo mais lento e caro, foi a estratégia adotada para a tomada de grandes cidades como Córdoba e Sevilha.

### 3.1- A conquista pela força

O assédio pela força consistia no emprego de máquinas de expugnação e ataques massivos aos pontos fortes. No entanto, a destruição dos muros, a construção de minas e a tentativa de invasão pelo uso da violência resultavam em um empreendimento difícil<sup>99</sup>. Devido a essas dificuldades, as *Partidas* recomendam esse tipo de assédio como o último recurso, uma vez que, ocasionavam um grande número de mortes (PARTIDA II, T. XXVII, L. VI).

Notamos a fragilidade dessa estratégia no assédio a Jaén em 1225, quando Fernando III perdeu um grande contingente material para Abdallah al-Adil. Nessa operação, o monarca ordenou a seus nobres que atacassem os muros. Porém, muitos cavaleiros foram mortos devido a grande quantidade de pedras e flechas atiradas em defesa da cidade (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 300).

O historiador Martin Dougherty, ao analisar essa forma de assédio, explica que os revezes sofridos pelos exércitos na ofensiva ocorriam porque as fortalezas medievais funcionavam como um multiplicador de forças. Combater protegidos por muros de pedra evitando uma exposição direta aos ataques permitia que um pequeno grupo de homens derrotasse um exército numeroso (DOUGHERTY, 2010, p. 173).

Durante a conquista da cidade de Sevilha, em 1248, Fernando III fez uso de várias estratégias militares. Após meses de bloqueio, o rei decidiu conquistar pela força

---

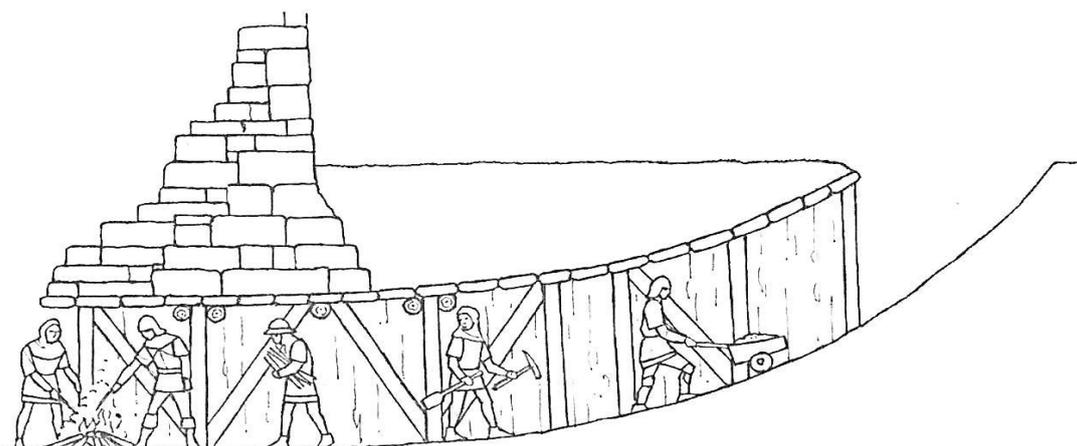
homens tentaram, em vão, conquistar a cidade de Córdoba por meio dessa tática. A *Crónica Latina de Los Reyes de Castilla* e a *Primera Crónica General* explicam como essa operação ocorreu (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 97); (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 729-730). A conquista pelo furto consistia em uma tomada sigilosa do ponto forte e geralmente apresentava uma série de dificuldades para aqueles que a realizavam, devido às condições específicas da ação. A *Partida II* define os cuidados que a operação exigia. A necessidade de sua realização à noite e em meio ao mau tempo, de ser uma operação rápida e escondida, com entradas pelos lugares mais perigosos da fortaleza. Os que a realizavam corriam muitos perigos, pois não podiam ver o que ocorria lá dentro e também não recebiam ajuda dos que estavam do lado de fora. Por isso, tais furtos eram realizados por um pequeno número de homens e com poucas armas (PARTIDA II, T. XXVII, L. VIII).

<sup>99</sup> De acordo com García Fitz, a dificuldade de se tomar um ponto forte pelo uso do assédio a força, pode ser demonstrada nas primeiras campanhas de conquistas realizadas por Fernando III. Durante a sua expedição no ano de 1212, em uma significativa expansão territorial, o monarca conseguiu conquistar dez fortalezas, entretanto apenas uma teria sido conquistada pelo uso da força (GARCÍA FITZ, 2001, p. 230).

o último reduto de abastecimento da cidade de Sevilha, o bairro de Triana. Segundo a *Primera Crónica General de España*, durante o assédio, as hostes de Fernando III foram atacadas por muitas pedras e flechas. Percebendo que não poderia tomá-la pela força, ordenou a retirada de suas tropas (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 762).

Após a derrota nesse primeiro ataque, Fernando III voltou a assediá-la no mesmo ano, dessa vez com máquinas e táticas de guerra para derrubar os muros (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 154). Uma das formas utilizadas foi a construção de minas<sup>100</sup>. Todavia, essa atividade exigia uma grande quantidade de tempo e poderia ser anulada com a construção de uma contramina<sup>101</sup> (o que ocorreu no ataque a Triana). O projeto de realização de uma mina pode ser esclarecido na Figura 5.

**Figura 5: Projeto de uma mina para destruição de muros**



Fonte: DOUGHERTY, Martin J. *Armas y técnicas bélicas de los Caballeros medievales 1000 – 1500*. Madrid: Libsa, 2010. p. 178.

Ambas as tentativas de conquistar pela força o bairro de Triana foram anuladas pelos muçulmanos. Além da superioridade técnica dos pontos fortes, outro motivo contribuiu para a sua ineficiência: a impotência das máquinas de assédio<sup>102</sup>.

<sup>100</sup> A tática consistia em cavar uma mina retirando toda a terra que dava sustentação aos muros. (DOUGHERTY, 2010, p. 173). Ver figura 5.

<sup>101</sup> A contramina consistia em um túnel por baixo da mina construída, fazendo com que as estruturas da mina inimiga desabassem.

<sup>102</sup> Entre essas máquinas encontravam-se catapultas, aríetes e trebuchet. Sobre as máquinas de assédio utilizadas durante a Idade Média, e mais especificamente durante o reinado de Fernando III ver: GÓMEZ, VISCAÍNO, A. La tormentaria empleada en la conquista de Sevilla por Fernando III. In: **Fernando III y su época**. Actas IV Jornadas nacionales de historia militar. Sevilla, 1995. Disponível em <http://www.catedrageneralcastanos.org/documentos/libros/Fernando III y su epoca.pdf> Acessado em 02/01/2015.

De acordo com Aureliano Gómez Vizcaíno, no reinado de Fernando III já existia o conhecimento das armas de assédio<sup>103</sup> neurobalísticas<sup>104</sup>. Para o autor, houve sim a utilização de tais engenhos durante o ataque a Sevilha, principalmente ao bairro de Triana. Entretanto, a supremacia das técnicas de construção dos pontos fortes só pôde ser superada com a invenção da artilharia de pólvora séculos depois (GÓMEZ VIZCAÍNO, 1995, p. 198; 203).

A ineficiência dessas armas de guerra pode ser observada em outras campanhas realizadas por Fernando III. De acordo com a *Primeira Crónica General*, o monarca as utilizou no ataque a Alcalá del Rio, em 1247, e apesar de ter conquistado o ponto forte, não foi pela eficiência dessas máquinas, mas sim pela estratégia de bloqueio. De acordo com a crônica, elas quebravam assim que atiravam as primeiras pedras (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 749). Para J. F. Verbruggen, a limitação de tais máquinas ia além de sua ineficácia técnica. A sua organização em campo de batalha ocupava muito tempo e a sua localização próxima aos muros fazia com que fossem as primeiras a serem destruídas pelos defensores (VERBRUGGEN, 1998, p. 330).

A *Segunda Partida* alerta para a fragilidade desses equipamentos. A fonte especifica que as máquinas de guerra, chamadas também de “engenhos”, deveriam ser usadas apenas nos ataques contra pequenos castelos ou vilas. Para as grandes fortalezas, aconselha a conquista mediante bloqueios que impedissem a entrada de alimentos, armas e homens (PARTIDA II, T. XXIII, L. XXVI).

Francisco García Fitz, ao analisar a conquista pela força, explica que os líderes militares sabiam das possibilidades de fracasso em tal atividade. Contudo, o ganho de tempo e a economia de recursos, caso a vitória fosse obtida, incentivavam os comandantes a arriscá-la (GARCÍA FITZ, 2001, p. 230). Por isso, mesmo diante de tantas limitações, essa estratégia foi utilizada por Fernando III principalmente contra pequenas fortalezas, como aconselha a *Segunda Partida*.

Mencionamos como exemplo desse uso da força Quesada, Priego e Loja em 1224, 1225 e 1226, consecutivamente. Conforme a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, ao invadir Quesada pela força, em 1224, “[...] encontraram-na repleta de

---

<sup>103</sup> Também chamadas pelas *Partidas* de “engenhos”.

<sup>104</sup> Termo técnico utilizado para denominar dispositivos capazes de atirar objetos por meio da força resultante de elementos de flexão ou torção de cordas.

riquezas [e] a expoliram de todos os bens [...]”<sup>105</sup> (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p.75 - 76). O mesmo ocorreu com as cidades de Priego e Loja, às quais “[...] tomaram pela força [e] a espoliaram de todos os bens, mataram milhares de mouros e fizeram muitos prisioneiros”<sup>106</sup> (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 78). As conquistas dessas cidades foram importantes, pois forneceram as bases de operação militares para as próximas campanhas do monarca pelo vale do Guadalquivir,

A conquista pela força também se mostrou estratégica para Fernando III durante a sua campanha para conquistar a cidade de Sevilha. O ganho de tempo era essencial, pois o quanto antes o monarca conseguisse bloquear as rotas de abastecimento, mais cedo poderia enfraquecê-la e, conseqüentemente, tomá-la.

Assim, o monarca assediou algumas vilas que ficavam no caminho da cidade. Segundo a *Primera Crónica General*, foram tomadas pela força os redutos de Cantillana e Alcalá del Rio. Diante dessa demonstração de força, o ponto forte de Guillena entregou-se ante a ameaça de morte (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 749) É possível que o impacto psicológico provocado pelo assédio à força tenha facilitado, em alguns casos, a conquista de pontos fortes, haja vista que um inimigo abalado psicologicamente diante da força do oponente, poderia facilmente cometer erros estratégicos que levariam à perda da fortaleza. Ou ainda, que a entregasse devido ao temor como ocorreu em Guillena.

Considerando a relação entre perdas e ganhos da conquista pela força, podemos avaliar que, mesmo com as inúmeras dificuldades, os benefícios apresentados levaram Fernando III a utilizá-las – como ocorreu em Alcalá del Rio. A rápida tomada da localidade em questão foi essencial para a vitória contra os muçulmanos em Sevilha dois anos depois.

### **3.2- A conquista pelo bloqueio**

O bloqueio foi outro expediente utilizado na tomada de pontos fortes. Na maioria das vezes, mostrou-se a mais eficiente das técnicas militares empregadas. A

---

<sup>105</sup> No original: [...] Cuando llegaron a la villa, la invadieron al momento, y, encontrándola llena de riquezas, la expoliaron de todos los bienes [...] (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p.75 - 76).

<sup>106</sup> No original: [...] Priego e Loja, a las que tomaron por la fuerza las expoliaron de todos los bienes, mataron muchos miles de moros e hicieron muchos cautivos (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 78).

ação era aparentemente simples: bloquear todas as entradas e saídas do ponto forte a fim de provocar um isolamento total do inimigo. Isso levaria inevitavelmente ao enfraquecimento pela fome e sede, além de impedir que os sitiados recebessem ajuda externa.

Para Helen Nicholson, a fome e as doenças provocadas pelo cerco levaram, em alguns casos, os próprios sitiados a entregarem as fortalezas (NICHOLSON, 2004, p. 131). Vejamos os dois principais bloqueios realizados por Fernando III: o de Córdoba (1236) e o de Sevilha (1248).

Em 1236, Fernando III recebeu um pedido de socorro de soldados que haviam tentado conquistar Córdoba. Diante de tal mensagem, o monarca reuniu o seu conselho para decidir se iriam ou não socorrê-los. Como as condições disponíveis não eram adequadas para a realização de uma campanha – devido à chegada do inverno, das chuvas e das inundações dos rios –, o conselho decidiu por não assediá-la (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 99).

Phillipe Contamine, ao analisar a importância das condições climáticas para a prática da guerra, afirma que as atividades militares deveriam ser realizadas durante a primavera e verão: pastos verdes e as plantações prontas para a colheita, facilitavam o abastecimento dos exércitos (CONTAMINE, 1984, p. 147). A ausência de tais condições propícias levou o conselho de Castela e Leão a tentar dissuadir Fernando III de conquistar Córdoba.

Entretanto, Fernando III, contrariando a decisão do conselho e as desfavoráveis condições climáticas, marchou para conquistar a cidade. Córdoba era um reduto com um sistema defensivo bem organizado, a tentativa de assediá-la pela força traria muitas perdas para o exército do monarca. Por isso, a estratégia definida para conquistá-la foi o bloqueio.

De acordo com Francisco García Fitz (2001), para que essa tática se efetivasse com sucesso, era preciso que Fernando III conseguisse dois tipos de isolamento da cidade: o *bloqueio físico*, impedindo o abastecimento de mantimentos, armas e homens; e o *bloqueio político*, que evitava qualquer tipo de ajuda exterior que viesse em socorro dos sitiados. Esse último é tido por García Fitz, como a manobra mais importante (2001, p. 267).

Segundo a *Crónica Latina de los reyes de Castilla*, para impedir que os cordobeses buscassem mantimentos e armas, Fernando III decidiu bloquear a passagem pela ponte do rio Betis levantando acampamento entre Córdoba e Écija (CRÓNICA

LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 99). Ao saber do eminente ataque a uma de suas cidades, Ibn Hud organizou um exército e moveu-se para Écija, com o objetivo de impedir a conquista. Ao analisar o início dessa operação, o historiador Juan Albornoz y Galbeño explica que o rei de Castela, possuía apenas duzentos cavaleiros para se defender, uma desvantagem muito grande se comparado ao líder muçulmano, que possivelmente comandava um contingente de no mínimo três mil homens (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 145). Essa diferença numérica destruiria o bloqueio estabelecido a Córdoba.

Contudo, o exército muçulmano dirigiu-se para Valência sem prestar socorro aos cordobeses. Não há um consenso historiográfico sobre os motivos que levaram a essa desistência. Para Francisco García Fitz, as razões do não auxílio por parte de Ibn Hud são desconhecidas (2001, p. 258), enquanto Juan Albornoz y Galbeño (1995) acredita que o líder muçulmano tinha assuntos mais importantes para resolver e por isso não ajudou a cidade (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 146). Porém, para nós, a explicação mais plausível está no trabalho de Ricardo da Costa (2008)<sup>107</sup>, *A conquista de Córdoba por Fernando III, o santo*, que atribui a uma articulação política a principal responsável.

Segundo Ricardo da Costa, Ibn Hud, querendo saber da situação do exército cristão, pediu conselho para Dom Lorenzo Suárez, um nobre que havia sido exilado por Fernando III e vivia na corte do líder muçulmano. Com a desculpa de espionar a hoste castelhana para melhor aconselhá-lo, Lorenzo Suárez partiu em direção ao acampamento cristão, onde obteve êxito em negociar, com o rei de Castela e Leão o seu perdão em troca da traição a Ibn Hud, impedindo-o de vir em socorro de Córdoba. Voltando a Écija, o nobre aconselhou erroneamente a Ibn Hud, dizendo que havia um forte exército posicionado próximo a Córdoba. Concomitante, chegou ao líder muçulmano um pedido de ajuda do rei de Valência que estava sendo atacado por Jaime I de Aragão (1208-1276). Devido ao conselho de Lorenzo Suárez, decidiu-se por ir primeiro socorrer Valência e que depois voltaria para guerrear com o rei de Castela, já que esse possuía um poderoso exército (COSTA, 2008).

Sem o apoio de Ibn Hud, Córdoba estava completamente bloqueada politicamente, porque outros líderes muçulmanos que poderiam ajudá-la haviam se

---

<sup>107</sup> COSTA, Ricardo da. A conquista de Córdoba por Fernando III, o santo. In: Lauand, Jean (org.). *Filosofia e educação – Estudos 13*. São Paulo, Factash Editora, 2008. p. 07 – 18. Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/artigo/conquista-de-cordoba-por-fernando-iii-o-santo>.

tornado vassalos de Fernando III<sup>108</sup>. Diante desse isolamento, os cordobeses viram-se em um impasse: rendição ou resistência. Optaram pela última. Sem a pressão de um possível exército estrangeiro, Fernando III foi capaz de fortalecer o bloqueio, principalmente com a chegada de novos reforços (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 146).

Após três meses de bloqueio, os cordobeses começaram a negociar a entrega da cidade. Entretanto, mesmo com a rendição já firmada, os mouros – ao descobrirem que o exército de Fernando III também estava carente de provisões, e o tempo de serviço militar expirava por essa data –, quebraram o acordo<sup>109</sup>. A expectativa de que os cristãos poderiam desistir a qualquer momento, os motivou a não entregar Córdoba (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 101).

Porém, para superar tais dificuldades, Fernando III utilizou-se de suas habilidades políticas. Afinal, como explica Helen Nicholson, a guerra de conquista não era baseada apenas na força, mas também na diplomacia (NICHOLSON, 2004, p. 131). Para isso, o monarca firmou um pacto com al-Ahmar inimigo de Ibn Hud. Esse acordo abasteceria o exército cristão. Logo, o bloqueio poderia prosseguir o que levaria os cordobeses a iniciarem uma nova negociação de rendição. A população foi obrigada a deixar a cidade e procurar exílio em outros reinos muçulmanos como Granada (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 103). A tomada de Córdoba por Fernando III foi um grande avanço para o projeto de expansão territorial. Com a conquista da cidade, diversas outras localidades, foram tomadas no vale do rio Guadalquivir, como Benquerencia, Santa Eufemia e Gahete.

Outro grande exemplo de bloqueio, realizado por Fernando III, foi o de Sevilha. A conquista dessa cidade foi empreendida por um conjunto de operações militares: cavalgadas de desgaste, assédios a força e bloqueio. Em nossa análise sobre a estratégia de bloqueio, temos em mente de que essa tática não foi realizada isoladamente, mas sim como parte de um planejamento maior.

Os obstáculos naturais constituíam uma vantagem defensiva aos muçulmanos, já que o rio Guadalquivir, que percorria todo o lado oeste, além de abastecer a cidade, também funcionava como um fosso natural. Como defesas artificiais, Sevilha possuía a

---

<sup>108</sup> Vide capítulo 2.

<sup>109</sup> Ao analisar a estratégia do bloqueio, Martin Dougherty explica que a espera da morte do inimigo pela fome poderia ser longa, pois em geral, grandes pontos fortes como a cidade de Córdoba estavam munidos com o mínimo para vários meses. A comida e outras provisões eram mais um problema para os atacantes do que para os defensores, já que os primeiros possuíam um número maior de homens para sustentar (DOUGHERTY, 2010, p. 191).

torre de Ouro e o bairro fortificado de Triana, sem contar o amplo perímetro de muralhas (figura 6). Assim, a geografia e a organização defensiva fizeram com que Fernando III planejasse de forma meticulosa os passos necessários para o bloqueio efetivo da cidade (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 150).

Em 1246, Fernando III já havia planejado como realizaria o bloqueio da cidade na primavera do ano seguinte. O primeiro passo<sup>110</sup> foi a tomada dos pontos fortes como Alcalá do Rio, Cantillana e Carmona, que abasteciam a cidade por via terrestre. O passo seguinte foi o isolamento da via fluvial, que só poderia ser realizado em sua totalidade com o impedimento da cidade se abastecer pelo rio Guadalquivir.

As forças militares castelhanas eram conhecidas pelas suas habilidades terrestres. Isso fez com que Fernando III adaptasse suas táticas de combate. No inverno de 1246, o rei reuniu-se com Ramón Bonifaz<sup>111</sup> e o encarregou de construir uma esquadra que chegasse a cidade de Sevilha na primavera de 1247, para assim, impedir a chegada de auxílios norte-africanos. De acordo com Aureliano Gómez Vizcaíno, essa atividade foi a primeira operação na Idade Média espanhola, a conciliar os esforços de um exército em terra com uma esquadra (1995, p. 199).

Como planejado, no início de agosto de 1247, chegaram ao Guadalquivir vinte e seis embarcações castelhanas. Os sevilhanos, sabendo das consequências que um bloqueio fluvial os traria, lançaram sem êxito, um ataque com o intuito de anular a frota de Ramón Bonifaz. Essa batalha constituiu a primeira vitória castelhana-leonesa no rio Guadalquivir.

O bloqueio das vias terrestres e fluviais permitiu a Fernando III estabelecer um acampamento nas proximidades da cidade. De início, próximo à torre de Caños, entretanto, como essa localidade o deixava a mercê dos constantes ataques da cavalaria sevilhana, o monarca moveu-se para as proximidades do Guadalquivir, em Tablada (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 331). Ali, o rei se uniu à frota de Ramón Bonifaz e as ordens militares de Calatrava e Alcântara, utilizando o rio como uma defesa natural contra as incursões sevilhanas<sup>112</sup> (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 152).

---

<sup>110</sup> Discussão realizada no item 2: “A prática da *guerra de desgaste* por Fernando III: incursões e expansão territorial”.

<sup>111</sup> De acordo com Gómez Vizcaíno, Ramón Bonifaz era um nobre nascido na cidade de Burgos, que devido aos seus grandes conhecimentos marítimos adquiriu grande reputação. Os sucessos dos combates fluviais em Sevilha o tornaram Almirante do reino de Castela (GÓMEZ VIZCAÍNO, 1995, p. 199).

<sup>112</sup> Ver item 3 da figura 6.

Com o objetivo de fortalecer o bloqueio à cidade, Fernando III ordenou ao mestre da ordem de Santiago, Don Pelayo Correa, que atravessasse o rio Guadalquivir para fornecer apoio em terra à frota de Ramón Bonifaz. Diante desse fortalecimento, o rio tornava-se a única possibilidade de abastecimento da cidade. Por isso, tentaram, por diversas vezes, destruir as embarcações cristãs, com a utilização de ciladas e até mesmo de *fogo grego*<sup>113</sup> (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 333).

No fim do ano de 1247, Fernando III possuía forças suficientes para que o bloqueio terrestre e fluvial da cidade fosse efetivo. No final de janeiro de 1248, o monarca recebeu o reforço necessário para apertar o bloqueio à cidade. Seu filho Alfonso, chegou a Sevilha trazendo consigo um numeroso exército, do qual faziam parte nobres portugueses, aragoneses e catalães. De acordo com Jaime Estevão dos Reis, com a chegada dos reforços, novos acampamentos foram erguidos próximos às muralhas, com objetivo de impossibilitar qualquer tipo de abastecimento. Alfonso cercou a zona palaciana de Buhaira, de onde pode controlar a região localizada entre o alcácer e Carmona (REIS, 2007, p. 64). Ao mesmo tempo, os nobres Diego López de Haro e Rodrigo Gómez de Galícia puderam cercar o norte da cidade que dava para a fortaleza de Alcalá del Rio (Figura 6).

Porém, mesmo com o fortalecimento do bloqueio terrestre e fluvial, restava um último reduto exterior que abastecia Sevilha, o bairro fortificado de Triana. Por estar ligado à cidade por uma ponte de barcos, os muçulmanos conseguiam abastecê-la com provisões vindas do ponto forte de Aznalfarache (Figura 6). Por isso, Fernando III decidiu tomá-lo pelo uso da força<sup>114</sup>, mas não obteve êxito. Ao analisar essa operação, Aureliano Gómez Vizcaíno afirma que o sistema defensivo de Triana era tão eficiente, que, mesmo após a rendição de Sevilha, os cristãos não tinham conseguido destruir os muros do bairro (GÓMEZ VIZCAÍNO, 1995, p. 202).

Diante dos fracassos em tomar Triana, a solução encontrada foi a de cortar a ligação existente entre o bairro e Sevilha. Reunindo-se com Ramón Bonifaz, Fernando III decidiu destruir a ponte de barcos. O sucesso dessa missão definiria o êxito dos sitiadores. No dia 3 de maio de 1248, foram lançadas duas grandes embarcações, que ao impactar contra a ponte a destruíram, deixando Sevilha e Triana inacessíveis

---

<sup>113</sup> O *fogo grego* foi uma criação atribuída ao arquiteto Calinikas de Heliópolis, utilizado pela primeira vez pelos gregos do Baixo Império. Tal técnica era frequentemente empregada pelos bizantinos contra os árabes, pisanos e turcos. A substância possuía duas versões, uma que inflamava espontaneamente assim que entrava em contato com a água, e outra que devia ser incendiada previamente. Sua composição seria nafta, óleo, enxofre, carvão e salitre (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 153).

<sup>114</sup> Operação já analisada no item 3.1: “O assédio pela força”.

(CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 338 - 340). O bloqueio à cidade havia se estabelecido completamente.

Ao analisar a tática de bloqueio, Francisco García Fitz explica que uma das principais tarefas dessa estratégia deveria ser a de conscientizar os sitiados de que nenhum apoio material ou humano viria em seu socorro (GARCÍA FITZ, 2001, p. 241). A população de Sevilha – após dezesseis meses de resistência – estava completamente exaurida e, ciente de seu total isolamento, negociou sua rendição.

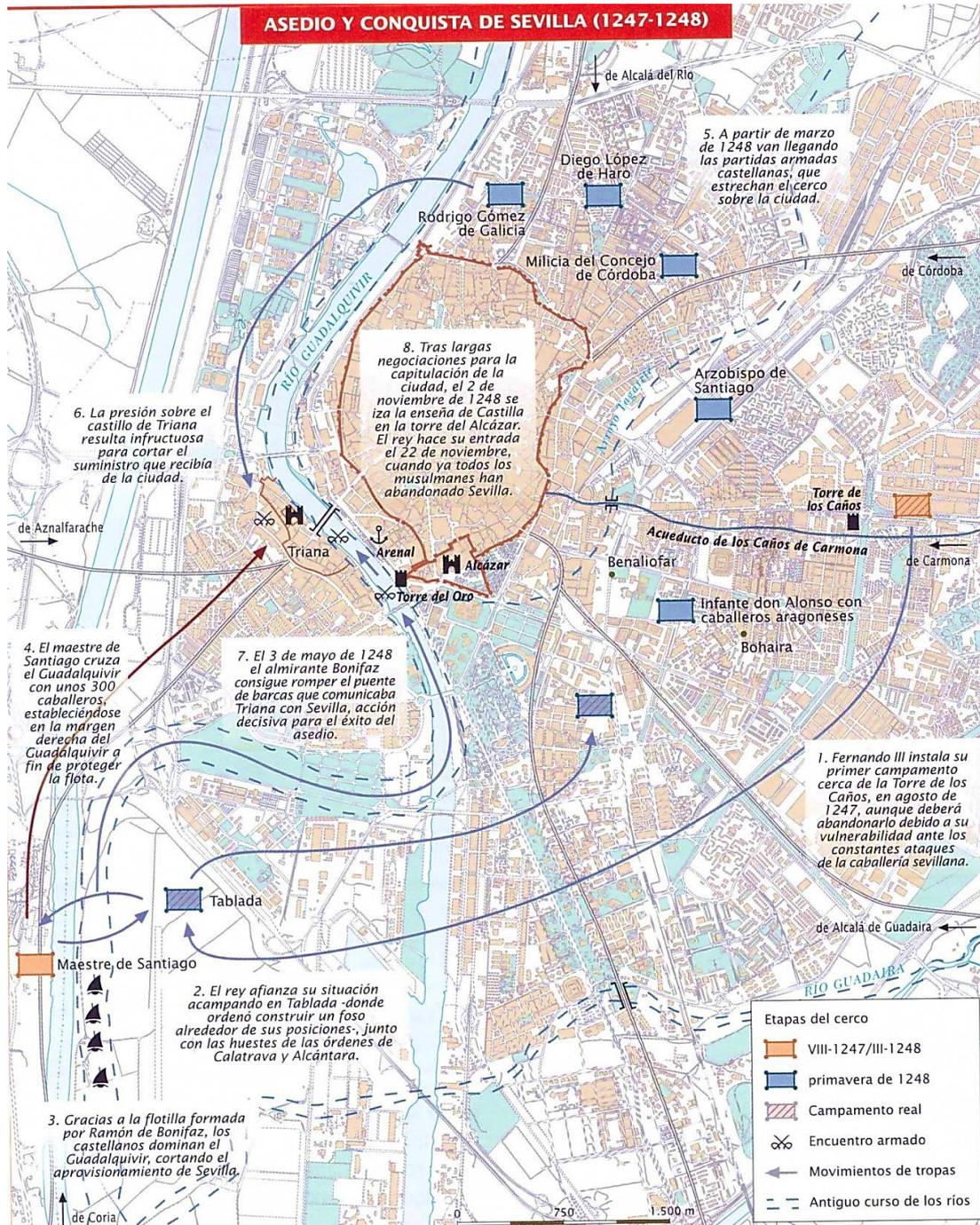
Os sevilhanos tentaram, por três vezes, chegar a um acordo com Fernando III, com o intuito de permanecer na cidade<sup>115</sup>. Porém, diante da recusa do monarca, tiveram que se retirar com seus bens móveis. Após a desocupação, monarca entrou na cidade no dia 22 de novembro de 1248.

Sevilha foi a última grande conquista de Fernando III e o coroamento de sua política de expansão territorial. A utilização de variadas estratégias militares, que incluíram incursões de desgaste, criação de uma esquadra real, utilização de máquinas de assédio, construção de minas e bloqueios, demonstram a complexidade do planejamento político-militar empreendido pelo monarca.

---

<sup>115</sup> Ofereceram a entrega do alcácer da cidade e todas as suas rendas. Em seguida, ofereceram um terço da cidade com todos os seus direitos de senhorio. Por fim, tentaram acordar a entrega de metade da cidade dividindo-a com um muro entre mouros e cristãos (CRÓNICA DE VEINTE REYES, 1991, p. 343).

**Figura 6: A conquista de Sevilha (1247-1248)**



Fonte: García de Cortázar, Fernando. **Atlas de Historia de España**. Barcelona, 2005.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de consolidação territorial levado a cabo por Fernando III tem sido analisado sob diferentes perspectivas. Lembramos, aqui, duas entre as obras que nortearam nossa discussão: a de Ana Rodríguez López<sup>116</sup>, que o analisa a partir das articulações políticas realizadas pelo monarca castelhano-leonês, e a tese de doutoramento de Jaime Estevão dos Reis<sup>117</sup>, que enfatiza a consolidação territorial como fundamento da unificação jurídica empreendida por Fernando III e continuada por seu filho Alfonso X, o Sábio.

Em nossa dissertação, procuramos analisar essa temática sob a ótica da teoria e prática da guerra. A escolha dessa perspectiva deu-se como uma resposta a um debate historiográfico iniciado no século XIX e que se estende até os nossos dias.

Historiadores militares como Carl von Clausewitz, Hans Delbrück e Charles Oman definiram a Idade Média como um período de estagnação militar. Clausewitz desconsidera que no período medieval tenha havido um desenvolvimento das estratégias militares devido ao baixo número de batalhas campais. Delbrück considerava os exércitos medievais incapazes de formar unidades táticas disciplinadas, pois, para ele, os soldados estavam mais preocupados com a sua reputação, honra e fama. Oman, tal como Clausewitz, acredita que a estratégia e as táticas bélicas não progrediram naquele período, devido ao fato do sistema feudal ter transformado os nobres em cavaleiros, mas não em soldados.

Em meados do século XX, iniciou-se um processo de revisão das afirmações dos historiadores do século XIX. J. F. Verbruggen deu início a essa renovação historiográfica ao defender a tese de que o medievo foi um período de desenvolvimento militar, e que se devia analisar suas atividades levando-se em consideração as condições materiais e tecnológicas da época. O mesmo ponto de vista foi adotado por Francisco García Fitz em seus estudos acerca da Reconquista Ibérica. Para esse historiador, ao contrário do que havia afirmado Clausewitz, a “arte da guerra” – simbolizada pelas ações, estratégias e táticas, etc. – independe da questão da existência ou não de batalhas campais.

---

<sup>116</sup> RODRÍGUEZ LÓPEZ, A. **La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana: expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III**. Madrid: CSIC, 1994.

<sup>117</sup> REIS, Jaime Estevão dos. **Território, Legislação e Monarquia no Reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284)**. Assis: UNESP, 2007. Tese Doutorado.

Com intuito de contribuir para essa discussão, buscamos analisar a teoria e prática da guerra medieval tomando como tema de investigação o reinado de Fernando III (1217 – 1252). Iniciamos nossa discussão a partir da definição de dois conceitos fundamentais que legitimaram as atividades bélicas na Idade Média, e na Península Ibérica, em particular: os de *guerra justa* e *guerra santa*. O conceito de *guerra justa* foi definido por Santo Agostinho no contexto da crise imperial romana, e resgatado no século VII por Isidoro de Sevilha.

No século IX, o papa Leão IV (847-855), ao pregar a salvação dos cristãos que lutassem contra os sarracenos no Mediterrâneo, lançou as premissas do que viria a ser consolidado no século XI com as Cruzadas: o conceito de *guerra santa*.

Da defesa de um pacifismo absoluto nos inícios do cristianismo, ao movimento das Cruzadas, a afirmação dos conceitos de *guerra justa* e *guerra santa* contribuíram para a construção de uma “teoria da guerra” na Idade Média.

O entendimento dos fundamentos teóricos da guerra medieval possibilitou a análise de uma política voltada para “prática da guerra” inserida, em nossa investigação, no processo de consolidação territorial levado a cabo por Fernando III. Tal prática, materializada em ações “diplomáticas”, como acordos e pactos, e bélicas, com as estratégias de *guerra de desgaste* e *guerra de assédio* caracterizam o que denominamos de “ciclo de conquista”. Esse “ciclo”, que traduz a ação militar de Fernando III, caracteriza o que a historiografia denomina *guerra de posição*.

As intensas campanhas militares de Fernando III e a conquista da maior extensão territorial já obtida por um monarca cristão na Andaluzia comprovam o desenvolvimento militar medieval negado pelos historiadores do século XIX. A análise da “teoria” e da “prática da guerra” na Idade Média deve ser realizada levando-se em consideração não apenas o nível das técnicas, mas as condições econômicas, sociais e políticas, bem como o conjunto de ideias que movem a ação bélica.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

**A BÍBLIA DE JERUSALÉM.** São Paulo: Paulus, 1995.

ALFONSO X. **Las Siete Partidas.** Ed. Real Academia de la Historia, 1807.

BERNARDO DE CLARAVAL. **Elogio de la nueva milicia templaria.** Madrid: Siruela, 2005.

BREA, Luis Charlo (Org.). **Crónica Latina de los Reyes de Castilla.** Madrid: Akal Ediciones, 1999.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo Martinez (Org.). **La crónica de veinte reyes.** Burgos: Excelentísimo ayuntamiento de Burgos, 1991.

MENÉNDEZ PIDAL, R. (Ed.). **Primera Crónica General de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289.** Madrid: Editorial Gredos, 1955.

SAN ISIDORO DE SEVILLA. **Etimología.** Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

SANTO AGOSTINHO. **A Cidade de Deus.** Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. V.3.

SANTO TOMÁS DE AQUINO. **Suma de Teología.** V. III, IIa - IIae. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1990. Disponível em: <http://biblioteca.campusdominicano.org/3.pdf>. Acesso: 16/02/2015.

### Bibliografia

ALBORNOZ Y GALBEÑO, J. C. de. Fernando III. Sus campañas. (El conquistador y la conquista). In: **Fernando III y su época.** Actas IV Jornadas nacionales de historia militar. Sevilla, 1995. Disponível em [http://www.catedrageneralcastanos.org/documentos/libros/Fernando III y su epoca.pdf](http://www.catedrageneralcastanos.org/documentos/libros/Fernando_III_y_su_epoca.pdf) Acessado em 02/01/2015.

ALONSO, M. **Diccionario medieval español:** desde las glosas emilianenses y silenses (s. X) hasta el siglo XV. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1986, p. 1359.

AYALA MARTÍNEZ, C. **Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media** (siglos XII – XV). Madrid: Marcial Pons, 2003.

\_\_\_\_\_. Fernando III: Figura, significado y contexto em tempo de Cruzada. In: AYALA MARTÍNEZ, C. e SALOMA, M. R. (Eds.) **Fernando III tiempo de cruzada**. Silex, 2012.

BARTHÉLEMY, Dominique. *A Cavalaria: da Germânia à França do século XII*. Editora Unicamp. 2010.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2011.

BEAUFRE, A. **Introducción a la Estrategia**. Editorial Struhart & Cia; Buenos Aires, 1982. Disponível em: [http://biblioteca.sivec.espe.edu.ec/upload/LL\\_MAYO\\_67\\_INTRODUCCION\\_A\\_LA\\_E\\_STRATEGIA.pdf](http://biblioteca.sivec.espe.edu.ec/upload/LL_MAYO_67_INTRODUCCION_A_LA_E_STRATEGIA.pdf) Acesso em 10/07/2014.

BRADBURY, Jim. **The medieval siege**. Woodbridge: The Boydell Press, 2004.

BURKE, P. **A Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CLAUSEWITZ, Carl v. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CONTAMINE, Ph, **La guerra en la Edad Media**, Barcelona, 1984.

COSTA, Ricardo da. A conquista de Córdoba por Fernando III, o santo. In: Lauand, Jean (org.). **Filosofia e educação – Estudos 13**. São Paulo, 2008. p. 07 – 18. Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/artigo/conquista-de-cordoba-por-fernando-iii-o-santo>.

COSTA, Ricardo da; SANTOS, A. A. O pensamento de Santo Tomás de Aquino (1225-1274) sobre a vida militar, a guerra justa e as ordens militares de cavalaria. **Mirabilia**, n. 10, p. 145 – 157, 2010. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Mirabilia/article/download/283288/371185>

DEMURGER, Alain. **s cavaleiros de Cristo: templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média** (séculos XI – XVI). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os templários: uma cavalaria cristã na Idade Média**. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

DOUGHERTY, Martin J. **Armas y técnicas bélicas de los Caballeros medievales 1000 – 1500**. Madrid: Libsa, 2010.

ECHEVARRÍA ARSUAGA, A. La política respecto al musulmán sometido y las limitaciones prácticas de la Cruzada en tiempos de Fernando III (1199 – 1252). In: AYALA MARTÍNEZ, C. e SALOMA, M. R. (Eds.) **Fernando III tiempo de cruzada**. Silex, 2012.

ECO, Umberto. **Cinco Escritos Morais**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. V.1.

ESLAVA GALÁN, J. La campaña de Quesada (1224). **Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas**, 12-13: 5-23 (1984). Disponível em: <http://digibug.ugr.es/bitstream/10481/30249/1/CEM-012-013.001-Art%C3%ADculo-001.pdf>

FLORI, Jean. **A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. São Paulo: Madras, 2005.

FOX, R. L. Cultura Escrita e poder nos primórdios do cristianismo. In: WOOLF, G. e BOWMAN, A. K. **Cultura escrita e poder no mundo antigo**. São Paulo: Ática, 1998.

FUNEZ, Leonardo. Las crónicas como objeto de estudio. In: **Revista de poética medieval**, 1 (1997), pp. 123-144.

GALLEGO DUEÑAS. F. J. Sobre la rapiña y el botín em las campañas de Fernando III, em el Valle del Guadalquivir. In: **Fernando III y su época**. Actas IV Jornadas nacionales de historia militar. Sevilla, 1995. Disponível em <http://www.catedragereneralcastanos.org/documentos/libros/Fernando III y su epoca.pdf> Acessado em 02/01/2015.

GANSHOF F. L. **Que é Feudalismo?** Publicação Europa-América, 1976.

GARCÍA DE CORTAZAR, F. **Atlas de Historia de España**. Barcelona: Editorial Planeta, 2007.

GARCÍA FITZ, Francisco. **Castilla y León frente al Islam: estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)**. Sevilla: Universidad Sevilla, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea**. Madrid: Arco Libros, 1998.

\_\_\_\_\_. **La Edad Media: guerra e ideología** (justificaciones religiosas y jurídicas). Madrid: Silex, 2003.

\_\_\_\_\_. La reconquista y la formación de la España medieval. In: O'DONNELL, Hugo. **Historia militar de España**. Laberinto, 2010.

\_\_\_\_\_. **La Reconquista: un estado de la cuestión**. Clío & Crimen, nº 6, 2009.

GÓMEZ, VISCAÍNO, A. La tormentaria empleada en la conquista de Sevilla por Fernando III. In: **Fernando III y su época**. Actas IV Jornadas nacionales de historia militar. Sevilla, 1995. Disponível em <http://www.catedragereneralcastanos.org/documentos/libros/Fernando III y su epoca.pdf> Acessado em 02/01/2015.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. “Alcalá de Guadaira en el siglo XIII: conquista y repoblación”. **Anales de la Universidad de Alicante**. Historia Medieval. N. 6 (1987). p. 135-158. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/7043>.

KIRK, G. E. **História do Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

LADERO QUESADA, M. A. Introducción. In: O’DONNEL, Hugo. **Historia militar de España**. Laberinto, 2010.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa: Estampa, 1993.

\_\_\_\_\_. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LOMAX, Derek. **La Reconquista**. Barcelona: Crítica. 1984.

LOYN H. R. (org.). **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MARAVALL, J. A. **El concepto de España en la Edad Media**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

MATTOS, José D. F. B. de. **O conceito de guerra justa**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964.

MOXÓ, Salvador de. **Feudalismo, Señorío y nobleza en la Castilla Medieval**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000.

MCEVEDY, Colin. **Atlas de história medieval**. São Paulo: Companhia das Letras: 2007.

NICHOLSON, Helen. **Los templarios: una nueva historia**. Madrid: Crítica, 2006.

NICHOLSON, Helen J. **Medieval Warfare: Theory and Practice of War in Europe 300-1500**. Hampshire, Inglaterra: Palgrave Macmillan, 2004.

OLSON, Roger. **História das controvérsias na teologia cristã: 2000 anos de unidade e diversidade**. São Paulo: Editora Vida, 2004.

OMAN, Charles, **A history of the art of war: the Middle Ages from the fourth to the fourteenth century**. London: Methuen & CO., 1898. Disponível em: <https://ia801409.us.archive.org/23/items/historyofartofwa00omanuoft/historyofartofwa00omanuoft.pdf>

POWERS, James F. Life on the cutting edge: the besieged town on the Luso-Hispanic frontier in the twelfth century. In: CORFIS, I. A.; WOLFE, M. (ed.). **The medieval city under siege**. Woodbridge: The Boydell Press, 1999.

REIS, Jaime Estevão dos. **Território, Legislação e Monarquia no Reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284)**. Assis: UNESP, 2007. Tese Doutorado.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, A. **La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana: expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III.** Madrid: CSIC, 1994.

SÁEZ ABAD, R. **Artillería y poliorcética en la Edad Media.** Madrid: Almena Ediciones, 2007.

TUDELA VELASCO, M. I. P. **La consideración ética de la guerra y el uso de la violencia en la España Medieval.** In: En La España Medieval, vol. 30, 2007.

UPTON – WARD, J. M. (Ed.). **El código templario.** Barcelona: Martínez Roca, 2001.

VALDEÓN BARUQUE, J. **La Reconquista.** El concepto de España: unidad y diversidad. Madrid: Espasa, 2006.

VILLODAS QUINTANILLA, José Ignacio. Incursiones castellanas en la ciudad de Jaén durante la primera mitad del siglo XIII. **Sumuntán.** n. 20 (2004); p. 159-164. Em: <http://www.cismamagina.es/pdf/20-06.pdf> Acessado: 03/01/2013.

VERBRUGGEN, J. F. **The art of warfare in Western Europe during the Middle Ages.** Woodbridge, Suffolk: The Boydell Press, 1998.

VEREZA, Renata. Reconquista: conceito polissêmico. In: **Anais do 1º Encontro de História Militar Antiga e Medieval.** Rio de Janeiro, 2011. p. 40 – 53.